

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE**

Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa

**INVESTIGAÇÕES ACERCA DA ABORDAGEM DO TEMA MEIO
AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES
INTERDISCIPLINARES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Santa Maria, RS
2017**

Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa

**INVESTIGAÇÕES ACERCA DA ABORDAGEM DO TEMA MEIO AMBIENTE E
DO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.**

Orientador: Prof. Dr. Edward Frederico Castro Pessano

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Viçosa, Cátia Silene Carrazoni Lopes
Investigações acerca da abordagem do tema Meio Ambiente e do desenvolvimento de ações interdisciplinares no Ensino Fundamental / Cátia Silene Carrazoni Lopes
Viçosa.- 2017.
91 p.; 30 cm

Orientador: Edward Frederico Castro Pessano
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, RS, 2017

1. Temas Transversais 2. Meio Ambiente 3. Interdisciplinaridade 4. Currículo 5. Formação Continuada
I. Pessano, Edward Frederico Castro II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação de Mestrado:


Investigações acerca da abordagem do tema Meio Ambiente e do desenvolvimento de ações interdisciplinares no Ensino Fundamental

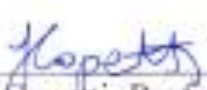
elaborado por

Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa

como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação em Ciências

Comissão examinadora


Prof. Dr^o Edward Frederico Castro Pessano (Unipampa)
(Presidente orientador)


Jaqueline Copetti, Prof. Dr^o (Unipampa)


Renato Xavier Coutinho, Prof. Dr^o (UFSM)

Santa Maria, 28 de novembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus por me fornecer força e coragem no decorrer desta caminhada.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Maria e seus professores, por estarem contribuindo, por meio do Programa de Pós Graduação Educação em Ciências: Química da Vida Saúde, na minha formação docente. Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio financeiro oferecido em meu aperfeiçoamento.

A escola e aos professores que participaram dessa pesquisa, agradeço a oportunidade e a receptividade.

Em especial, quero agradecer aos estimados e queridos professores Vanderlei Folmer e Edward Pessano, pela confiança em mim depositada, pelo estímulo e apoio na constituição deste trabalho, acrescentado de maneira significativa em minha formação! Agradeço pela orientação nos momentos necessários, pelas trocas de ideias, sugestões, críticas e elogios ao longo deste trajeto. Mais uma vez, meu muito obrigado!

Ao meu amigo Emerson, fiel escudeiro e companheiro, obrigado pela amizade e parceria em todos os momentos, tanto na graduação quanto no mestrado. E que venham novos desafios!

A banca avaliadora, professora Dr^a Jaqueline Copetti e ao professor Dr. Renato Coutinho por gentilmente contribuírem com essa etapa de minha formação.

Agradeço, em particular, à duas pessoas essenciais em minha existência: Eraildes e Débora. Tenham a certeza que o apoio incondicional de vocês foi decisivo nesta trajetória!

Finalizo agradecendo a todas que pessoas que não citei, mas que de certa forma fizeram parte dessa caminhada, meu muito obrigada.

*“É que tem mais chão nos meus olhos
do que cansaço nas minhas pernas,
mais esperança nos meus passos do que
tristeza nos meus ombros, mais
estrada no meu coração do que medo
na minha cabeça.”*

Cora Coralina

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde
Universidade Federal de Santa Maria

INVESTIGAÇÕES ACERCA DA ABORDAGEM DO TEMA MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES NO ENSINO FUNDAMENTAL

AUTORA: Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa
ORIENTADOR: Prof. Dr. Edward Frederico Castro Pessano

Estudos científicos indicam que discussões e propostas referentes ao tema Meio Ambiente, interdisciplinaridade e formação continuada de professores advêm de longa data em publicações brasileiras. Essas propostas possuem perspectivas de contribuir para uma melhor qualidade de ensino e de fundamentar as ações educativas. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo pesquisar as orientações e estratégias adotadas por professores dos anos finais do Ensino Fundamental sobre o Meio Ambiente e Interdisciplinaridade. A abordagem metodológica ampara-se na análise quali-quantitativa e foi desenvolvida com professores dos anos finais do Ensino fundamental em uma escola da rede municipal de ensino de Uruguai/RS. Abrangeu uma análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola, por meio de uma matriz analítica, visando identificar o teor de suas orientações e utilizou um questionário semiestruturado para caracterizar o grupo pesquisado, delineando dados referentes à formação inicial e continuada, tempo de docência e carga horária. Visou ainda, identificar as percepções e prática pedagógica dos mesmos em relação ao Meio Ambiente e a Interdisciplinaridade, e o quanto a formação continuada contribui no desenvolvimento dessas questões. Os resultados demonstraram que o Projeto Político Pedagógico escolar encontra-se desatualizado e não contempla propostas concretas, referentes ao Meio Ambiente, interdisciplinaridade e a formação continuada dos professores. Constatou-se que a maioria dos professores não conhece o documento que rege a escola; não desenvolvem atividades sobre Meio Ambiente e não utilizam a interdisciplinaridade como estratégias para desenvolver suas ações educativas. Identificou-se também um déficit em relação a formação continuada eficaz, que abranja os temas aqui discutidos nas diferentes áreas de formação. Concluiu-se deste modo, que para sanar as lacunas, aqui analisadas, é essencial a reformulação do projeto escolar, contemplando aspectos relevantes ao contexto escolar, como gestão democrática, interdisciplinaridade, Meio Ambiente e demais Temas Transversais, com a participação de todos os segmentos escolares. É imprescindível também investir em propostas de formação permanente, na intenção de suprir as necessidades da formação inicial defasada, instrumentalizando e possibilitando um aprimoramento profissional no que diz respeito ao Meio Ambiente e interdisciplinaridade, resultando em ações educativas concretas que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem dos educandos. Infere-se assim, que os elementos constituintes e constituidores da formação continuada, na perspectiva apontada nesta dissertação, configuram-se como potencializadores do desenvolvimento humano-social e contribuem para superação de rupturas entre sentido e significado desta formação. Espera-se que os dados apresentados nesta pesquisa possam contribuir com estudos posteriores sobre Projetos Político-Pedagógicos, Meio Ambiente e interdisciplinaridade no contexto escolar, gerando reflexões e problematizações em prol do desenvolvimento da qualidade de ensino em nosso país.

Palavras-chave: Temas Transversais. Meio Ambiente. Currículo. Formação Continuada.

ABSTRACT

Masters Dissertation
Graduate Program in Education in Sciences: Chemistry of Life and Health
Federal University of Santa Maria

INVESTIGATIONS ABOUT THE APPROACH TO THE THEME ENVIRONMENT AND THE DEVELOPMENT OF INTERDISCIPLINARY ACTIONS IN ELEMENTARY SCHOOL

AUTHOR: Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa
ADVISOR: Edward Frederico Castro Pessano

Scientific studies indicate that discussions and proposals related to the theme of Environment, interdisciplinarity and continuing teacher education have long come from Brazilian publications. These proposals have the prospect of contributing to a better quality of teaching and to the basis of educational actions. In this context, the present study had as objective to investigate the orientations and strategies adopted by teachers of the final years of Elementary Education on the Environment and Interdisciplinarity. The methodological approach is based on the qualitative-quantitative analysis and was developed with teachers from the final years of elementary school in a school in the city of Uruguaiana/RS. It covered a documentary analysis of the School's Political Pedagogical Project, through an analytical matrix, aiming to identify the content of its orientations and used a semistructured questionnaire to characterize the researched group, delineating data regarding initial and continued formation, teaching time and load. It also aimed to identify their perceptions and pedagogical practice regarding the Environment and Interdisciplinarity, and how continuing education contributes to the development of these issues. The results showed that the Political Pedagogical School Project is outdated and does not contemplate concrete proposals, referring to the Environment, interdisciplinarity and the continued formation of teachers. It was found that most teachers do not know the document that governs the school; do not develop activities on the Environment and do not use interdisciplinarity as strategies to develop their educational actions. We also identified a deficit in relation to effective continuing education, which covers the themes discussed here in the different training areas. It was concluded that, in order to remedy the gaps, analyzed here, it is essential to reformulate the school project, contemplating aspects relevant to the school context, such as democratic management, interdisciplinarity, Environment and other Transversal Themes, with the participation of all segments. It is also imperative to invest in proposals for ongoing training, with the intention of meeting the needs of the lagged initial training, instrumentalizing and enabling a professional improvement in relation to the Environment and interdisciplinarity, resulting in concrete educational actions that contribute to the teaching and learning process learning. It is inferred, therefore, that the constituent elements and constituents of the continuous formation, in the perspective pointed out in this dissertation, are configured as humanization-social development enhancers and contribute to overcoming ruptures between sense and meaning of this formation. It is hoped that the data presented in this research can contribute to further studies on Political-Pedagogical Projects, Environment and interdisciplinarity in the school context, generating reflections and problematizations for the development of the quality of teaching in our country.

Keywords: Transversal Themes. Environment. Curriculum. Continuing education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNE- Conselho Nacional de Educação

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

EA - Educação Ambiental

EB - Ensino Básico

EF - Ensino Fundamental LDB - Lei de Diretrizes e Bases

ES - Ensino Superior

FUNDEF - Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

MA - Meio Ambiente

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNs - TT - Parâmetros Curriculares Nacionais Temas Transversais

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEA - Política Nacional da Educação Ambiental

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PPP - Projetos Políticos Pedagógicos

ProNea - Programa Nacional de Educação Ambiental

RFP - Referenciais para a Formação de Professores

RNFCEP-EB - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica

SAEB - Sistema de Avaliação da Escola Básica

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Parecer Consubstanciado – Comitê Ética e Pesquisa.....	85
Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	88
Anexo 3 - Autorização Escola co-participante.....	90
Anexo 4 – Questionário.....	91

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema de Pesquisa.....	14
1.2 Justificativa.....	14
1.3 Objetivos.....	15
1.3.1 Objetivo Geral.....	15
1.3.2 Objetivos Específicos.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Retrospectiva no sistema educacional - Ensino Fundamental.....	16
2.2 Parâmetros Curriculares Nacionais - Temas Transversais.....	18
2.2.1 Tema Transversal Meio Ambiente.....	21
2.3 Currículo.....	24
2.4 Interdisciplinaridade.....	25
2.5 Formação Continuada.....	27
3. METODOLOGIA	30
3.1 Cenário da Pesquisa.....	30
3.2 Caracterização dos participantes.....	31
3.3 Preceitos éticos.....	31
4. RESULTADOS	31
4.1 Manuscrito 01: Diagnóstico no Projeto Político Pedagógico sobre a Transversalidade e Interdisciplinaridade no Ensino Fundamental.....	31
4.2 Manuscrito 02: Desafio da formação continuada em abordagens acerca do Meio Ambiente em uma perspectiva interdisciplinar.....	51
5. DISCUSSÃO	67
6. CONCLUSÕES	71
7. PERSPECTIVAS	73
8. REFERÊNCIAS	74

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação, estruturalmente organiza-se da seguinte maneira: INTRODUÇÃO, dividida em Problema da Pesquisa, em que apresenta-se os temas que norteiam essa proposta; Justificativa abordando sobre a necessidade de realização deste estudo e finaliza com Objetivos, subdivididos em Gerais e Específicos. Na sequência apontamos o REFERENCIAL TEÓRICO, com discussões da literatura pertinentes aos temas abordados; seguido da METODOLOGIA utilizada na pesquisa, e do RESULTADO, composto por dois manuscritos provenientes deste estudo, formatados de acordo com as normas editoriais das revistas científicas que intenciona-se publicá-los. Finalizando a dissertação apresentamos as DISCUSSÕES E CONCLUSÕES, envolvendo reflexões sobre este estudo, as PERSPECTIVAS relacionadas ao seguimento dos estudos no doutorado e, as REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, que nos fornecem aporte literário para a realização desta pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

As abordagens referentes ao Meio Ambiente, cujos pressupostos teóricos norteadores foram assumidos e ratificados em normativas oficiais que contemplam esse tema, através da educação ambiental, orientam para o desenvolvimento de uma prática educativa que perpassa todas as áreas do conhecimento. Cardoso e Warszawia (2017) destacam entre elas a Constituição Federal, no qual o MA é descrito como sendo direito fundamental dos cidadãos, passando a ser tutelado juridicamente pela legislação ambiental e a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA), que estabelece esse tema como sendo a construção, por indivíduos ou da coletividade, de valores sociais, conhecimento, habilidades e competência visando a conservação do MA. Para Nogueira e Andrade (2014) essas ações no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNea) asseguram no âmbito educativo, a integração da sustentabilidade tanto ambiental como social, ética, cultural, econômica, espacial e política.

Assim, no que se refere aos documentos oficiais, que regem a política educacional nacional, Minéu *et al* (2014), destacam a presença, a longa data, da temática Meio Ambiente nos Parâmetros Curriculares Nacionais Temas Transversais (PCN – TT), abrangendo também questões e propostas de ações referentes a Ética, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo. Os autores destacam ainda, o Plano Nacional de Educação (PNE) que orienta para desenvolvimento de atividades sobre o Meio Ambiente. Segundo Saviani (2016), o tema Meio Ambiente é citado na primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre os temas contemporâneos que devem ser incorporados aos currículos, porém não é explicitado como o processo de discussões, assimilação de conhecimento e aprendizagem deve ser desenvolvido. Não assegurando, desta maneira conforme o autor, a conquista dos instrumentos de acesso ao saber elaborado dos educandos.

Essas propostas, possuem conforme Rocha *et al.* (2016), perspectivas de uma melhor qualidade de vida, devendo ser constante da educação nacional, fundamentando ações educativas. Bonfim *et al.* (2013) destacam a significância da transversalidade e da interdisciplinaridade estarem incluídas nos currículos, mas sem resumi-los a objetos de eventos esporádicos no calendário escolar, e sim a serem trabalhadas no decorrer do ano letivo por professores de diferentes áreas de conhecimento. Deste modo, esses temas apresentam-se como um grande desafio a ser assumido pelos educadores que buscam a superação de uma prática de ensino e aprendizagem, sendo relevante conhecer o que os docentes pensam e sabem sobre propostas interdisciplinares e transversais, para assim projetar ações que preencham essa lacuna (Freire, 2011; Augusto *et al.*, 2016).

Portanto, a formação continuada, integrando questão ambiental com o sistema educacional, através de ações interdisciplinares, emerge como uma possibilidade ao docente de revisar práticas habituais de ensino, apresentando novas perspectivas, através da capacitação, atualização e reflexão sobre sua práxis. Strieder *et al.* (2016) concebem a formação continuada como um processo contínuo, que tem início na graduação prolongando-se por toda a vida profissional, devendo ser desenvolvida na perspectiva da parceria colaborativa entre professores, licenciandos e pesquisadores.

1.1 Problema de Pesquisa

- Quais as concepções, orientações e abordagens referentes ao Tema Meio Ambiente e da Interdisciplinaridade nos anos finais do Ensino Fundamental de uma escola municipal da cidade de Uruguaiana/RS?

Esse problema é resultado da hipótese de que abordagens referentes ao Meio Ambiente e Interdisciplinaridade não sejam desenvolvidas na escola, por não constarem como orientação nítida no Projeto Político Pedagógico, norteador de propostas escolares, e principalmente, por não serem contemplados de maneira efetiva na formação continuada de professores de diferentes áreas do conhecimento, dificultando assim, o desenvolvimento de ações educativas ambientais e interdisciplinares por parte dos educadores, de diferentes áreas do saber, dos anos finais do Ensino Fundamental.

1.2 Justificativa

A proposta desta pesquisa justifica-se no sentido de compreendermos a importância de pesquisar sobre o tema Meio Ambiente e Interdisciplinaridade, identificando a contribuição da formação continuada, em uma perspectiva de favorecer a reflexão e diálogo entre distintas disciplinas, visando a construção de uma aprendizagem contextualizada e significativa para os alunos. Alicerçamos nossa concepção, em Freitas *et al* (2012) e Silveira *et al* (2015), que entendem o ambiente escolar como promotor da educação, que favorece a relação homem e ambiente, por meio de um processo de aprendizagem contínuo que busca desenvolver atitudes racionais e responsáveis, na perspectiva de construção de um conhecimento significativo.

1.3. Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

- ✓ Investigar as orientações e abordagens adotadas por professores dos anos finais do Ensino Fundamental sobre o Meio Ambiente e Interdisciplinaridade.

1.3.2 Objetivos Específicos

- ✓ Analisar as orientações contidas no Projeto Político Pedagógico da escola acerca do Meio Ambiente e Interdisciplinaridade;
- ✓ Verificar a abordagem sobre Meio Ambiente nas práticas docentes;
- ✓ Analisar a existência de práticas interdisciplinares entre os docentes;
- ✓ Identificar os subsídios da formação continuada na abordagem dessas temáticas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Retrospectiva no sistema educacional - Ensino Fundamental

O direito a educação no Brasil é assegurada, segundo Araujo *et al.* (2016), na Constituição Federal, em seu artigo 205, que garante ser direito de todos e dever do Estado e família promover e incentivar o desenvolvimento dos educandos, preparando-os para o exercício da cidadania. Tendo ainda entre seus princípios a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, contemplando o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Sendo que, as mudanças significativas no sistema educacional de nosso país, tiveram início na década de 60 com a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 4.024/61, que previa autonomia para órgãos estaduais e municipais de educação. Nesta fase o ensino primário era constituído por quatro séries, dividido em quatro anos e após sua conclusão o aluno poderia ingressar no ensino ginásial, composto do quinto ao oitavo ano. De acordo com Cunha e Fernandes (2012), até então, em nenhum outro momento de nossa história, a educação esteve em tamanha evidência, mobilizando forças políticas tão diversas e suscitando debates tão intensos quanto o período compreendido entre década de 50 e 60.

Na década de 70 ocorreu a primeira intervenção na LDB, Lei 5.692/71, com fusão entre Ensino Primário e Ensino Ginásial, resultando no ensino de Primeiro Grau, da primeira a oitava série, com duração de oito anos. O ensino passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos, com currículo comum para o Primeiro e Segundo graus e uma parte diversificada, em função das diferenças regionais. Essas reformas, segundo Shiroma *et al.* (2000), foram marcadas pelo vínculo entre educação, mercado de trabalho e a modernização de hábitos de consumo. Para Bergozza (2009) a expansão do ensino primário nesta década, está relacionada a baixa escolaridade e analfabetismo dos cidadãos, considerados entraves no desenvolvimento do país.

Curry (2016), reportando sobre a Lei nº 5.692/71, destaca o surgimento de indicativos sobre formação continuada de professores, no qual sistemas de ensino poderiam estimular, mediante planejamento, o aperfeiçoamento e atualização de seus professores. Entretanto, a formação continuada de professores, começou a assumir forma e ser considerada central, no sistema educacional de nosso país, no final da década de 80. Para Araújo *et al.* (2015), a partir desta década, a formação continuada é marcada por uma trajetória histórica e sócio epistemológica, com diferentes concepções, que não se constituíram a priori, mas que emergiram das diversas concepções de educação e sociedade presentes em nossa realidade.

No término da década de 80, com a continuidade de reformas, e com a promulgação da Constituição Federal que assegura o direito de todos à educação, teve início a redemocratização e reformulação de diversos currículos pelo país. A falta de participação de segmentos escolares, nessas discussões sobre a concepção pedagógica das propostas, é apontada por Gasparello (2011), que destaca a importância da participação de todos nesses processos, em diversas dimensões, com diferentes atores legitimando essas propostas.

Com a implantação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1996, Calabre (2007) discorre que ocorreu outra intervenção significativa na LDB, criação da Lei no 9.394/96, que prevê a substituição do Ensino Primário pelo Ensino Fundamental (EF). Ficando, o EF, dividido em duas fases: anos iniciais e anos finais. Os anos iniciais caracterizavam-se por serem da primeira a quinta série, incluindo a alfabetização e a consolidação dos conteúdos básicos e os anos finais da sexta a oitava série.

Pereira *et al* (2015), aponta que na década de 1990, a educação passou por diversas reformulações de políticas públicas para a alfabetização implementadas pelo MEC, sendo essas frutos da crescente pressão mundial e da participação crítica de alguns segmentos da população. Entre as reformulações, Bliacheriene *et al* (2007), cita o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), substituído no ano de 2006 pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Elenca-se ainda a instituição do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); do Sistema de Avaliação da Escola Básica (SAEB); dos Referenciais para a Formação de Professores (RFP), atualizado em 2006, sendo renomeado para Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica (RNFCP-EB); dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais Temas Transversais (PCNs-TT).

Bertoldo e Leite (2016) destacam a elaboração na década de 90 dos PCNs, documento de referência para o ensino que visa a intervenção no currículo escolar norteando sua estruturação e reestruturação. O documento apresenta orientações sobre contextualização e interdisciplinaridade, além de destacar a relevância de investir na formação continuada de professores. Concomitante aos PCN foi elaborado os PCN-Temas Transversais (PCN-TT), que exibem questões pertinentes a serem abordadas no contexto escolar. Copetti *et al*. (2013) entendem que os temas relevantes para a comunidade escolar devem ser incluídos no currículo, tratados ano a ano, com níveis crescentes de informação e integração a outros conteúdos.

Outra reforma significativa no EF ocorreu no ano de 2006, a partir da lei 11.274/06, alterando esta etapa de oito para nove anos. Com essa mudança tornou-se obrigatório a matrícula no Ensino Básico (EB) a partir dos seis anos de idade, sendo estipulado o prazo de

quatro para as escolas adequarem-se à nova lei. O intuito desta mudança, para Pereira *et al.* (2015), foi o de melhorar a qualidade do ensino, oportunizando mais tempo de permanência dos estudantes na escola, visando a aprendizagem de qualidade. Sendo que para contemplar esses objetivos foi necessário construir uma nova estrutura e organização dos conteúdos em um EF, agora de nove anos.

Destaca-se ainda, a concepção do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, com finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. O PNE estabelece 20 metas a serem atingidas nos próximos 10 anos, divididas em quatro grupos: (a) garantia do direito à educação básica com qualidade; (b) a equidade na educação básica; (c) valorização dos profissionais da educação e, (d) metas a serem cumpridas no Ensino Superior (ES). Para Bauer e Severino (2015), o PNE se pautou princípios apresentados na Constituição Federal de 1988, sendo eles a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; e a promoção humana, científica e tecnológica do país.

Entre as políticas educacionais do primeiro semestre de 2017 lançadas pelo MEC, cita-se a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que objetiva orientar a elaboração de currículos para as diferentes etapas de escolarização. A BNCC segue as exigências presentes na LDB (2013), DCN (2009) e PCN (2014) e até a presente data, aguarda aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE) para ser promulgada. Para Klein *et al* (2016), esse é um documento de grande expressão no cenário educacional, pois se explorado corretamente, deve nortear o planejamento curricular, avaliação e formação de professores.

Intrínseca à estas propostas de reformas no sistema educacional, ressaltamos a presença do Meio Ambiente, por meio da Educação Ambiental (EA), nas orientações dos principais documentos referentes à educação. Estando também presente, conforme Barreto e Cunha (2016), na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9795/1999, sendo considerada essencial e permanente da educação nacional, devendo estar articulada em todos os níveis e modalidades educativas, em caráter formal e não-formal. Essas indicações, para Lamosa e Loureiro (2011), têm por objetivo incentivar e promover a EA, interdisciplinarmente, no Ensino Fundamental.

2.2 Parâmetros Curriculares Nacionais - Temas Transversais

Os PCNs foram construídos a partir de debates no setor organizado civil e formulados por consultores e especialistas na área da educação nacional e internacional. Sendo organizado na intenção de nortear os segmentos escolares na execução de seus trabalhos. Pereira (2015), aponta que a heterogeneidade da população brasileira, caracterizado pela diversidade regional,

cultural, racial e econômica afeta diretamente a educação em nosso país, por isso a relevância da criação dos PCNs, que visam uma prática educativa adequada às necessidades nacionais.

Este documento orienta para uma formação básica comum nas escolas de Ensino Fundamental do país, com subsídios para o trabalho docente e para estruturação de Projetos Políticos Pedagógicos (PALMA *et al*, 2015). Visa garantir a todos os educandos o direito de usufruir do conjunto de saberes reconhecidos, incorporados ao documento dos Temas Transversais, como necessários para a formação e exercício da cidadania. Essa incorporação, segundo Piletti (2007), objetivou aproximar a escola dos problemas contemporâneos que emergem em todas as instâncias, com orientações sobre respeito a diversidades regionais, culturais, raciais e de orientação sexual existentes no país.

Conforme Bonfim *et al* (2013), a justificativa apresentada pelos técnicos na escolha dos TT baseou-se em quatro critérios: urgência social; abrangência nacional; possibilidade de ensino e aprendizagem; e favorecimento à compreensão da realidade e à participação social. Essas orientações, conforme Bovo (2007) são divididas em seis temáticas: Ética, Saúde, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho, Consumo e Cidadania e, Meio Ambiente. Conferindo assim, status de temas transversais a assuntos que necessitam de problematização no espaço escolar, possibilitando uma leitura diferenciada por parte de docentes e discentes.

Os temas supracitados possuem orientações específicas, sendo que a temática Ética assinala como espaço de reflexão crítica e sistemática sobre a presença de valores na ação humana. Freire (2011) considera que a meta de todo processo educativo é formar indivíduos justos, respeitosos, solidários, capazes de se colocar na posição de quem ouve e de quem fala. Assim como a Ética, o tema Pluralidade Cultural, visa respeitar os distintos grupos e culturas que compõem o contexto étnico brasileiro, fazendo dessa particularidade um fator de enriquecimento cultural. Para Marinho *et al* (2016), no Brasil a diversificação cultural é ampla, existindo um mosaico de diferentes vertentes culturais que formam a cultura de nosso país.

As temáticas Saúde e Orientação Sexual são compreendidas como um desafio para a educação, no sentido de garantir uma aprendizagem significativa e transformadora de atitudes e hábitos de vida (VIEIRA *et al*, 2004; SANTOS *et al*, 2015). Para Carneiro *et al* (2015), deve-se perceber a escola como um ambiente adequado para a aprendizagem não só da anatomia e da fisiologia do corpo humano e de métodos de preventivos de transmissão de doenças, mas também para o desenvolvimento da autonomia do educando. Sendo necessário conceber essas abordagens na educação escolar em sua integralidade, pensando e problematizando as ações desenvolvidas, fortalecendo a participação popular e valorizar os saberes da população.

O TT Trabalho, Consumo e Cidadania, conforme Oliveira (2013), apresenta indicativos referentes a problematizar com os alunos as relações de trabalho, bem como a diversidade de trabalho presente em cada produto. Favorecendo assim, segundo Darido (2012), o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, solidariedade e justiça, contribuindo de maneira significativa tanto para a inserção no mercado de trabalho quanto para a formação de uma consciência individual e coletiva. Apresentando significados presentes no mundo do trabalho e do consumo, e para as possibilidades de transformação das injustiças.

O tema transversal Meio Ambiente, com discussões ampliadas no próximo subitem, sinaliza, segundo Jacobi (2004) para propostas pedagógicas situadas na conscientização, na mudança de comportamento, desenvolvimento de competências e participação dos educandos. Configurando-se, como um processo educativo que tem por desígnio a construção valores, conceitos e atitudes que permitam a compreensão da realidade e atuação consciente de indivíduos e da coletividade.

Ressalta-se que as orientações presentes nos PCNs-TT diz que a abordagem destas temáticas devem perpassar as diferentes disciplinas. Não substituindo as disciplinas existentes, mas complementando-as, abrangendo questões sociais como temas integrantes da realidade de todo ser humano, tornando-se instrumentos de reflexão (GARCIA, 2010). O alcance desses objetivos, na visão de Silva (2015), demanda a articulação dos seus conteúdos específicos com os temas transversais, tanto em atividades programadas como não programadas. No qual docentes atuem com a diversidade existente entre os alunos e que os seus conhecimentos prévios sirvam como fonte de aprendizagem de convívio social, e não apenas como um meio de aprendizagem de conteúdos específicos.

Salienta-se, que apesar de possuir duas décadas de existência, os PCN ainda geram discussões envolvendo recusa e aceitação em torno do seu papel de documento direcionador da educação formal do país. Quanto a aceitação, Vieira (2008), vê o documento sob um olhar positivo, essencial na formação de educandos e de professores da educação básica. Para Giroto (2017) o silenciamento de construção e implementação dos PCNs sedimentou identidades curriculares em detrimento de tantas outras possíveis e já realizadas cotidianamente. Porém, apesar de aceitação ou recusa, os PCNs com suas orientações ainda pertinentes, estão em fase de transição, sendo substituídos pela BNCC.

Para Veronezze (2016) a BNCC visa substituir os PCNs e tem como objetivo sinalizar o percurso de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes ao longo da Educação Básica, atendendo as legislações base da educação brasileira. Para Cunha e Lopes (2017) em um contexto interpretativo, pode-se ler a BNCC como o que falta à uma educação de qualidade, no

qual a força política condensa distintos projetos societários. Assentando desta forma, a educação como totalidade, desconsiderando características educativas. Na visão de Guimarães e Pinto (2017), a última versão da BNCC, não explicita abordagens relacionadas ao Meio Ambiente e a outras questões transversais, aludindo abordagens a temas contemporâneos, deixando uma lacuna nesta questão e desconsiderando todo o processo historicamente construído em torno dos princípios, objetivos e diretrizes da educação.

2.2.1 Tema Transversal Meio Ambiente

Em relação ao Meio Ambiente, um dos temas investigados nesta pesquisa, considera-se que o assunto não se reduz apenas ao ambiente físico e biológico, mas abrange também as relações sociais, econômicas e culturais. Para Pinhão e Martins (2012) as ações escolares devem considerar a relação dos temas ambientais com a qualidade de vida do homem, questões econômicas e sociais, englobando demandas pertinentes ao planeta. Abordagens educativas sobre o MA, conforme Viana e Oliveira (2006), fortalecem a importância dessas ações como forma de transformação da conscientização dos indivíduos quanto à problemática em questão.

Por meio dessa visão devemos propiciar momentos de reflexões que induzam os alunos ao enriquecimento cultural, à qualidade de vida e à preocupação com o equilíbrio ambiental. Layrargues e Lima (2014) concebem que o Meio Ambiente deve ser abordado, a partir da Educação Ambiental, em uma prática pedagógica plural, assumindo diversas expressões por meio de estratégias educativas que se ramificam em diversas possibilidades de acordo com percepções, formação e contexto social de seus protagonistas.

Para Araújo e Souza (2011), é evidente que os temas que envolvem questões ambientais se caracterizam como transversais, por apresentarem linhas de conhecimentos que permeiam diferentes áreas do conhecimento. Auxiliando na estruturação da aprendizagem, potencializando e fomentando valores e comportamentos que resultem no desenvolvimento de conceitos e procedimentos que supram os anseios pessoais e da sociedade. Contribuindo, conforme Trajber e Sato (2010), em processos de transformação socioambientais capazes de ressignificar tempos e espaços escolares com a participação de múltiplos atores no processo educativo.

Conseqüentemente, os professores, como atores do processo, na construção de estratégias que auxiliem no desenvolvimento do conhecimento, podem contribuir na formação do educando com visão crítica e o tornando apto a transformar o meio em que está inserido. Fracalanza *et al* (2008), afirmam que a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), aborda a necessidade do desenvolvimento de uma compreensão integrada do Meio Ambiente

com suas múltiplas e complexas relações, estimulando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, envolvendo-se na análise os aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

Para Loureiro (2005), é imprescindível refletir sobre processos educativos que envolvam questões ambientais, a partir da transcendência integradora, como caminho para se obter a união com a natureza, por meio de uma educação emancipadora favorecendo a reflexão do cotidiano, o questionamento e a transformação social. Mesquita *et al* (2014) indicam que um dos caminhos, para tornar isso possível, seria fomentar debates que abranjam o Ensino Fundamental, permeiem o Ensino Médio e se consolidem nas Instituições de Ensino Superior. Essa abrangência auxiliaria que as futuras gerações de discentes universitários, possuam amplas chances de já possuírem esses conceitos e sua aplicabilidade internalizadas.

Na esfera educativa, segundo Carvalho (2004), se observa a formação de consenso da necessidade de problematização sobre MA, tornando-se essencial para a compreensão das relações que premiam o campo ambiental como um todo. Baumgratz *et al* (2016) corroboram com esse entendimento ao enfatizarem que a EA, enquanto libertadora, progressista, emancipatória e crítica, auxiliam a desvelar situações desta natureza na medida em que nos permite amadurecer e fazer releituras da realidade. Releituras tanto de fatores naturais, como relacionadas às dimensões sociais e culturais que regem a interação do homem com o ambiente.

Pellenz e Baldissera (2016) discorrem que o processo educativo, com foco no Meio Ambiente, deve fortalecer a ideia de que educando insere-se numa ampla comunidade viva. Para as autoras é necessário perceber a natureza como parceira indispensável à manutenção da vida na Terra, desvelando o sentimento de coletividade e de pertença em dimensões globais. Na visão de Costa e Souza (2016), os processos educativos devem visar a promoção de ações formativas que permitam aos sujeitos vivenciar os problemas ambientais ao seu entorno, atuando como ferramenta de ampliação dessas visões. Assim, a escola considerando a complexidade envolvida nas ações referentes ao MA, poderá tratar essa questão como um tema transversal e permanente.

A promoção de discussões associadas ao Meio Ambiente no espaço escolar, para Teixeira *et al* (2016), é pertinente como um instrumento de sensibilização, valorização e conservação dos recursos naturais. Pessano *et al* (2015), destacam que a utilização de espaços que façam parte da realidade do educando como temática para a educação ambiental, proporcionam uma reflexão contextualizada entre conhecimentos formais e a realidade, possibilitando que tornem os processos de ensino-aprendizagem interessantes aos estudantes.

Assim, a reflexão crítica sobre a realidade vivenciada, promove atitudes e ações que auxiliam o educando a lidar com as questões ambientais e sociais, visando soluções sustentáveis.

Sobre a potencialidade dessas reflexões, Yus (2008), percebe que é a de recuperar e acentuar debates sobre temas que são realmente relevantes para um cidadão situado em uma sociedade democrática, justa e solidária, preconizados em conferências intergovernamentais e documentos que norteiam a educação. Educação que deveria, conforme Freire (2011), ser embasada no método capaz de fazer com que o homem se torne crítico, criando condições desafiadoras e que estas representem sentido para os mesmos. Assim, as propostas transversais, emergem por meio de situações reais, proporcionando aos estudantes situações concretas que possibilitam ampliar sua visão de mundo.

Diante do exposto, a ideia de transversalidade se apresenta como uma aposta de mudança e renovação do ensino, trazendo forte aposta no trabalho interdisciplinar. Propondo repensar o objetivo da escola, não visando somente conteúdos culturalmente herdados. Passando a enfatizar também a formação de sujeitos preparados para viver em uma sociedade que possui necessidades muito particulares, como saúde, afetividade e uma vida saudável, as quais podem ser apreendidas pela escola a partir do estudo dos problemas sociais e do cotidiano das crianças que ali convivem (PÁTARO e PÁTARO, 2011; MARINHO *et al*, 2015)

Na visão de Santos (2014), os PCN-TT também reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, para que a progresso da qualidade da educação resulte da corresponsabilidade entre todos os educadores. Contribuindo, assim na estruturação e reestruturação dos currículos escolares, delineando um novo perfil para o currículo, amparado em competências básicas para a inserção dos jovens na vida adulta; orientando os professores quanto ao significado do conhecimento escolar contextualizado e interdisciplinar.

Ressalta-se, que a indicativa sobre Meio Ambiente, presentes nas primeiras versões da BNCC, para Saviani (2016), aparece superficialmente, associado a outros temas contemporâneos, sem nenhum aprofundamento ou propostas de desenvolvimento que sustentem essa temática. Para o autor, o documento apresenta referência que deve abranger currículos e propostas pedagógicas das escolas, sem se deter na estratégia a ser desenvolvida que busque a aprendizagem e formação em escala global.

Desta maneira, considerando as discussões acima expostas, indaga-se se os PCN, documento considerado, por diversos autores, como uma referência no desenvolvimento de uma educação de qualidade, e ainda não explorado o suficiente, deve ser substituído por um documento que não apresenta em seu texto orientações claras sobre temas relevantes a sociedade?

2.3 Currículo

Essas questões supracitadas, presentes nos PCN, constituíram-se como aporte teórico para a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2015, que regem atualmente a Educação Básica e colaboram na elaboração de currículos escolares. Segundo Dourado (2016), as DCN exibem que a transversalidade deve ser articulada aos conteúdos, com abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual.

O currículo, para Costa *et al.* (2014), abrange não apenas o que está no programa, mas de forma geral tudo que se aprende neste ambiente tão diverso que é a escola. Para autores o currículo se constitui de uma tomada de decisões, em que a escola precisa pensar e atuar baseada na concepção que defende e que traga mais benefícios à aprendizagem dos sujeitos. Souza Junior *et al.* (2011) destacam a necessidade de superar os currículos prescritivos normativo-racionalistas e construir um currículo emancipatório, que reconhece, propicia e solicita o potencial produtor dos sujeitos educacionais. Expandindo os princípios da reforma curricular e norteando os professores nas investigações de novas abordagens e metodologias.

O conceito de currículo, para Sacristán (2000), adota significados diversos, porque, além de ser suscetível a enfoques paradigmáticos diferentes, é utilizado para processos ou fases distintas do desenvolvimento curricular. Na compreensão de Silva (2003), o currículo é um espaço, um campo de produção e de criação de significado, sendo necessário entender a construção de políticas curriculares com base não somente nos discursos dos documentos oficiais, mas também por meio das ressignificações de currículo feitas no espaço escolar. Assim currículo é entendido como um processo que envolve muitas dimensões que, se consideradas isoladamente, não permitem a compreensão da sua complexidade (GALIAN, 2016, p. 5).

Pacheco (2005), salienta a complexidade curricular, pois esta não é atemporal, está atrelado ao momento histórico e social em que está inserido, porém não se encerra em si mesma, solidificando-se, pois está em constantes mudanças. Conforme Neira (2016), o currículo pode ser compreendido como campo de saberes específicos e historicamente legitimado mediante constante reconstruções, expressando a importância da posição de situações pedagógicas. Nesta perspectiva, o currículo, deve estar em constante aperfeiçoamento para desenvolver uma educação mais adequada à realidade e à aprendizagem do aluno.

O currículo é de extrema importância e essencial no contexto escolar. Para Araújo e Silva (2016), o documento é norteador das práticas pedagógicas dos professores, envolvendo atividades educativas e ações metodológicas. Contribuindo assim, no processo de construção

do conhecimento, através da interação entre professor e aluno na relação de ensino e aprendizagem. Moreira e Candau (2008) descrevem o currículo como o coração da escola, o espaço central em que se atua, o que torna a todos, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração.

O currículo abrange distintos temas pertinentes ao contexto escolar, como observa Sacristán (2000), no currículo se entrecruzam componentes e determinações diversas como pedagógicas, políticas, práticas administrativas, produtivas de diversos materiais, de controle sobre o sistema escolar, de inovação pedagógica, etc. Segundo Gomes (2012) o currículo se traduz no conjunto de ações que possibilita conexões com o social de modo relacional. Destaca ainda, que a pertinência dos estudos de currículo não está apenas em compreender o currículo ou como ele se faz, mas em compreender os efeitos dos atos de currículo na vida dos educandos.

Deste modo, os conteúdos presentes nos currículos devem permitir, aos alunos, o desenvolvimento de capacidade de argumentação, de questionamento, de crítica e sua capacidade de formular propostas de solução para problemas detectados. Nesta perspectiva, Araújo e Silva (2016) observam a oportunidade de se inserir no currículo temáticas que aproximem os alunos de sua realidade, a partir de discussões em torno dos conceitos de identidade e cultura voltados para o contexto local. No qual a diversidade de temas seja um elemento presente e indagador no currículo.

O currículo, com tudo o que implica, desde conteúdos à proposta de ações, na percepção de Furlani e Oliveira (2015), é um ponto de referência na melhora da qualidade do ensino, na mudança das condições da prática, no aperfeiçoamento dos professores e na renovação de projetos escolares com a implementação de ações interdisciplinares. Conforme Poloniato e Peripolli (2017), deve-se pensar o currículo de maneira que busque fortalecer práticas articuladas entre disciplinas, respeitando o sujeito que está se construindo; através de procedimentos de ensino em que o aluno seja visto em seu processo e não no resultado que ele possa gerar. Desenvolvendo, desta maneira, um currículo que direcione uma ação voltada para a formação humana nas suas várias dimensões através de ações interdisciplinares.

2.4 Interdisciplinaridade

Assim como o currículo, nos últimos anos, discussões referentes à interdisciplinaridade em várias áreas do conhecimento, tem se fortalecido com o propósito de romper paradigmas da disciplinaridade. No contexto brasileiro as discussões acerca de interdisciplinaridade tiveram início a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB)/5.692/71, sendo intensificadas, por docentes

e discentes, a partir da LDB/9.394/96 e foram fomentadas com da elaboração dos PCNs. Para Ocampo *et al.* (2016), apesar da conceituação da interdisciplinaridade, não ser clara, a gestão escolar e as políticas públicas educacionais recomendam que a prática docente deve ser guiada por essa abordagem.

No cenário internacional, segundo Fazenda (2002), essas discussões tiveram início na França e Itália, época caracterizada por movimentos estudantis que propunham um ensino mais sintonizado com as grandes questões de ordem social, política e econômica do período. Lenoir (2001) descreve leituras procedentes de países e culturas distintas, sobre interdisciplinaridade, sendo que na França, é considerada integração dos saberes, nos Estados Unidos busca resolver problemas da experiência cotidiana e, no Brasil destaca a importância do autoconhecimento, do diálogo e das articulações na escola.

Na interpretação de Lück (1994), o termo surgiu entre diferentes movimentos que visavam restabelecer o sentido, em distintos segmentos da sociedade, como uma demanda entre os educadores que procuravam promover e superar a fragmentação na escola. Almejando uma visão globalizada, além de uma atitude pedagógica, comprometida em superar a fragmentação do conhecimento escolar. Assim, a interdisciplinaridade apresenta-se como articuladora no processo de ensino e de aprendizagem, a partir de mudança de atitude e do modo de pensar, fundamentando as opções metodológicas no ensino, auxiliando na organização curricular e norteando a formação de profissionais de educação (FAZENDA, 2002; GADOTTI, 2004).

Deste modo, para Bonacelli (2014), as discussões sobre interdisciplinaridade no ensino, se devem à própria evolução da construção do conhecimento, que busca romper fronteiras disciplinares almejando a inovação. Para Maia e Alves (2015) a interdisciplinaridade atualmente é uma tendência no processo de ensino-aprendizagem, a qual se efetiva, principalmente pelo envolvimento e comprometimento dos docentes quanto a sua aplicação. Orientando, desta maneira, a formação de profissionais preocupados com as integrações entre saberes tão diferentes, e, ao mesmo tempo, indissociáveis na produção de sentido da vida.

Fazenda (2015) define a interdisciplinaridade com um estudo de fenômenos comuns a duas ou mais disciplinas, a partir de diálogos entre profissionais, independente da perspectiva de leitura que façam sobre um mesmo tema, com interação entre diferentes áreas do saber. Para Amorim e Gattás (2007), a interdisciplinaridade é um método, caracterizado pela intensidade das trocas entre especialistas e pela interação das disciplinas dentro de um projeto, com relações de interdependência e de conexões recíprocas. Conforme Pessano *et al* (2013), o enfoque

educacional interdisciplinar e o uso de temáticas da realidade social dos educandos contribuem, com a integração e a contextualização de conteúdos, evitando a fragmentação do conhecimento.

Na visão de Furlani e Oliveira (2015), a interdisciplinaridade tem sido concebida como uma das principais estratégias da educação na formação de profissionais capazes de pensar e atuar com base na articulação dos diferentes conhecimentos. Constitui-se, assim, “numa tentativa de transcender os limites, de estabelecer a comunicabilidade, de reconectar as ligações refeitas ou perdidas com o movimento da especialização diante de um modelo que se apresenta linear e estanque” (GALLO, 2001, p. 19). Evidencia-se assim, o papel basilar do professor no processo interdisciplinar, pois este realiza uma leitura em diferentes saberes, ao aproximar o conhecimento específico do senso comum, buscando interfaces além de sua formação inicial.

Independente da área de conhecimento, o professor deve compreender suas experiências pedagógicas em um contexto mais amplo, no qual suas identidades disciplinares são transversais às práticas e conhecimentos de seus pares na escola. Para Soares *et al.* (2014) a interdisciplinaridade no ambiente escolar, condiz com o apresentado nos PCN, no que refere-se à formação de um sujeito crítico, participativo e reflexivo, capaz de intervir e modificar seu contexto. Nesta compreensão, para Junior *et al.* (2015), a adoção da interdisciplinaridade como recurso metodológico em ações didáticas, demanda do professor, congrega atitudes, diálogo, parceria e disponibilidade, exigindo reflexões constantes de sua prática.

Leff (2012) sugere que a interdisciplinaridade é um dispositivo inquestionável que deve ser utilizado em todo o ambiente escolar, devendo ser incorporada à prática de todas as disciplinas. Para que ocorra essa incorporação, Fazenda e Ferreira (2013), alertam que deve-se pensar aspectos que envolvam a formação interdisciplinar de professores, constituindo-se assim, como passo fundamental nas conexões pela decodificação dos problemas educacionais e indispensável para qualificar a prática pedagógica. Deste modo, a formação continuada com olhar interdisciplinar, ressignifica o saber docente e a construção de novos saberes, promovendo, assim, seu desenvolvimento profissional.

2.5 Formação Continuada

A formação continuada de professores é entendida por Freire (2011), como uma proposta intencional e planejada, que visa à mudança do educador por meio de um processo reflexivo e crítico, que auxilie na construção de conhecimento e intervenha na sua realidade. Devido a sua relevância no cenário educacional, na última década tem sido objeto de estudos e investigações, além de políticas públicas que visam nortear essas formações. Para Mendes (2016) a formação continuada surge com destaque nas discussões educacionais, uma vez que a

formação inicial tem sido considerada insuficiente para instrumentalizar o professor a lidar com a complexidade que envolve sua relação com o saber e o seu papel como mediador entre o conhecimento a ser construído e seus alunos.

Entre as políticas públicas adotadas, cita-se o Plano Nacional de Educação (PNE), conforme Santos e Batista Neto (2016), o documento aponta para uma formação continuada, traçando objetivos e metas para formação e valorização dos professores. Cita-se também, os princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica/2015, que estabelece, segundo Silva (2016), a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa e ao projeto pedagógico das instituições.

Deste modo, “a formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional” (LIBÂNEO, 2004, p. 227). Para Lannes *et al.* (2013), com base na literatura, as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem estão vinculadas à falta de investimento na educação científica dos professores, atores principais na construção de um futuro que visa a qualidade de vida. Percebe-se assim a relevância da formação continuada, alicerçando com eficiência as ações dos professores, na intenção de promover e favorecer uma educação de qualidade.

A relevância da formação contínua, baseada em indicativos de pesquisas, é apontada por Gabini e Diniz (2009), devido à formação inicial não conseguir atender as exigências conferidas à escola, sendo que estas colaboram com a atualização conceitos, apresentando novas produções científicas, contribuindo assim, para que o professor não permaneça com o conhecimento obsoleto. Deste modo, Bezerra e Silva (2016), compreendem que a maneira de ensinar e de aprender, se transformam no decorrer da história, sendo necessário que o professor, além de compreender como esse processo ocorre, considere à realização das devidas modificações no seu modo de produzir conhecimento, com vistas à maior aprendizagem dos alunos.

Essa transformação pode ser por meio da superação de concepções antigas, através de uma formação continuada que seja passível de discussão e compreensão. É necessário investir, conforme Coutinho *et al.* (2012), na interação escola-universidade, por meio de atividades de formação continuada, propiciando acesso e a incorporação da produção científico acadêmica as práticas cotidianas dos professores, contribuindo na qualidade de ensino, pois os problemas escolares são discutidos nestas produções científicas. A formação de professores, para Monteiro

(2016), devem atingir um processo coletivo de construção docente, com dimensão pedagógica flexível, substituindo dimensões pedagógicas racionalistas pautadas no individualismo docente.

Assim, a formação continuada pode ser vista como um instrumento repleto de possibilidades, considerando o processo de mútuo ensino e aprendizado entre professor/aluno. Conforme Zimmermann *et al.* (2016) é importante conceber momentos para que professores possam atualizar-se e até refletirem sobre sua atuação, assentando na formação de profissionais de qualidade para atuação na sociedade. Esses momentos de reflexão, podem fomentar no professor uma mudança de atitude em sua prática educativa.

Neste contexto, a formação contínua faz parte da vida profissional e pessoal dos professores e, também, das instituições formadoras, em que professor reflete e avalia o contexto de sua prática e é instigado a construir teorias que fundamentem sua atuação. Exigindo, segundo Matos *et al.* (2016), constante aperfeiçoamento, no intuito de suprir lacunas e inquietações que surgem ao longo da carreira, auxiliando a aprimorar e relacionar teoria e prática de uma forma mais tangível, atribuindo maior aplicabilidade do conhecimento ao cotidiano pedagógico.

3. METODOLOGIA

O presente estudo objetivou pesquisar sobre como são as abordagens do tema Meio Ambiente e o desenvolvimento de ações interdisciplinares por professores de diferentes áreas de formação na educação básica. A proposta metodológica desta pesquisa está dividida em duas etapas:

Primeira etapa: Abrange uma análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola, realizada por meio de uma matriz analítica, conforme quadro 01 abaixo apresentado. A construção desta matriz foi fundamentada em Mallmann (2015), e com tópicos elaborados pela própria pesquisadora.

Quadro 01- Matriz Analítica

Qual o ano de construção e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico?
O documento faz menção sobre igualdade e qualidade de ensino?
A gestão democrática está presente no projeto?
O corpo do documento contempla a interdisciplinaridade?
O PPP orienta e/ou apresenta indicações sobre os Temas Transversais?

Fonte: Adaptado de Mallmann (2015)

Segunda etapa: Para fins de análise, foi utilizado, como instrumento de coleta de dados, questionários semiestruturado com questões objetivas e dissertativas, com o objetivo de identificar o conhecimento dos mesmos sobre o teor do PPP, o desenvolvimento de práticas educativas sobre o Tema Meio Ambiente e sobre abordagens interdisciplinares, bem como averiguar a compreensão dos mesmos sobre a contribuição da formação continuada nos processos que envolvem essas questões. A coleta de dados, ocorreu na escola, em horário disponibilizado pelos gestores e o público final da pesquisa resultou no total de 13 professores participantes.

A abordagem metodológica ampara-se na pesquisa qualitativa, sendo que para Moreira (2011) esse tipo de pesquisa presume a coleta de informações mediante as influências mútuas que acontecem entre o pesquisador e o objeto de estudo. Para fundamentação e análise dos resultados no primeiro manuscrito é utilizado a Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e no segundo manuscrito a análise amparou-se em Minayo (2008).

O resultado desta pesquisa está apresentado em forma de dois manuscritos e formatados conforme as normas das revistas para quais foram submetidos.

3.1 Cenário da Pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida em uma escola de Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino da cidade de Uruguaiana/RS no primeiro e segundo semestre de 2016. A

referida escola está situada na periferia da cidade e possui como característica a proximidade ao rio que banha a cidade. Possui em seu quadro funcional, entre professores e funcionários, 64 pessoas e atende em média 650 alunos, em dois turnos, manhã e tarde, sendo que a maioria dos educandos residem no entorno da escola, sendo provenientes de famílias de baixo poder econômico e que frequentemente tem suas casas atingidas por enchentes ocasionadas pela proximidade com o rio Uruguai.

O espaço físico da escola é dividido, em dois andares, possui 13 salas de aulas, sendo que a mesma, nos últimos anos tem apresentado graves problemas em sua estrutura física, o que gera apreensão em relação a segurança física dos alunos, professores e funcionários. Com o surgimento deste problema o poder executivo municipal apresentou a proposta de mudança da escola para um novo espaço, que localiza-se aproximadamente a uma distância de 1,5km da sede atual, o que está suscitando questionamentos na gestão escolar sobre a possível mudança e a descaracterização da escola em relação ao público que atende.

3.2 Caracterização dos participantes

A formação Inicial dos professores participantes é heterogênea: Letras, Inglês, Ciências, Português, Matemática, História, Geografia, Pedagogia, Linguagens, Ciências da Natureza, Biologia, Licenciatura Plena, Ciências Humanas. Destes professores 50% possuem Pós Graduação e sua maioria, 60%, trabalham somente na Rede Municipal cumprindo carga horária de 20h semanais e 40% dividem-se entre Rede Municipal/Estadual com carga horária superior à 40h. Destes professores, 50% possuem menos de 10 anos de docência e os demais estão inseridos no espaço escolar entre 20 e 30 anos.

3.3 Preceitos éticos

A coleta de dados ocorreu após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Pesquisa e Ética, sob parecer número 1.746.820, sendo solicitada autorização para a concretização da mesma na mantenedora municipal e na escola participante. Seguiu as determinações da resolução nº 466/2012 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, sendo obedecido os preceitos éticos e garantido o sigilo e anonimato de todos os participantes do estudo, sendo obedecidas às normas que envolvem pesquisas com seres humanos contidas nesta resolução. A pesquisa possuiu riscos mínimos no que se refere ao constrangimento dos pesquisados e estes foram minimizados através das informações dispensadas aos participantes da pesquisa quanto ao objetivo do estudo e assegurando o sigilo das respostas.

4 RESULTADOS

4.1 Manuscrito 1: Submetido na revista Ciências e Ideias (ISSN 2176-1477) em 28/11/2016, em processo de avaliação.

Análise do Projeto Político Pedagógico sobre a Transversalidade e Interdisciplinaridade no Ensino Fundamental

Diagnosis in the Pedagogical Political Project on Mainstreaming and interdisciplinarity in Elementary Education

Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa¹[catialopes00@hotmail.com]

Emerson de Lima Soares¹[emersonsoareslima@hotmail.com]

Edward Frederico Castro Pessano²[edwardpessano@unipampa.edu.br]

Vanderlei Folmer²[vanderleifolmer@unipampa.edu.br]

¹Universidade Federal de Santa Maria, PPG Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Campus Universitário Bairro Camobi. CEP 97105-900, Santa Maria - RS, Brasil.

²Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Curso Ciências da Natureza – Licenciatura. BR 472 – CEP 97500-00, Uruguaiana-RS, Brasil

Resumo

Este artigo analisa a constituição de um Projeto Político Pedagógico, no Ensino Fundamental, verificando se a transversalidade e a interdisciplinaridade são contempladas no documento, sendo este uma das principais ferramentas de concretização do currículo. A metodologia da pesquisa se baseou na análise documental e configura-se como investigação qualitativa. Os resultados da análise revelaram a desatualização do PPP diante das novas propostas educacionais de atualização curricular. Consta, no corpo do documento, o objetivo de formar cidadãos críticos e participativos, porém não expõe indicações referentes ao desenvolvimento de ações interdisciplinares e de articulação dos conhecimentos pertinentes aos Temas Transversais que visem colaborar nesta proposta. Os dados permitem concluir a necessidade de mobilização dos gestores, através dos segmentos escolares, no intuito de atualizar o PPP e contemplar a inserção dessas ações no currículo escolar do EF.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Interdisciplinaridade; Transversalidade; Currículo; Ensino Fundamental.

Abstract

This article analyzes the constitution of a Political Pedagogical Project, in Primary Education, verifying if transversality and interdisciplinarity are contemplated in the document, being this one of the main tools of accomplishment of the curriculum. The methodology of the research was based on the documentary analysis and is configured as a qualitative investigation. The results of the analysis revealed the outdated PPP in the face of the new educational proposals of curricular updating. The objective of forming critical and participatory citizens is to be included in the body of the document,

but it does not present indications referring to the development of interdisciplinary actions and articulation of the knowledge pertinent to the Transversal Themes that aim to collaborate in this proposal. The data allow us to conclude the need to mobilize managers through the school segments in order to update the PPP and contemplate the insertion of these actions into the school curriculum of the EF.

Key words: *Pedagogical Political Project; Interdisciplinarity; Transversality; Curriculum; Elementary School*

Introdução

Atualmente percebe-se a necessidade da escola ir além da formação cognitiva e intelectual dos estudantes, devendo proporcionar também uma formação social, atuando na construção de atores sociais, alicerçada na realidade e nos processos significativos de aprendizagem. Para tanto, segundo Demo (2010), a busca pela alfabetização científica, e a construção de novos conhecimentos, perpassam pela interdisciplinaridade dos saberes.

Neste sentido, a vida contemporânea favorece em nosso cotidiano a inclusão de inúmeras temáticas fundamentais para a vida em sociedade, presentes no contexto escolar, como as questões ambientais, de saúde, de gênero e sexualidade, de etnias e muitas outras. Desta forma, alguns documentos norteadores dos processos de ensino se apresentam como ferramentas de mediação e orientação das formas e estratégias que a escola deve primar para atingir os objetivos formadores.

Para tanto se destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que apresentam os Temas Transversais (TT) e seus meios de aplicação. Para Santos e Santos (2016) a organização dos Temas Transversais surgiu na perspectiva de dar ao currículo uma dimensão social e contemporânea, ao discutir temas relevantes em determinado contexto histórico-social. Essas discussões apresentam-se de maneira urgente em nossa sociedade, devendo ser constantes com a intenção de sensibilizar e alertar sobre a responsabilidade de todos em relação às demandas que envolvem assuntos sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos e desenvolvimento tecnológico.

Portanto, com o intuito de fomentar essas discussões, alguns documentos oficiais que regem a educação brasileira, como Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), apresentam em suas diretrizes questões relacionadas a esses temas. Entre essas questões citam-se a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, destacando os princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Para Bonamino e Martinez (2002) nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) a parte diversificada do currículo deve ser organizada e gerida de maneira que perpassem transversalmente a proposta curricular, imprimindo direção aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP).

Ao constarem no currículo escolar, os TT, norteiam as ações escolares auxiliando nas reflexões e interações do trabalho docente. Contribuindo assim, no processo de construção do conhecimento e do desenvolvimento da cidadania, dos educandos,

através da formação de valores e posicionamento crítico e consciente sobre o meio em que está inserido.

Destacamos que a concepção do currículo escolar deve ser baseada em princípios que determinem e favoreçam as ações educativas, resultando em uma melhoria na aprendizagem, na inserção e socialização do aprendente no contexto escolar. Para Veiga (1998) o PPP vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, não sendo algo que é construído e arquivado, mas sim algo que deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. Nesta perspectiva, Puchel (2011) entende que no PPP deve constar a expressão dos valores e princípios educacionais e políticos, devendo ser fruto de uma produção coletiva, com o objetivo de nortear e conduzir o processo de formação, buscando superar desafios políticos e pedagógicos.

Desta maneira, concebe-se o PPP como um documento, que dá autonomia escolar e também como uma ferramenta, que fomenta o desenvolvimento de ações e estratégias pedagógicas, permitindo a construção de uma identidade educacional, a partir da gestão democrática. A relevância do diálogo, neste processo, é destacado por Veiga (2001, p.59) ao afirmar que "toda e qualquer organização que pretenda implantar ou desenvolver prática de natureza participativa deve ter por base o exercício do diálogo".

Com a ampliação do Ensino fundamental de oito para nove anos, a partir de uma política de inclusão social, se percebe a necessidade de reformulação e reorganização do currículo, pois o acesso antecipado a educação constitui-se em um instrumento de conscientização política e construção de cidadania. Assim a escola deve se adequar para desenvolver questões que contemplem esses alunos no decorrer do Ensino Fundamental.

A reorganização de projetos pedagógicos que assegurem o pleno desenvolvimento dessas crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo, tendo em vista alcançar os objetivos do Ensino Fundamental, sem restringir o trabalho pedagógico apenas à preocupação de alfabetizar a criança. (SAVELI, 2008, p. 69)

Os PCN apresentam sugestões que contribuem para a construção e/ou renovação deste documento escolar. Além de reforçarem a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da corresponsabilidade entre todos os educadores. (BRASIL, 1997, p. 7).

Essa renovação deve contemplar, sobretudo, o Ensino fundamental II, pois esta etapa de aprendizagem favorece a utilização dos conhecimentos já adquiridos em novos contextos, em que ensino e aprendizado interagem e proporcionam ao aluno diferentes formas de pensar e aprender. Nesta etapa o educando não apenas conhece a realidade, mas atua sobre ela, intervindo em seu contexto, adquirindo e vivenciando valores éticos e desenvolvendo a cidadania através de questões pertinentes ao seu dia a dia, qualidades essas valorizadas e exigidas pelo mundo contemporâneo.

Esses temas pertinentes são elencadas nos PCN-TT para serem incluídos e abordados no currículo do Ensino Fundamental (EF) como Saúde, Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual; Pluralidade Sexual, Trabalho e Consumo. Sendo,

conforme os PCN (1997), desenvolvidos em forma de conteúdo, mas não em uma área específica do conhecimento, sendo pertinentes a todas as disciplinas e preferencialmente devem ter uma abordagem interdisciplinar.

A inserção da transversalidade, no documento que conduz as propostas educacionais, a partir de um viés interdisciplinar, se apresenta como uma estratégia que visa incluir no contexto escolar temas atuais que fazem parte do cotidiano dos educandos. Lannes e colaboradores (2014) entendem que o trabalho com os eixos temáticos propostos torna-se mais consistente em termos de uma formação que permita ao sujeito atuar em uma sociedade complexa e em permanente transformação.

Neste cenário, conforme indica Veiga (2001), sobre a relevância de buscar melhoria na qualidade do ensino nas escolas públicas, através de estudos e pesquisas sobre PPPs, sendo ele responsável pela orientação que rege o desenvolvimento do trabalho pedagógico, surgiu a questão que norteia nosso estudo:

- Os Temas Transversais e a interdisciplinaridade são contemplados no Projeto Político Pedagógico de uma determinada escola municipal?

Neste sentido, este ensaio objetiva diagnosticar e analisar a constituição do PPP de uma escola pública, verificando em suas orientações se os Temas Transversais e a interdisciplinaridade estão presentes no corpo do documento e quais as indicações referentes aos mesmos. Identificando em caso afirmativo, quais são as abordagens e orientações existentes sobre esses temas e em caso negativo, que ações a escola deve desenvolver na perspectiva de contemplar essas questões.

Assim, este diagnóstico justifica-se no sentido de compreendermos a importância de uma educação de qualidade, alicerçada no documento oficial da escola, e articuladas entre diferentes áreas do conhecimento. Salienta-se ainda, que a análise aqui exposta, faz parte de um estudo mais amplo que tem como perspectiva discutir a concepção de professores dos anos finais do EF, sobre esses temas pesquisados, na intenção de ampliar e fomentar as discussões sobre a abordagem transversal e interdisciplinaridade no contexto escolar.

O Projeto Político Pedagógico

Toda escola almeja em suas ações educativas alcançar metas que promovam o desenvolvimento intelectual e crítico social dos educandos através de uma aprendizagem significativa. Assim destaca-se a relevância do Projeto Político Pedagógico (PPP) neste processo em fornecer meios para a concretização dessas ações, em que cada palavra que o compõem, segundo Veiga (2002), apresenta um significado distinto:

- Projeto representa inovação ou transformação, o ponto de partida ou intencionalidade de propostas de ações a serem futuramente executadas;

- Político considera a orientação e princípios a serem seguidos como base para obter êxito nas ações; e,

- Pedagógico refere-se ao momento de definição, organização e concretização das ações que apontam para sucesso no processo de ensino aprendizagem.

No *corpus* desse documento deve constar uma escrita detalhada sobre as diretrizes escolares, objetivos e ações educacionais a serem abordadas e desenvolvidas na escola, apresentando o amparo legal para a construção do mesmo, elencando necessidades e expectativas da comunidade escolar. Propiciando o desenvolvimento de capacidades, a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilitar aos alunos usufruir das manifestações culturais nacionais e universais (Brasil, 1996, p 33).

Para garantir o sucesso dessas ações, o referido documento, deve contemplar essas orientações, sendo que cabe a escola, conforme Veiga (2002), seguir as orientações da LDB/ nº 9.394 conceber, realizar e avaliar seu projeto educativo e pedagógico com base em seus alunos, sem aguardar que esferas administrativas superiores assumam essa responsabilidade, mas sim que possibilitem condições necessárias para o desenvolvimento das propostas.

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2002, p.1)

Esta construção e organização deve envolver equipe pedagógica e professores, conforme apontado na LDB (2015, p.14), além da comunidade escolar, constituída por funcionários e responsáveis legais dos educandos. No corpo dos PCN (1998) consta que projeto educativo é a identidade da escola em um processo dinâmico de discussão, reflexão e elaboração contínua, devendo ser elaborado pela equipe pedagógica, buscando a adequação do projeto às características sociais e culturais da realidade em que a escola está inserida.

Verifica-se que o documento atua como instrumento balizador do processo educativo, fortalecendo a escola e configurando-se como uma ferramenta de planejamento e avaliação. A escola deve ser promotora do desenvolvimento cognitivo dos educandos considerando questões pessoais e individuais de cada aluno. Almejando, segundo Libâneo (2001), a inserção no mundo do trabalho, a constituição da cidadania, inclusive como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os Temas Transversais

A educação brasileira é marcada por várias rupturas, que perpassaram o período imperial, republicano, regime militar até chegar na abertura política (Barreto e Mittrulis, 2001). Nessas transições observou-se a evolução da educação a partir da elaboração de leis que objetivam o progresso na educação brasileira.

Entre essas leis podemos citar a LDB/9394 de 1996, que apontou para uma gestão democrática do ensino e autonomia pedagógica. A partir dela elaboraram-se os PCN que servem como orientações curriculares, com a finalidade de contribuir na

formação pessoal e social dos indivíduos. Posteriormente aos PCN, os TT foram incorporados ao ensino com o objetivo de trazer, para cada a escola, questões importantes da vida cotidiana, pois abordam processos que estão sendo vividos pela sociedade (Garcia *et al.*, 2010).

Entende-se, assim, a educação como um processo em constante transformação que possibilita aos educandos o desenvolvimento de suas potencialidades, perpassando pelo período escolar até atingir a vida adulta. Devendo ter como princípio a formação integral de cidadãos, circundando os mesmos em questões sociais, políticas e históricas do país.

A formação integral dos educandos é contemplada nos TT, através de questões como Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo, que objetivam abranger temas urgentes e relevantes que surgem no cotidiano dos educandos e educadores, visando a compreensão e construção dos direitos relacionados a vida pessoal e coletiva. Por possuírem um viés interdisciplinar, os TT, permitem que suas abordagens permeiem todas as disciplinas, atuando como eixo unificador de discussões que possam emergir no contexto escolar. Assim, considera-se que mudanças aceleradas da sociedade refletem no cotidiano da escola, exigindo ações compatíveis com as demandas de cada comunidade.

A contribuição da escola, segundo PCN TT (1998) é de desenvolver um projeto que desenvolva capacidades e permita a intervenção na realidade com o intuito de transforma-la. Indicam ainda que o PPP deve posicionar-se em relação às questões sociais, não tratar os valores como conceitos ideais e, incluir essa perspectiva no ensino das diferentes áreas do conhecimento escolar.

Nesse sentido, na compreensão de Macedo (1998) os temas transversais tem o intuito de ser o eixo estrutural do currículo, para que se consolidem como eixo integrador das diferentes áreas do currículo e, deste, com a realidade social. Entende-se assim, ser necessário uma articulação entre as áreas e os temas transversais, fundamentados na seleção e organização do conhecimento em cada área. Assim a prática pedagógica, interdisciplinar e transversal se alimentam mutuamente, sendo impossível haver transversalidade sob outra ótica, se não a da interdisciplinaridade.

Interdisciplinaridade

A introdução da interdisciplinaridade no panorama da educação brasileira teve início a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 5.692/71, sendo que a partir da LDB nº 9.394/96, docentes e discentes de licenciatura, começaram a aprofundar as discussões sobre esse tema. Assim, no intento de embasar essas discussões, os PCN (1996) introduziram em seu documento orientações sobre como desenvolver atividades interdisciplinares no espaço escolar. Indicam a interdisciplinaridade como eixo integrador que pode ser desenvolvida como objeto de conhecimento, projeto de investigação ou plano de intervenção a partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de compreender, intervir ou mudar algo que desafia uma disciplina isolada.

Para Fazenda (2002) a interdisciplinaridade envolve uma relação de reciprocidade e mutualidade, pressupondo uma atitude distinta a ser assumida frente ao problema do conhecimento, que visa superar a concepção fragmentária por uma concepção única de saberes. Sendo, portanto, a interação entre sujeitos que se encontram e sabem que precisam um do outro na reconstrução dos indivíduos. Conforme alguns autores, a interdisciplinaridade consiste em uma estratégia de interação entre as disciplinas ou áreas do saber, que fornecem maior significado, na busca de superação da atomização do conhecimento humano, devendo ser inserida na Educação Básica como um princípio norteador de atividades pedagógicas (Luck, 1994; Iribarry, 2003; Hartmann e Zimmermann, 2007).

Por esta razão, conforme Beane (2003), a interdisciplinaridade se torna muito importante, destacando-se como um sinônimo de integração curricular e configurando como um método pelo qual está se torna efetiva. Sendo, desta forma, a interdisciplinaridade um mecanismo de executar e articular os TT com diferentes áreas do conhecimento, seja a partir das várias áreas do saber, ou seja, a partir de diferentes atores sociais que se encontram e contribuem para o processo formativo.

Metodologia

Está análise, se caracteriza como um estudo de caso, possui caráter qualitativo e o processo metodológico teve como princípio a análise documental do PPP de uma escola de Ensino Fundamental da municipal da cidade de Uruguaiana/RS. Pimentel (2001) considera que esses estudos baseados em documentos, como material primordial, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta.

Como alicerce teórico para a pesquisa utilizou-se as orientações de Veiga (2001) sobre “questões chaves” que devem constar neste documento, sendo ele o norteador pedagógico que rege o bom andamento da escola.

Para tanto foi construída uma matriz analítica, seguindo as orientações de Mallmann (2015), como estratégia de registro de análise interpretativa-crítica dos dados, conforme o quadro 1, com questões que orientam e consideradas primordiais para a análise documental do PPP:

Quadro 1- Questões norteadoras da matriz analítica elaborada para análise do PPP.

Qual o ano de construção e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico?
O documento faz menção sobre igualdade e qualidade de ensino?
A gestão democrática está presente no projeto?
O corpo do documento contempla a interdisciplinaridade?
O PPP orienta e/ou apresenta indicações sobre os Temas Transversais?

Fonte: Adaptado de Mallmann (2015)

A partir dessas questões e de acordo com as concepções de Pimentel (2001) de que a análise documental percebe os documentos como base para o desenvolvimento de

estudos e pesquisas, visando à reconstrução crítica dos dados passados no intuito de obter indícios para projeções futuras, foi realizada a análise do PPP que rege a escola. A metodologia de análise dos dados baseou-se em Bardin (2011) através da análise de conteúdo.

Análise e Discussões

A partir de uma leitura detalhada no Projeto Político Pedagógico (PPP), documento oficial da escola supracitado, buscou-se diagnosticar, analisar e responder as questões propostas na matriz analítica de maneira crítica e reflexiva. O foco principal foi verificar se a transversalidade e interdisciplinaridade são contempladas no EF II, pois consideramos ser nesta etapa escolar que o aluno aprofunda as reflexões sobre diferentes questões pertinentes ao seu entorno. Essas reflexões envolvem diferenças culturais, valores, crenças e relações sociais, que fazem parte do cotidiano escolar e resultam em uma rica e complexa estrutura de conhecimentos dos sujeitos. Assim no quadro abaixo apresentamos o diagnóstico da análise do PPP:

Quadro 2: Resultado do diagnóstico do PPP

Qual o ano de construção e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico?	A construção do PPP ocorreu em 2008, sendo disponibilizado, para todas as escolas da rede de ensino, pela mantenedora municipal, não havendo participação dos segmentos escolares e atualização desde a referida data.
O documento faz menção sobre igualdade e qualidade de ensino?	Esses quesitos são parcialmente contemplados no documento. Destacam a igualdade em relação ao educando, na intenção de promover a inclusão, o respeito ao ser humano e suas diferenças. Sobre qualidade de ensino evidenciam que a maioria de seus professores possuem formação superior e que seus funcionários possuem qualificação. Porém não há indicativos que fomentem a formação continuada.
A gestão democrática está presente no projeto?	O PPP não faz menção explícita sobre gestão democrática, mas propõe-se a ouvir os personagens que tem interesse no sucesso da educação, no sentido de ampliar e implicar novas abordagens. Propõe, em suas ações administrativas, assegurar a participação de todos os

	segmentos da escola na execução dos objetivos propostos.
O corpo do documento contempla a interdisciplinaridade?	A interdisciplinaridade não está contemplada no PPP. Na parte metodológica, consta uma referência sobre integração dos conhecimentos e desenvolvimento de projetos, mas não apontam a interdisciplinaridade como estratégia que possibilite essas ações.
O PPP orienta e/ou apresenta indicações sobre os Temas Transversais?	O PPP limita-se a abordar de maneira sintetizada questões como, ética e cidadania e não apresenta em suas linhas questões atuais e pertinentes ao contexto escolar como os demais TT: Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo.

Fonte: Elaborado pelos autores

A partir deste diagnóstico, buscou-se analisar essas questões alicerçando-nos em alguns autores que fomentam as discussões sobre a natureza e importância desses temas na educação.

Assim, no primeiro quesito analisado constatou-se a desatualização do PPP e a padronização com as demais escolas municipais. Conforme dados obtidos, com a equipe gestora escolar, o referido documento foi disponibilizado para todas as escolas da rede municipal de ensino, seguindo um modelo padrão de elaboração e não sendo atualizado desde essa data. Desde o ano de elaboração do documento até os dias atuais surgiram novas propostas, que contemplam os PPPs, entre eles cita-se, como exemplo, os Planos Municipal, Estadual e Nacional de Educação.

No atual Plano Municipal de Educação (PME, 2015), consta em suas diretrizes sobre a importância da adequação, pela escola, da proposta pedagógica de maneira clara e objetiva, considerando a forma do currículo e sua flexibilização. Veiga (2013) entende que a escola se desenvolve num espaço e tempo histórico; com orientações previamente instituídas e sob a gestão de um corpo docente que assegura o desenvolvimento de ações educativas, sendo responsável por rever o instituído e, a partir dele, instituir outras possibilidades. Assim é necessário rever seus currículos, métodos de ensino e de avaliação através do diálogo com os segmentos escolares, repensando a sua finalidade e identidade a fim de não se perder o vínculo com a própria história e sem desconectar-se dos alunos em processo de formação.

O PNE (2014) sinaliza para uma educação com qualidade em que ocorra a revitalização dos projetos pedagógicos escolares a partir da articulação da escola com os diferentes equipamentos públicos, espaços educativos, culturais e esportivos. Considera-se, portanto, imprescindível a atualização deste documento que serve como

aporte para fundamentar questões e discussões que se apresentam em curto, médio e longo prazo no ambiente escolar. Vasconcellos (2002) entende o PPP como uma sistematização, nunca definitiva, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada e que define o tipo de ação educativa que se quer realizar, sendo um instrumento teórico-metodológico que serve para intervenção e mudança da realidade.

No segundo item analisado, sobre igualdade e qualidade de ensino, foi possível constatar que esses quesitos são parcialmente contemplados. Elencam, referindo-se a igualdade, a intenção de promover a inclusão, valorização, o respeito ao ser humano e suas diferenças, destacando a manifestação cultural como fator de aprendizagem significativa. Explanam no marco situacional, sobre uma perspectiva inclusiva e na intenção de adequar-se, no aspecto físico, para receber alunos “portadores” de necessidades especiais. Para Sarlet e Bublitz (2014) o termo portador já não é mais aceito por evidenciar a deficiência e não a pessoa humana, indicando que quem porta algo pode, a qualquer tempo, não portar mais, e com a deficiência isso não acontece. Sendo portando necessário, ao atualizar o documento, além de adotar padrões de terminologias atuais para designar pessoas com deficiência, fomentar ações que impactem de maneira positiva nas práticas inclusivas diminuindo a distância entre teoria e prática.

Na leitura de Marques (2003) sobre os PCNs, é necessário que a escola de EF reconheça a diversidade, procurando formas de acolhimento que requerem disponibilidade, informações e discussões que visem a reflexão sobre a importância de considerarmos que somos todos iguais, independente de crença, raça, cultura, ou de quais quer sejam as diferenças, e saber que as mesmas fazem parte do mundo. Desta forma, compreende-se que, discussões sobre questões de igualdade, devem permear o cotidiano escolar, abordando questões que visem erradicar preconceitos relacionados à raça, deficiência física, religião, opção sexual, entre outros, principalmente com alunos dos anos finais do EF que estão em processo de autonomia de concepções.

Quanto à qualidade de ensino, em seus princípios, existe a indicação de um crescimento qualitativo e de realização pessoal do aluno, enfatizando uma metodologia que desenvolva habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático em que se possa vivenciar inúmeras situações de aprendizagem. Indica ainda que a maioria de seus 32 professores possuem formação superior e que seus funcionários possuem um bom nível de qualificação.

A qualidade do ensino para Souza e Souza (2010) está condicionada a diversos fatores como: instalações, laboratórios, erradicação da fome, pobreza e analfabetismo. Mas um de seus principais fatores é a qualificação do corpo docente. Estando a qualidade de ensino diretamente relacionada com a formação continuada de professores, em que um profissional qualificado contribui de maneira significativa no processo de ensino-aprendizagem e na compreensão crítica do cenário em que o aluno está inserido. Assim, considerando-se que o papel do professor é fundamental no processo de qualificação do ensino, não identificou-se no documento propostas de formação continuada que possam ser desenvolvidas por meio da escola.

A formação continuada na perspectiva do desenvolvimento profissional refere-se ao processo de melhoria na prática pedagógica e também a formação ao longo de toda a vida profissional, e deve se refletir em mudanças na forma do professor pensar, avaliar e atuar sobre o

ensino, e na mediação do processo de ensino e aprendizagem. (LOPES, 2011, p.12)

Ainda como parâmetros na qualidade da educação o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, conferiu no ano de 2011, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 3,9. Em 2013 a escola apresentou número de participantes insuficientes para que o resultado fosse divulgado. A meta projetada pelo IDEB para 2017 é de 5,6. Alves e Soares (2013) consideram que o indicador e suas metas incentivam, escolas e gestores, para melhorar o desempenho e o rendimento dos alunos, elevando a qualidade educacional desde que as desigualdades também sejam consideradas na análise de seu desempenho.

Entende-se, portanto, conforme indicado no PNE (2014) a necessidade de articulação, entre os entes federativos, como meio de fecundar essa proposta de eliminação de desigualdades educacionais dentro do cenário brasileiro. Sendo necessária universalização da alfabetização e de oportunidades educacionais, com o fortalecimento do sistema educacional, visando à redução das desigualdades e a busca por qualidade de ensino.

Na sequência da análise, identificou-se que o PPP não faz menção explícita sobre gestão democrática. Em suas estratégias de ação propõe-se a ouvir os personagens que tem interesse no sucesso da educação, no sentido de ampliar novas abordagens. Propõe ainda assegurar a participação dos segmentos da escola na execução dos objetivos propostos.

Enfatiza-se que na Constituição Federal (1988), Art. 206, inciso VI, a gestão democrática do ensino público está presente e compreende-se como sendo uma forma de gerir uma instituição de maneira participativa, transparente e que privilegie a democracia em suas ações. Para Veiga (2004) implica o repensar da estrutura do poder da escola:

A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA, 2004, p. 19)

Pela desatualização do documento, apontada no início desta análise, entende-se que a gestão democrática não está presente efetivamente na escola, caso contrário o mesmo já teria sofrido intervenções e atualizações no decorrer deste período. Destaca-se, neste sentido, a necessidade de realizar articulações com os segmentos escolares, reunindo esforços, para refletir e agir diante do documento que configura-se como identidade escolar. Assim concordamos com Lima (2014) quando este afirma que a gestão democrática é uma contribuição indispensável no processo do direito à educação, de decisão das práticas educativas e exercício da cidadania com participação ativa dos segmentos escolares.

No penúltimo item analisado verificou-se que as ações interdisciplinares não estão contempladas no PPP. Consta na parte metodológica uma referência sobre integração dos conhecimentos em que serão enfatizados nas habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático. Sendo que Fazenda (1996) faz distinção entre os termos ao afirmar que integração estaria relacionada, de maneira formal, às disciplinas,

produzindo uma visão parcial, não de totalidade sobre o conhecimento, enquanto que interação é condição essencial para a efetivação da interdisciplinaridade, pois une, de fato, os conhecimentos e contribui para com a transformação da realidade.

É elencado no decorrer metodológico do documento, o desenvolvimento de projetos, que objetiva atenção especial às habilidades dos alunos, mas não apontam a interdisciplinaridade como possibilidade de desenvolvimento dos mesmos pelos professores. Devendo ser inserida na Educação Básica como um dos princípios norteadores de atividades pedagógicas, caracterizando-se pelo enfoque pedagógico que se estabelece por diálogo entre diversas áreas do conhecimento, redefinindo limites e ampliando o conhecimento real em sua dinâmica, contribuindo no processo de ensino aprendizagem, sendo sempre um fenômeno reconstrutivo e político, nunca apenas reprodutivo (Demo, 2001 e Hartmann e Zimmermann, 2007). Nos PCNs (1997) consta que:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles, questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas. (BRASIL, 1997, p. 31)

Deste modo, entende-se ser fundamental a inserção da interdisciplinaridade no EF como um elo de integração entre diferentes áreas específicas, compreendendo temáticas e conteúdos, admitindo dessa forma a inserção de recursos inovadores e dinâmicos, que favoreçam as aprendizagens. Lara e colaboradores (2015) reconhecem a dificuldade em trabalhar temas em comum nas diferentes disciplinas, porém consideram ser necessário que se proponham alternativas com vistas a modificar esta realidade.

No último item da matriz analítica foi verificadas orientações que contemplem a transversalidade, considerando-se nesta parte da análise a Ética; Saúde; Meio Ambiente; Orientação Sexual; Pluralidade Cultural; Trabalho e Consumo.

Constatou-se, no decorrer da análise, que o documento contempla, de maneira sintetizada a temática Ética, focando de modo restrito na formação para a cidadania. Em seu marco doutrinário, o documento, apresenta objetivos e princípios a partir da proposta de uma postura filosófica reflexiva, considerando o homem como ser único que aprende, evolui e cresce a partir do processo educativo. Destacam, nesses itens, o resgate de valores éticos e morais que contribuam para o ingresso na sociedade, como cidadãos, através do respeito e tolerância ao ser humano e suas diferenças e reflexão a respeito dos valores da sociedade atual e suas mudanças.

A intenção do tema Ética no contexto escolar é a de fomentar um trabalho pedagógico voltado para a cidadania como eixo estrutural da educação, visando promover a formação de alunos capazes de cultivar um pensamento crítico acerca dos problemas relativos à convivência social. Favorecendo, conforme Severino (2011), as diferentes dimensões do aluno na formação ética, acendendo perspectivas em prol de uma construção social capaz beneficiar tanto para o indivíduo quanto para a coletividade. Assim, entende-se que a escola limita-se à abordagem sobre temática ética, não expondo nas linhas do documento analisado, questões atuais, pertinentes ao contexto escolar, como os demais TT.

Em relação às temáticas Saúde e Orientação Sexual, não foi diagnóstico nenhuma indicativa no PPP analisado. Na literatura alguns autores destacam ser essencial o enfoque dos temas Saúde e Orientação Sexual no contexto escolar, ao entenderem a educação como promotora da saúde e imprescindível na melhoria da qualidade de vida, contribuindo para o respeito a si e aos outros (Lara *et al* (2014) e Moreira *et al* (2015)). Reforçam ainda a relevância de abordar relações existentes entre o mundo do trabalho com os assuntos desenvolvidos em sala de aula. De forma complementar Sarwar e colaboradores (2015) destacam a relevância de abordar e promover a educação e saúde no contexto escolar, abrangendo além da questão biológica, a saúde ambiental, emocional e intelectual, contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem e favorecendo ao máximo o potencial dos educandos.

A escola exerce papel destacado na formação dos cidadãos, na medida em que o grau de escolaridade tem associação comprovada com o nível de saúde dos indivíduos e dos grupos populacionais e os professores ao sanarem dúvidas e curiosidades sobre esse tema contribuem no processo formativo dos educandos (Lanes e colaboradores, 2011); Moreira e colaboradores, 2011). No qual, ao compartilharem informações corretas possibilitam um processo de ensino aprendizagem consciente e autônomo que permite realizar escolhas que viabilize melhoria na qualidade de vida.

Conforme Klein (2015), o momento atual representa um retrocesso em relação à abordagem desses assuntos, pois os PCNs elaborados e editados pelo MEC em 1997, já previam os assim chamados temas transversais ou temas da vida cidadã, dentre os quais constavam Orientação Sexual, sendo que a proposta preliminar do MEC da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao tratar dos assim denominados “temas integradores”, omite ou pelo menos não explicita esta temática.

Quanto a temática Meio Ambiente foi diagnosticado uma possível alusão sobre esse tema, no Marco Situacional, em que é citado a necessidade de uma atenção ao entorno da escola, como saneamento básico, pavimentação e segurança, sendo que nas demais páginas do documento, não são apresentados propostas de ações que visem discutir ou sanar essas e demais questões que envolvam o meio em que a escola está inserida.

Neste sentido, a abordagem ambiental para Guillén (2004) deve reconhecer valores, esclarecer conceitos e desenvolver atitudes e competências, a fim de compreender e apreciar as inter-relações entre o homem, cultura e meio ambiente. Neste contexto, o Meio Ambiente abrange ações além das ambientais, para serem abordados no EF, podendo se associar à ele temas como saúde, ética, qualidade de vida e questões econômicas. É pertinente promover discussões, na escola, englobando questões associadas ao Meio Ambiente como um instrumento de sensibilização, valorização e conservação dos recursos naturais, bem como da reflexão crítica sobre a realidade vivenciada, promovendo atitudes e ações para lidar com as questões ambientais e sociais, visando soluções sustentáveis (Teixeira *et al*, 2016).

Percebemos assim, conforme já salientado por Pessano e colaboradores (2015) e Virgens (2011), a necessidade da inserção, da educação ambiental, nos processos educacionais, voltadas para a contextualização dos conteúdos formais, interagindo com as transformações ocorridas no ambiente e contribuindo na formação da sociedade. Locatelli e Hendges (2005) consideram necessária a elaboração de novos currículos que contemplem esse tema de forma interdisciplinar.

Quanto à abordagem da Pluralidade Cultural no PPP, constatou-se a indicação da manifestação cultural como fator de aprendizagem significativa, mas não esclarecem a maneira como se dará esse processo. Os PCNs (1997) indicam a necessidade de investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. A escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com essa realidade e, por conseguinte, não sabe trabalhar com as crianças e jovens de diferentes estratos sociais e de culturas diferentes, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços (Rodrigues *et al*, 2015).

Sobre Trabalho, Consumo e Cidadania, apesar do documento enfatizar que tem como foco a formação de indivíduos livres e responsáveis, não apresenta propostas que possibilitem discutir esse tema. Entende-se que uma das funções da escola é promover a discussão deste tema com alunos, pois eles representam os futuros integrantes do mercado de trabalho e de consumo. Sendo imprescindível proporcionar abordagens coletivas que os façam refletir sobre direitos, deveres, participação nas decisões políticas e uma futura inserção no mercado de trabalho.

Neste cenário, na compreensão de Santos e colaboradores (2016) sobre os PCNS, a escola deve desenvolver um projeto comprometido com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la. Em que o PPP considere questões sociais, interpretando a tarefa educativa na intervenção da realidade escolar, abordando valores, além dos conceitos ideais e incluindo essa perspectiva no ensino nas diferentes áreas do conhecimento do currículo. Assim, entende-se ser necessário que as escolas formulem seu planejamento em concordância com o que apontam os PCN, relativo aos Temas Transversais e, compartilhem com toda a equipe escolar.

A partir da análise, do PPP, percebe-se que o documento não expõe em suas linhas de ações propostas concretas que fomentem o enfoque dos Temas Transversais pela escola. Sendo que as discussões e abordagens dessas temáticas devem permear as práticas escolares, contribuindo desta maneira para o ensino aprendizagem dos alunos, bem como para a formação cidadã crítica e reflexiva, pois apresenta questões de respeito mútuo, coletividade, prevenções de doenças, considerando o educando como agente social.

A articulação desses aspectos, para Medeiros e Valente (2010) e Dissegna (2016), torna o currículo dinâmico e flexível dentro de cada realidade, mas para que essa alternativa se torne pedagogicamente viável é necessário um trabalho em conjunto do corpo docente da escola ou da comunidade acadêmica. Diante disto, entende-se ser papel da escola promover e integrar ações que visem a renovação do projeto escolar, através da inclusão dos temas transversais e de questões pertinentes ao contexto escolar, promovendo a problematização a respeito do pessoal e do coletivo, resultando no exercício da cidadania e transformação social. Para Libâneo (2004):

O projeto político-pedagógico pode ser comparado, de forma análoga, a uma árvore. Ou seja, plantamos uma semente que brota, cria e fortalece suas raízes, produz sombra, flores e frutos que dão origem a outras árvores, frutos... Mas, para mantê-la viva, não basta regá-la, adubá-la e podá-la apenas uma vez. (LIBÂNEO, 2004, p. 152)

Para Freire (2001) toda prática educativa envolve uma postura teórica, implicando na concepção dos seres humanos e do mundo, devendo assim, ser subsidiado pelo currículo escolar que aborde concepção de educação e que sujeito a escola pretende formar. Entende-se, desta maneira, ser necessário reformulações no PPP, contemplando aspectos relevantes ao contexto escolar, como, por exemplo, gestão democrática efetiva, interdisciplinaridade e abordagens sobre temas transversais de maneira mais clara e objetiva, considerando um novo olhar sobre essas questões. Pois é no EF II, período que coincide com o início da fase da adolescência, que os valores éticos, morais, sociais e religiosos são contestados, repensados e passados por um crivo bastante crítico dos educandos.

Considerações Finais

A partir da análise identificou-se a necessidade de atualização do documento escolar, pois o mesmo encontra-se desatualizado diante das propostas presentes nos atuais documentos que orientam a educação brasileira, não contemplando questões pertinentes a comunidade escolar. Sendo imprescindível uma ação conjunta, a partir da Gestão Democrática, que contemple todos os setores da escola, na intenção de reformulação do documento. Gestão essa não dissociada da igualdade e qualidade de ensino. Visando, desta maneira, a inserção no documento de propostas que promovam a igualdade, auxiliem na qualidade de ensino e contemplem ações no desenvolvimento dessas sugestões no âmbito escolar.

Aponta-se também que não existe, no documento analisado, indicações sólidas que remetam aos Temas Transversais e ao desenvolvimento de ações interdisciplinares. Entende-se assim, ser relevante que a articulação destas propostas estejam explícitas neste documento, no intuito de favorecer a integração de professores de diferentes áreas dos saberes. Tendo por finalidade proporcionar e promover a qualidade de ensino, a desfragmentação do conhecimento e a construção de aprendizagem que contribua com a formação integral do educando.

Diante do exposto, entende-se a necessidade da inserção dessas questões no projeto educacional da escola pesquisada, a fim de fomentar discussões e problematizações com temas atuais e pertinentes a realidade dos educandos. Sendo o PPP eixo de toda e qualquer organização e ação a ser desenvolvida na escola e em processo de construção contínua, tornando-se uma idealização coletiva que pode ser transformado e adequado de acordo com as necessidades escolares. Defendemos essa inserção por entendermos que a escola é local propício para intermediar discussões sobre temas pulsantes em sociedade e de interesse dos educandos.

Logo, é inerente a escola promover propostas, em que os sujeitos sejam envolvidos na ação educativa, estimulando situações de aprendizagem que favoreçam a compreensão do direito à cidadania em diferentes aspectos, sejam eles de saúde, sociais, econômicos, ambientais e pessoais. Pois é nesta fase escolar, aliado ao início da puberdade, que os educandos ao desenvolverem maturidade emocional, identificam a escola como espaço elucidativo de questões por eles elencados e relevantes para o desenvolvimento de sua criticidade e posicionamento como cidadãos.

Conclui-se assim, ser necessário que a escola, a partir de seus gestores, adote uma nova postura e busque alternativas que motivem os segmentos da escola na intenção de atualização e inserção dessas questões no currículo escolar. Estabelecendo uma relação dialética entre currículo e prática pedagógica, legitimando esse documento e contribuindo no processo de fortalecimento da escola, através de reflexões e rupturas, no intuito de construir novas perspectivas relacionadas à educação no Ensino Fundamental.

Referências

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a12>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Importado. Brasil. São Paulo: Edições 70. Ed 1. 2011.

BARRETTO, E.S. S.; MITRULIS, E. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no País. *Revista Estudos Avançados*, v. 15, n. 42. 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9795>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BEANE, J. A. Integração curricular: a essência de uma escola democrática. *Currículo Sem Fronteiras*, v.3, n.2, p. 91-110, 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/beane.pdf>>. Acesso em 05 out. 2016.

BONAMINO, A.; MARTÍNEZ, S. A. Diretrizes e Parâmetros curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: a participação das instâncias políticas do Estado. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 368-385, setembro/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12937>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Plano Nacional da Educação. Lei nº 13.005*, Brasília: Edições Câmara, 86 p., 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 12 agos. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. 2015. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1563571>>. Acesso em: 14 agos. 2016.

DEMO, P. *Educação & conhecimento – relação necessária, insuficiente e controversa*. Petrópolis: Vozes, 2001.

DEMO, P. *Educação e Alfabetização Científica*. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

DISSEGNA, V. M. Desafios da educação contemporânea: possibilidades da integração entre currículo e tecnologia em tempos de cultura digital. Universidade Federal de Santa Catarina. PPG em Educação. 2016. Repositório UFSC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168740>>. Acesso em: 04 out. de 2016.

FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: Um projeto em parceria. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade: e outros escritos. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001

GUILLÉN, F. C. Educación, médio ambiente y desarrollo sostenible. Revista de Educación Ambiental Biocenosis. Vol.18 (1-2) 2004. Disponível em: <<http://investiga.uned.ac.cr/revistas/index.php/biocenosis/article/view/1390>>. Acesso em: 24 out. 2016.

HARTMANN, A. M.; ZIMMERMANN, E. O trabalho interdisciplinar no Ensino Médio: A reaproximação das "Duas Culturas". Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências. 2007. Vol. 7 Nº 2. Disponível em: <http://www.cienciamao.usp.br/dados/rab/_otrabalhointerdisciplina.artigoCompleto.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2016.

IRIBARRY, I. N. Psicologia: Reflexão e Crítica. 16(3), pp. 483-490. (2003). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a07.pdf>>. Acesso em 20 de fev. 2014.

LANES, K. G.; LANES, D. V. C.; PESSANO; E. F. C.; FOLMER; V. O ensino de Ciências e os Temas Transversais sugestões de eixos temáticos para práticas pedagógicas no contexto escolar. CONTEXTO & EDUCAÇÃO. Editora Unijuí Ano 29 nº 92, p. 21-51. Jan./Abr. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/2371>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

LANES, K. G.; LANES, D. V. C.; PUNTEL, R. L.; SOARES, F. A. A; FOLMER, V. Sobrepeso e obesidade: implicações e alternativas no contexto escolar. Revista Ciências & Ideias, V. 3, n. 1, p. 1-18, 2011. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/77/120>>. Acesso em 16 set. 2016.

LARA, S.; SALGUEIRO, A. C. F.; COPETTI, J.; LANES, K. G.; PUNTEL, R. L.; FOLMER, V. O tema transversal saúde na formação inicial de futuros educadores. Revista Eletrônica Pesquisaeduca, Santos, v. 06, n. 12, p. 434-456, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/359>>. Acesso em: 02 set. 2016.

LARA, S.; SALGUEIRO, A.C. F.; PUNTEL, R. L.; FOLMER, V. Trabalhando a interdisciplinaridade com o Tema Transversal saúde na formação inicial de estudantes do Curso Normal. Revista Ciências & Ideias, v.6, n.2, p. 116-134. 2015. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/379>>. Acesso em: 15 set. 2016.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. *Educar*. Curitiba, n. 17, p. 153-176. Editora da UFPR. 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/2074-4044-1-PB.pdf>. Acesso em 29 fev. 2016.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. 5ed. Goiânia: Alternativa. 2004.

LOPES, J. L. K. A formação continuada na rede estadual de educação do estado do Paraná, núcleo de Curitiba e o resultado da prova Brasil/2007. Universidade Federal do Paraná. 2011. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35179/LOPES%2c%20JACIONE%20LUZIA%20KLODZINSKI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 agos. 2016.

LOCATELLI, O. C., HENDGES, C. D. A. Educação Ambiental na perspectiva de um currículo interdisciplinar. *Cadernos do CEOM*, v. 21, n.29, p. 231-242, 2005.

LUCK, H. *Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos - metodológicos*. Petrópolis – RJ: Vozes. 1994.

MACEDO, E. F. Os Temas Transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Química Nova na Escola*, n.8, p. 23-27, 1998.

MALLMANN, E. M. Pesquisa-ação educacional: preocupação temática, análise e interpretação crítico-reflexiva. *Cadernos de Pesquisa*. v. 45 n. 155, p. 76-98, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v45n155/1980-5314-cp-45-155-00076.pdf> >. Acesso em: 08 set. 2016.

MEDEIROS, R. C. R., VALENTE, G. S. C. A prática docente reflexiva baseada no currículo integrado: uma questão de competências. *Revista Ibero-americana de Educação*, n. 54, p.1-9, 2010. Disponível em: <<http://rieoei.org/3507.html> >. Acesso em 06 out. 2016.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa: da visão clássica à visão crítica. Instituto de Física da UFRGS, 2007. Disponível em: <<https://www.if.ufrgs.br/~moreira/visaoclasicavisaocritica.pdf>>. Acesso em 23 out. 2016.

MOREIRA, B. L. R.; ROCHA, J. B. T.; PUNTEL, R. L.; FOLMER, V. Educação sexual na escola: implicações para a práxis dos adultos de referência a partir das dúvidas e curiosidades dos adolescentes. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*. Vol 10, N° 1, 64-83. 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5505787>>. Acesso em 07 out. 2016.

MOREIRA, B. L. R.; BOFILL, M. A. M.; ABAD, M. A. S.; FREITAS, J. R.; GRECCO, M. S. Educação sexual na escola: um breve relato da experiência do município de Uruguaiana/RS. In *Educação e saúde no contexto escolar*. Jaqueline Copetti, Vanderlei Folmer (Organizadores). Uruguaiana: Universidade Federal do Pampa, 2015. 342p. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2015/08/Livro-Educa%C3%A7%C3%A3o-e-Sa%C3%BAde-no-Contexto-Escolar.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

PESSANO, E. F. C.; PESSANO, C. L. A.; FOLMER, V.; PUNTEL, R. L. O Rio Uruguai como tema para a Educação Ambiental no Ensino Fundamental. *Revista Contexto & Educação*. Editora Unijui, Ano 30, n. 96, p. 29-63, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3317>> Acesso em: 15 set. 2016.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>>. Acesso em jun. 2016.

PUSCHEL, V. A. A. A mudança curricular do bacharelado em enfermagem da Escola de Enfermagem da USP: análise documental e vivência dos participantes. Tese (Livre Docência em Educação em Enfermagem) Escola de Enfermagem. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/7/tde-03072014-093555/pt-br.php>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

REMÍ, K. Questões de Gênero e Sexualidade nos Planos de Educação. *Revista Coisas do Gênero*. São Leopoldo, v.1, n. 2, p. 145-156. ago.- dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2633>>. Acesso em 16 out. 2016.

RODRIGUES, C. A. G.; SANTOS, C. V. S.; MERCÊS, F. A.; MANSINI, L. F.; CORRÊA, W. C.; SANTOS, T. S. S.; GUTIERRES, Y. C.; CACCAVO, R.; TAVARES, S.F. Pluralidade cultural: análise e reflexão. *Lecturas: Educación Física y Deportes, Revista Digital*. Buenos Aires, Año 20, Nº 204, Mayo de 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5386792>>. Acesso em: 16 agos. 2016.

SANTOS, A. G.; SANTOS, C. A. P. A inserção da Educação Ambiental no currículo escolar. *Revista Monografias Ambientais – REMOA*. v. 15, n.1, p.369-380, jan-abr, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/19893>>. Acesso em 04 de out. 2016.

SANTOS, M. E. T.; SOARES, C. B.; ESCOTO, D. F.; SOUZA, D. O. G.; COPETTI, J.; SILVEIRA, M. G. S.; LARA, S.; FOLMER, V. *Tema Transversal saúde no contexto escolar: análise da formação e da prática pedagógica docente nos anos iniciais da Educação Básica*. *Revista Ciências & Ideias*, v.7, n.1, p. 85-101. 2016. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/471>>. Acesso em: 15 set. 2016

SARLET, I.W.; BUBLITZ, M. D. Declaração de Atenas: a mídia e o uso da terminologia com relação às pessoas com deficiência na perspectiva do direito à igualdade. *Revista Direto Fundamentais da Democracia*, v. 15, n 15. 2014. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/576>>. Acesso em 23 agos. 2016.

SARWAR, M. F.; SARWAR, M. H.; SARWAR, M. Understanding Some of the Best Practices for Discipline of Health Education to the Public on the Sphere. *International Journal of Innovation and Research in Educational Sciences*. Vol. 2, Issue 1, ISSN (Online): 2349–5219. 2015. Disponível em:

<http://www.ijires.org/administrator/components/com_jresearch/files/publications/IJ IRES-112_final.pdf>. Acesso em: 24 out 2016.

SAVELI, E. L.. ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: bases legais de sua implantação. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, PR, v. 3, n. 1, p. 67 - 72, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Acer/Downloads/Dialnet-EnsinoFundamentalDeNoveAnos-2682746.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Formação e atuação dos professores: dos seus fundamentos éticos. In: SEVERINO, Francisca Eleodora Santos (Org.). *Ética e formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 130-148.

SOUZA, I. M. A.; SOUZA, L. V. A. O uso da tecnologia como facilitadora da aprendizagem do aluno na escola. *Revista Fóruns Identidades*. Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8 jul-dez, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1784/1573>>. Acesso em: 14 jun 2016.

TEIXEIRA, N. F. F.; MOURA, P. E. F.; SILVA, F. A. S. A questão do meio ambiente no contexto da globalização: A educação ambiental em debate. *Revista Equador*, v. 5, n 4, 2016. *Revista da Pós-graduação em Geografia, do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI - ISSN 2317-349*. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/view/5228>>. Acesso em: 10 set. 2016.

VASCONCELLOS, Celso S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____ (org) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas, SP-Papirus, ed. 14, p.11-35, 2002. Disponível em: <<http://pep.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/PPP-uma-constru%C3%A7%C3%A3o-coletiva.pdf>>. Acesso em 15 dez 2015.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico: Novas Trilhas para a escola. In: *As dimensões do projeto político pedagógico*. Campinas, SP – Papirus, 2001.

VEIGA, I. P. A. *Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.

VEIGA, I. P. A. A escola em debate: Gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/270>>. Acesso em 05 out. 2016.

VEIGA-NETO, A. Olhares... In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos investigativos I: Novos olhares na pesquisa em educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007. (P. 23-38).

VIRGENS, R. A. A. *Educação Ambiental no ambiente escolar [Monografia]*. Brasília: Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás; 26p, 2011.

4.2 Manuscrito 2: Submetido na revista Experiência em Ensino de Ciências (EENCI) em 04/11/2017, em processo de avaliação.

DESAFIO DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM ABORDAGENS ACERCA DO MEIO AMBIENTE EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Challenge of continued training in environmental approaches in an interdisciplinary perspective

Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa¹ [catialopes00@hotmail.com]

Emerson de Lima Soares¹ [emersonsoareslima@hotmail.com]

Débora Lopes Viçosa² [debora.lopes00@hotmail.com]

Edward Frederico Castro Pessano² [edwardpessano@unipampa.edu.br]

Vanderlei Folmer² [vanderleifolmer@unipampa.edu.br]

¹Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Campus Universitário Bairro Camobi – Santa Maria-RS - CEP 97105-900

²Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

BR 472 – Km592 – Caixa Postal 118 – Uruguaiana – RS – CEP:97508-000

Resumo

Este estudo teve como foco de pesquisa o tema transversal Meio Ambiente, interdisciplinaridade e a formação continuada de professores. A pesquisa foi desenvolvida com professores dos anos finais do Ensino Fundamental de uma escola pública de Uruguaiana/RS. Como objetivo principal visou identificar a abordagem e o desenvolvimento de ações referentes ao Meio Ambiente e a interdisciplinaridade, sobre os subsídios oportunizados pela formação continuada relacionada aos temas aqui discutidos. A pesquisa configura-se como qualitativa, como ferramenta de coleta de dados foi utilizado um questionário e a análise dos dados foi amparada pela análise de discurso. Os resultados indicaram a fragilidade em relação a abordagem e desenvolvimento destas questões em sala de aula, assinalaram também a necessidade de investimento no aprimoramento dos docentes por meio de formação continuada. Concluiu-se ser imprescindível que o sistema educacional adote uma nova postura, proporcionando a formação continuada edificada em propostas que contemplem distintas áreas de formação e que vise superar as limitações relacionadas ao Meio Ambiente e da interdisciplinaridade.

Palavras chave: Meio Ambiente, Interdisciplinaridade, Formação Continuada.

Abstract

This study focused on the cross - sectional theme Environment, interdisciplinarity and the continuing education of teachers. The research was developed with teachers of the final years of Elementary School of a public school in Uruguaiana / RS. The main objective was to identify the approach and development of actions related to the Environment and interdisciplinarity, on the subsidies offered by the continuing education related to the themes discussed here. The research is qualitative-quantitative, as a tool for data collection, a questionnaire was used and data analysis was supported by discourse analysis. The results indicated the fragility regarding the approach and development of these questions in the classroom, also pointed out the need

for investment in the improvement of teachers through continuing education. It was concluded that it is imperative that the educational system adopts a new posture, providing continuous training based on proposals that contemplate different areas of training and aim to overcome the limitations related to the Environment and interdisciplinarity.

Key Words: Environment, Interdisciplinarity, Continuing Education.

Introdução

Discussões acerca do tema Meio Ambiente e interdisciplinaridade tem se tornado constantes em nossa literatura, sendo apresentadas por distintos olhares e concepções. A abrangência destes assuntos contempla diversos aspectos da vida dos sujeitos e vem se consolidando como uma prática educativa que perpassa todas as áreas do conhecimento. Neste contexto, Almeida, Vilas-Boas e Amaral (2015), reconhecem essas temáticas como instrumentos a serem utilizados na escola, que proporcionam uma visão de mundo e compreensão da realidade que norteia um indivíduo e sua relação com a sociedade.

A abordagem sobre o Meio Ambiente com enfoque interdisciplinar, é um dos maiores desafios a ser enfrentado pela escola, pois emergem de uma realidade que aporta além da questão ecológica, envolvendo desigualdades sociais, economia e qualidade de vida. Soares *et al* (2017) apontam em seus estudos que uma abordagem baseada na realidade do que se vive no dia-a-dia é de fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Para Fazenda, Varella e Almeida (2013) questões que envolvam a realidade, deixam de ser periféricas, tornam-se objeto central de estudos e discursos. Assim, a interdisciplinaridade desponta como possibilidade de integrar disciplinas e contextualizar diferentes saberes, contribuindo no processo de aprendizagem dos educandos.

Nesta linha de conceitos, trabalhar o Meio Ambiente estabelece uma conexão de conhecimentos holísticos e interdisciplinares, que se restritas à reorganização do saber disponível, são insuficientes diante da demanda de conhecimentos. Para Taglieber (2004) é então necessária uma reformulação metodológica, conceitual e principalmente curricular que auxilie na formação do docente, assumindo o conhecimento enquanto um processo dialético resultante da integração entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Ainda, temos a seguinte perspectiva no prisma de Pereira e Fontoura (2016):

Questões ambientais são globais e devem ser trabalhadas de modo a ilustrar a interdependência dos diversos atores envolvidos. Assim, deve adotar o enfoque global, tendo a interdisciplinaridade como base para criar uma perspectiva dentro da qual possibilitará o reconhecimento da existência dessa interdependência do meio natural com o artificial, das comunidades nacionais e internacionais, expondo a imprescindível solidariedade entre os povos (PEREIRA E FONTOURA, 2016, p. 62).

Deste modo, o Meio Ambiente trabalhado nas escolas para Zanatta, Royer e Costa (2016), deve possuir uma investida fundamentada na articulação interdisciplinar, com uma visão da complexidade ambiental aberta a diversas interpretações do ambiente e a um diálogo de saberes. Sendo, portanto, necessário reconhecer que questões ambientais não podem ser dissociadas das áreas afins, seus conteúdos e conceitos devem estar relacionados também com questões históricas, sociológicas e filosóficas de maneira integrada. A fim de evitar a dissociação de conhecimento e articular saberes é necessária uma formação inicial ou

continuada que dê suporte para as atividades educativas dos professores (Magalhães Junior e Tomanik, 2013).

Para Tardif e Lessard (2009) a formação continuada de docentes representa uma maneira de trazer para o centro da discussão, questões sobre Meio Ambiente e interdisciplinaridade, não como novos métodos de ensinar, mas o de auxiliar na reflexão sobre a atuação, minimizando lacunas da formação inicial. A relevância da formação continuada é um fato reconhecido internacionalmente há três décadas, em publicações científicas e oficiais, que ressaltam como prioridade mundial a formação de um professor que promova questões ambientais com ponto de vista interdisciplinar atendendo às exigências de uma sociedade em constante transformação.

A velocidade em que emergem novas informações suscita-se a necessidade de repensar os objetivos dos processos educacionais, por meio de novas concepções de formação continuada que integrem educando, os professores e a sociedade na busca pela construção de novos conhecimentos. Para Gatti (2003):

Tudo isso reforça a idéia de que, para que mudanças em concepções e práticas educacionais de professores ocorram, é necessário que os programas que visam a inovações educacionais, aperfeiçoamentos, atualizações tenham um entrelaçamento concreto com a ambiência psicossocial em que esses profissionais trabalham e vivem (GATTI, 2003, p. 203).

Percebe-se assim, a necessidade de compreender e discutir a formação inicial e continuada de professores, alavancando, deste modo, o processo de qualidade educacional do país. Para Galian (2016), além de discutir essas propostas, é necessário também que estas orientações constem no Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar, pois ele é o instrumento que norteia todas as atividades a serem desenvolvidas no espaço escolar. Porém, Gadotti (2016), salienta que não basta que essas indicativas constem no documento, é importante que o corpo docente conheça este documento, para então, a partir de suas perspectivas nortear suas ações educativas. Aponta-se portanto, a relevância dos professores conhecerem o teor do PPP, bem como participarem nos processos que envolvem sua elaboração ou reestruturação.

Deste modo, apesar das discussões referentes aos temas supracitados, constarem há mais de três décadas em publicações que discutem a educação no país, entende-se que o processo de apresentar novos olhares e perspectivas sobre esses assuntos, possui ampla relevância no atual contexto educacional. Assim, este recorte de uma pesquisa mais ampla de mestrado, visa apresentar discussões sobre a percepção de professores dos anos finais do Ensino Fundamental sobre o conteúdo do PPP da escola pesquisada, qual a abordagem e desenvolvimento de ações referentes ao Meio Ambiente e interdisciplinaridade e finaliza com questionamento sobre os subsídios proporcionados pela formação continuada, sobre os temas aqui abordados em sua área de formação.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública da rede municipal de educação, no município de Uruguaiana/RS. A investigação foi desenvolvida durante o segundo semestre letivo de 2016. Participaram como sujeitos deste estudo um grupo de 13 professores de distintas áreas do conhecimento dos anos finais do Ensino Fundamental, que concordaram em responder o questionário e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como aspecto ético, para preservar o anonimato, os mesmos foram categorizados de P1 à P13 e a

pesquisa teve aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa local¹ com protocolo número: 1.746.820.

A pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados, um questionário semiestruturado, que objetivou identificar a formação inicial e continuada dos participantes, disciplina que leciona, tipo de escola que trabalham (públicas ou privadas), carga horária e tempo de docência. O questionário teve ainda como intuito, identificar as seguintes questões abaixo elencadas:

- Tem conhecimento, na íntegra, do PPP da escola?
- Os TT Meio Ambiente e a interdisciplinaridade estão presentes no PPP
- Ocorrem abordagens sobre o tema Meio Ambiente em suas práticas educativas?
- Desenvolve atividades interdisciplinares em sua prática docente?
- A formação continuada fornece subsídios, sobre os temas propostos na pesquisa, em sua área de formação?

Esta pesquisa possui um caráter quali-quantitativo, que no entendimento de Moreira (2011), deve seguir um controle objetivo de variáveis visando a fidedignidade e validade dos materiais coletados na quantificação dos dados e deve presumir a coleta de dados mediante as influências mútuas que ocorrem entre pesquisador e o objeto de pesquisa qualitativa. A análise dados amparou-se em Minayo (2008), o qual compreende a análise de discurso como adequado para estudos de percepções e opiniões sobre interpretações de produtos que os humanos realizam durante sua vida.

Resultados e Discussão

A análise dos dados teve início com a caracterização dos treze professores participantes da pesquisa, sendo identificado dados referentes à formação inicial, pós graduação, rede em que trabalha, carga horária e tempo de docência, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 02: Perfil dos participantes

Formação Inicial	Heterogênea (Letras, Inglês, Ciências, Português, Matemática, História, Geografia, Pedagogia, Linguagens, Ciências da Natureza, Biologia, Licenciatura Plena, Ciências Humanas)
Pós Graduação	50%
Rede Municipal	60%
Rede Municipal/Estadual	40%
Carga Horária	Municipal: 20h Municipal/Estadual: >40h
Tempo Docência	20% >30anos 20% >20 anos 10% >10sanos 50% <10 anos

Fonte: Elaborado pelos autores

Na sequência da análise dos dados, conforme quadro 03, identificou-se os seguintes resultados:

¹ Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

Quadro 03: Respostas dos professores participantes

Pergunta	Sim (%)	Não (%)	Parcialmente (%)	Não sei (%)
Tem conhecimento, na íntegra, do PPP da escola?	30%	60%	10%	-
O TT Meio Ambiente e a interdisciplinaridade estão presentes no PPP?	38,47%	30,77%	15,38%	15,38%
Ocorrem abordagens sobre o tema Meio Ambiente em suas práticas educativas?	23,10%	46,15%	30,75%	-
Desenvolve atividades interdisciplinares em sua prática docente?	23,08%	61,54%	15,38%	-
A formação continuada fornece subsídios, sobre os temas propostos na pesquisa, em sua área de formação?	15,39%	61,53%	23,08%	-

Fonte: Elaborado pelos autores

Deste modo, diante dos resultados referente ao primeiro questionamento, identificou-se que a maioria dos professores afirmam que não conhecem o documento que norteia as práticas escolares da escola pesquisada. Para Marques e Souza (2017) é primordial conhecer o projeto escolar, pois coloca o profissional que está no final do processo em maior contato com a execução de tais planejamentos como participante ativo na execução do mesmo, seja na escola ou na disciplina em que ministra.

Na compreensão de Veiga (2002) o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, ele deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. Deste modo, salienta-se a importância do professor ter consciência do teor do documento que orienta as ações pedagógicas. De modo que documento configura-se como uma ferramenta que auxilia na deliberação de prioridades, estratégias e perspectivas escolares, transformando-os em propostas educacionais concretas.

Nesta perspectiva, sobre a importância dos educadores conhecerem o teor do projeto pedagógico, a segunda questão foi referente à presença do Tema Transversal Meio Ambiente e da interdisciplinaridade no PPP. Sobre esse questionamento 38,47% das respostas são afirmativas, 15,38% acham que contempla parcialmente esse tema, outros 15,38% afirmam não existir orientações interdisciplinares e 30,77% não souberam responder.

Apesar da maioria das respostas dos professores serem afirmativas sobre a presença destas questões no documento, aponta-se que em análise anterior realizada em outro trabalho de investigação, ainda em processo de publicação, sobre o PPP da escola, foi diagnosticado que essas orientações não estão presentes no PPP. Na análise efetuada, as orientações sobre os Temas Transversais resignam-se a uma breve menção sobre ética e cidadania, e os demais temas transversais como Meio Ambiente, Saúde, Orientação sexual, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo não são citados no documento. Em relação à interdisciplinaridade consta uma concisa referência sobre integração de conhecimentos, mas não aponta a interdisciplinaridade como proposta de estratégia que possibilite o desenvolvimento de ações atuais e futuras. Nesse sentido o PPP da escola não contempla adequadamente os temas alvos desta investigação.

Santos, Melin e Paniago (2015), descrevem que os diferentes temas transversais devem constar no projeto pedagógico, norteador das ações dos professores, pois foram elaborados na

intenção de inserir na educação brasileira assuntos urgentes do cotidiano escolar. As questões referentes ao Meio Ambiente, para Dias e Oliveira (2015), assim como os demais temas, devem constar no PPP, possibilitando a problematização por meio de propostas educativas, mas não só como registro, e sim como meta a ser alcançada. Infere-se deste modo, apesar de transcorrido mais de duas décadas da elaboração dos temas transversais, a importância destes constarem no documento que rege a escola, pois são questões que se mantêm atuais no cenário educacional.

Assim como as questões transversais, a interdisciplinaridade também deve ser incluída no documento escolar, pois surge como proposta para desenvolver o conhecimento por inteiro, desfragmentando o processo de ensino e abarcando diferentes temas e contribuindo na inovação de saberes. Para Tancredi (2013) na maioria das vezes, currículos escolares, dificultam a atuação interdisciplinar por não apresentarem essa indicativa em suas linhas. Sendo que para modificar este quadro é necessária a construção de um trabalho coletivo, adotando uma postura holística no que se refere à construção do conhecimento interdisciplinar, em que o currículo perpassa as fronteiras das disciplinas e promova a desfragmentação dos saberes pertinentes as relações estabelecidas no mundo contemporâneo.

Na sequência os professores responderam ao seguinte questionamento: “Ocorrem abordagens relacionadas ao Meio Ambiente em suas práticas educativas?”. Para esta questão os participantes expuseram e justificaram sua resposta, sendo que 23,10% dos professores com formação inicial em Ciências relataram inserir o tema sempre que possível nas suas propostas. Os professores com formação nas demais áreas relatam que 30,75% desenvolvem parcialmente essas abordagens e 46,15% indicam não discutir essas questões em sala de aula.

Acerca desta pergunta, dos professores que afirmam inserir esse tipo de abordagem em suas aulas, nos relataram que:

“Eu procuro abordar esses temas com debates na sala de aula.” P₃

“São trabalhadas e amplamente discutidas. Acho que busco sempre me informar para auxiliar uma discussão de qualidade.” P₅

“Sim, sempre buscando orientações.” P₆

Essa pequena representatividade, indica que aos poucos questões relacionadas ao ambiente deixam de ser compreendidas como uma prática direcionada aos professores de ciências e começa a ser entendida como uma prática plural. Essa visão plural aliada para a proposição de trabalhar o Meio Ambiente, independente da área de conhecimento, subsidia, conforme Pessano *et al* (2015) o desenvolvimento de uma proposta de ensino que desperte nos estudantes o interesse e posicionamento enquanto indivíduos atuantes na sociedade. Desta forma, o desenvolvimento de atividades com um viés ambiental, possibilita a dicotomização do conhecimento em diferentes contextos, ramificando possibilidades relacionadas à percepção e formação em espaços educacionais.

A abordagem parcial de questões ambientais em sala de aula é apontada em algumas respostas. Destas respostas, percebe-se que o principal motivo para esse tema ser trabalhado eventualmente é o despreparo em suas áreas de formação.

“São pouco contemplados, pois não me sinto preparada para abordar esses temas plenamente, essas questões não fizeram parte de minha formação inicial.” P₁

“Quando necessário sim, mas tenho noção de que o trabalho é difícil, não fui formada neste sentido e que muitas vezes não encontro caminhos.” P₁₀

“Trabalho eventualmente quando surge algum projeto com questões que envolvem cuidados com a limpeza do bairro e afluente do rio Uruguai.” P₂

“Algumas poucas vezes falo sobre poluição, lixo e desmatamento, mas sinto dificuldade nestas articulações.” P₁₃

Sobre estas abordagens, percebe-se que alguns professores trabalham questões ambientais de forma optativa. Sousa *et al* (2013) alertam que esse tema segundo orientações dos PCN deve ser trabalhado de maneira contínua e integrada, recorrendo a conjuntos de conhecimentos relativos à diferentes áreas do saber. Para Carvalho e Mhule (2016) o status transversal do tema não garantiu sua presença em todas as disciplinas, pelo contrário, mesmo fazendo parte de alguns projetos da escola, ao ser deixado de fora do currículo não apresenta um aporte que garanta desenvolver uma formação interdisciplinar sobre o tema, ficando dependente de professores militantes.

Acerca destes dados percebe-se a importância da formação inicial e continuada, independente da área de conhecimento, realizar a inserção deste tema no processo formativo dos professores. Sendo que essa fragilidade é expressa por 46,15% dos professores participantes da pesquisa que afirmam não desenvolver em suas práticas educativas questões ambientais.

Alguns professores, como P₄ e P₇, que não realizam abordagens sobre o Meio Ambiente, mostram mais confiança em abordar outros temas transversais como Orientação Sexual e Ética:

“Não abordo, prefiro trabalhar Orientação Sexual, pois na faixa etária deles é algo a flor da pele.” P₄

“Não me sinto preparada, prefiro questões relacionadas a ética” P₇

O despreparo na formação docente é novamente elencado como um dos motivos que contribuem para não apresentar esse tema em suas aulas conforme fala abaixo:

“Não, não me sinto preparada para relacionar com os conteúdos.” P₈

“Não, eu trabalho de acordo com minha formação, até gostaria, porém este não é assunto corriqueiro em minhas aulas.” P₉

“Não, é difícil fazer esse tipo de abordagem talvez pela minha formação inicial, mas vou começar tentar relacionar.” P₁₁

“Não, quase nunca.” P₁₂

Neste contexto, a partir dos dados obtidos, nota-se que trabalhar ações ambientais nas escolas configura-se como um grande desafio da educação em nosso país, pois os professores participantes da pesquisa reconhecem essa dificuldade, sendo necessário enfrentar esse problema e buscar soluções coletivas na perspectiva que ela esteja presente em todas as áreas dos saberes. Essa atenção, para Pessano *et al* (2013) deve estar voltada para os processos de formação no ambiente escolar, proporcionando a construção de conhecimento de forma adequada e significativa, em consonância com momentos de reflexão e análise sobre as práticas sociais. Possuindo, deste modo, um caráter permanente e interdisciplinar, pois mesmo não solucionando os problemas globais, pode influir decididamente na formação de cidadãos

conscientes, com uma visão ampla do mundo pautada na criticidade e fomentadora de mudanças ambientais, sociais, econômicas e políticas.

No prisma de uma abordagem sobre Meio Ambiente, permanente e interdisciplinar, os participantes da pesquisa responderam ao seguinte questionamento: “Desenvolve atividades interdisciplinares em sua prática docente?”. Os resultados indicaram que 23,08% das respostas de professores da área de Ciências são afirmativas as respostas dos professores das demais áreas indicam que 15,38% trabalham parcialmente essa questão e 61,54% apontam para a não ocorrência de ações interdisciplinares em suas atividades.

Percebe-se desta maneira, que as atividades interdisciplinares não são desenvolvidas de maneira efetiva por professores. Os professores que afirmam trabalhar interdisciplinarmente em suas práticas docentes relatam sobre as atividades e projetos que desenvolvem:

“Sim, Ciências, rio Uruguai.” P₂

“Sim. A Uruguaiana que conheço; Como vejo meu rio; A história contada pela história e Ciência; Comunidade sem Dengue; Trânsito Seguro.” P₅

“Sim, Programa nosso Rio Uruguai; FETRAN.” P₆

O trabalhar interdisciplinar na visão de Lara *et al* (2015), contribui para que o aluno utilize o conhecimento veiculado pela escola para tomar decisões, realizar escolhas e agir no seu cotidiano de modo consciente, contribuindo na aprendizagem. Permitindo assim, que o aluno construa conhecimento que possam ir além do saber escolarizado.

Os professores que desenvolveram parcialmente atividades interdisciplinares trabalharam a partir de projetos da escola ou de alguma empresa, elencando o fator tempo como obstáculo:

“Às vezes sim, trabalhei com o projeto do rio e da Odebrecht. O problema é o tempo para planejar.” P₈

“Trabalhei algumas poucas ocasiões em alguns projetos da escola, falta tempo para elaborar atividades!” P₁₁

A ideia do trabalho interdisciplinar no ensino regular representa ser uma prática desafiadora, em que as propostas para sua efetivação encontram resistências como as citadas pelos professores. Para Stamberg (2016) esses são alguns aspectos que desafiam a qualidade da educação hoje e que se constituem em uma problemática. Afetando, desta forma, diretamente a qualidade de ensino nas escolas e, nessa perspectiva, a prática interdisciplinar.

Apesar de todas as indicativas sobre a relevância da interdisciplinaridade, um número representativo de professores afirmam não desenvolver essa estratégia em suas práticas educativas. Algumas respostas indicam a deficiência na formação continuada.

“Não acho que faço trabalho interdisciplinar. No meu entendimento a formação continuada não supre essa lacuna.” P₁

“Não, talvez uma formação que apresente exemplos seja uma solução.” P₄

“Não. Já contextualizei, mas nunca planejei ações com outros colegas.” P₇

“Não trabalho, mas uma formação que proporcionasse exemplos ajudaria a nos inspirar ou copiar esses exemplos.” P₁₀

Outro ponto relevante, emergido entre a maioria que afirma não desenvolver atividades interdisciplinares, é relacionado à questão de carga horária interligada a formação continuada:

“Não. Infelizmente a carga horária não permita planejar essas atividades” P₃

“Com a carga horária que tenho, é impossível ser interdisciplinar.” P₉

“Não. Interdisciplinaridade precisa de tempo e de uma formação concreta e a carga horária não permite isso.” P₁₂

“Não e acredito que a principal dificuldade de articular ações seja a falta de tempo para planejar e de cursos que mostrem possibilidades.” P₁₃

Para que essa proposta se fortaleça, torna-se necessário que a escola, na perspectiva de desenvolver um enfoque interdisciplinar propicie espaço de articulações entre professores na intenção de sanar essas lacunas apresentadas. Segundo Coutinho, Folmer e Puntel (2014) a dificuldade em trabalhar interdisciplinarmente, pode estar relacionada ao modo fragmentado como a escola tradicionalmente se organiza. Para Perdomo Junior, Puntel e Folmer (2015) a interdisciplinaridade como recurso metodológico, exige do professor mudanças que resultem em amadurecimento a partir de reflexões e atitudes, como diálogo, parceria e disponibilidade. Desta forma, atividades interdisciplinares representam um grau avançado de vínculo entre disciplinas, a partir de combinações e de trocas em torno de uma tarefa a ser construída conjuntamente, surgindo assim novos conhecimentos e posturas dos envolvidos no processo.

De acordo com essa realidade apresentada pelos professores, surgiu a hipótese de que a dificuldade relacionada sobre as abordagens de Meio Ambiente e de estratégias interdisciplinares possam estar relacionadas à formação continuada. Morey e Camelo (2016) questionam a contribuição da formação continuada na perspectiva de formar profissionais autônomos, por meio de um trabalho conjunto e que contribua para a renovação da profissão. Desta forma, é necessário uma postura flexível dos professores e um modo de pensar amplo, capaz de responder às reformulações do processo formativo.

Deste modo, os professores foram questionados sobre os subsídios proporcionados pela formação continuada, sobre os temas aqui abordados, em sua área de formação. Entre as respostas identifica-se que, na concepção de 61,53% dos professores, a formação continuada não fornece subsídios necessários para realizar discussões referentes ao Meio Ambiente e não contribui no desenvolvimento de ações interdisciplinares em sua área de formação. Conforme respostas abaixo descritas:

“Não na disciplina que trabalho.” P₃

“Acredito que não forneça subsídios, pelo menos na minha área.” P₄

“Tem muita carência.” P₆

“Acho importante para nosso crescimento profissional, mas isso não é apresentado em minha área de formação.” P₈

“São assuntos importantes. Porém de concreto não apresentam nada que nos auxilie.” P₉

“Não tenho opinião formada, mas acredito por minha experiência que não.”
P₁₀

“A interdisciplinaridade é abordada, mas não de maneira que após possamos utilizar.” P₁₁

“São questões importantes, mas para que façam a diferença é preciso possibilidades de desenvolvimento (exemplos) em curso de formação continuada.” P₁₃

Na literatura, constam diversas discussões referentes a medidas que se propõe ao fortalecimento de programas de formação continuada de professores. Porém o que se identifica, a partir do cenário apresentado nas respostas, é que esses programas não estão abrangendo questões relacionadas a Meio Ambiente e interdisciplinaridade nas áreas formativas dos participantes da pesquisa. Para Thiollent e Colette (2014) as atividades de formação de professores devem ser concebidas em sintonia com a diversidade das situações que emergem a cada dia, não devendo se regular em modelo preestabelecido. Acredita-se assim, ser necessário romper em processos formativos, com o modelo fragmentado do saber docente, para que emergem negociação de pontos de vista e de interação entre as disciplinas.

Na continuidade da análise dos dados, 23,08% dos professores reconhecem haver parcialmente algum subsídio na formação continuada que contempla sua área de formação, porém ressaltam a pouca frequência em cursos de formação e direcionamento para algumas disciplinas.

“Acho que contribuem de alguma forma, mas frequentei poucos cursos sobre essas temáticas na graduação e após a graduação.” P₁

“Pouco abordadas, nas reuniões da mantenedora que participo.” P₇

“Pouco subsídios, Meio ambiente é direcionado para Ciências e interdisciplinaridade é trabalhada nas demais áreas.” P₁₂

A formação continuada de professores é um processo que permite o aprimoramento dos saberes imprescindíveis à atividade profissional, que visa assegurar uma ação docente efetiva que promova aprendizagens significativas. Contudo, para que possa suprir lacunas é necessário também a participação e o comprometimento dos professores neste processo. Para Júnior e Tomanik (2013), as proposta de cursos de formação continuada não evidenciam ações que incentivem ou gerem mudanças na prática pedagógica. Sendo deficitária, poderá acarretar em incerteza nas práticas de ensino e dificultando o vínculo de conteúdos com temas importantes a realidade dos alunos, não contribuindo assim com a ressignificação do fazer pedagógico.

Apesar da maioria das respostas relacionadas a existência de subsídios em sua área de formação sobre Meio Ambiente e interdisciplinaridade serem negativas ou parciais, 15,39% dos professores afirmaram que nas formações que participam, estes subsídios existem e contribuem com o planejamento de sua prática educativa.

“Sim, fornecem e acho de extrema importância. São necessárias várias leituras para se ter um novo olhar e a partir disto construir nossa prática.” P₅

“Sim, adquirimos condições de visibilizar demandas nas diversas áreas de abrangência das ciências sociais ligadas a temática da pesquisa.” P₂

Percebe-se a partir da fala destes professores que a formação continuada, auxilia de maneira positiva na potencialização de suas práticas educativas. Proporcionando, conforme Lara e Folmer (2015), uma maior reflexão sobre as práticas pedagógicas e a seleção de temas de relevância social em sala de aula. Para Monteiro (2016) a formação continuada docente, se distanciada da ideia de reciclagem, legitima e reafirma a autenticidade de uma formação que se contextualiza embasada na prática. Configurando-se assim, como caminho necessário à construção de um novo processo educativo em que os professores, como protagonistas, ao atualizarem-se estarão aptos a exercer demandas educativas que estão sempre a se transformar.

Desta forma, a partir da análise do recorte do questionário aplicado, ressalta-se a relevância de atualização do PPP escolar, acrescentando propostas sobre Meio Ambiente e interdisciplinaridade, pois representam uma necessidade recorrente no meio educacional contemporâneo, ressalta-se ainda a participação corpo docente na reelaboração do documento que norteia as práticas escolares. Souza e Almeida (2016) indicam a necessidade de superar a estrutura segmentada do ensino formal, detalhando no projeto pedagógico informações referentes ao Meio Ambiente e demais temas, superando obstáculos epistemológicos que dificulta a abordagem interdisciplinar. Para Lanes *et al* (2013) é vital que os educadores abordem em suas aulas, por meio de um ensino interdisciplinar e lúdico, questões que levem aos alunos a refletir e aprender a fim de que possam efetivamente melhorar sua qualidade de vida. Assim, para Cantú-Martinez (2014), a educação como instrumento, em abordagens ambientais possibilita que alunos construam ideias de longo alcance, formando uma consciência coletiva por meio de uma ação educativa.

Assim, para superar as limitações elencadas pelos professores, sobre Meio Ambiente e interdisciplinaridade, é necessário uma formação continuada que contemple essas e demais questões nas distintas áreas de formação. Em estudos realizados na América do Sul, na perspectiva de superar esses obstáculos, Vásquez e Alsina (2014), consideram ser indispensável adaptar ou reestruturar os atuais programas de formação de professores, pois perceberam que a maioria dos professores estão limitados a ensinar um conjunto de conteúdos sem maiores interpretações, dificultando a construção de conhecimento do educando. Desta forma, Santos *et al* (2017), entendem que o sistema educacional necessita conceber de uma nova postura, no sentido de orientar para uma aprendizagem colaborativa, que construa conhecimento em rede. Construção essa que ocorra a partir da troca de experiências que gerem questionamentos que permitam compreender diferentes questões em grupos constituídos nas redes de ensino.

A partir deste quadro, consideramos que é indispensável adaptar ou reestruturar os atuais programas de formação inicial e contínuo de professores do ensino primário e que contemplam a melhoria dos aspectos interdisciplinares. Como sugestão para a superação das dificuldades apresentadas, sobre as abordagens do meio ambiente e da interdisciplinaridade, cita-se Shaw, Rocha e Folmer (2017), os quais destacam o papel de professores pesquisadores de universidades como guias e estimuladores de discussões, amenizando a dissociação entre conteúdos disciplinares e pedagógicos, diminuindo o distanciamento entre o que se trabalha na academia e a realidade escolar. Investindo na constituição de redes de trabalho e de práticas de formação baseadas em permutas e no diálogo profissional. Centrando essas formações nas escolas, em torno de projetos que são, ao mesmo tempo, de inovação pedagógica e de formação docente.

Considerações Finais

Partindo do princípio que o projeto político pedagógico escolar compreende um conjunto de propostas de ações que norteia e articula estratégias educativas, conclui-se, a partir dos dados obtidos na pesquisa, ser fundamental a apropriação, por parte dos professores que

participaram da pesquisa, das orientações que nele constam. Entende-se também, ser primordial que neste documento, a partir de sua reestruturação, conste em seus planos de ações questões condizentes com demandas contemporâneas, entre elas as que fazem deste estudo: Meio Ambiente e Interdisciplinaridade. Propondo ações que favoreçam o desenvolvimento de estratégias que visem, além de integrar diferentes áreas do conhecimento, contribuindo no processo de aprendizagem dos educandos.

Sendo imprescindível, a participação do corpo docente nesta renovação, apresentando sugestões que visem colaborar com a característica prospectiva do documento. Auxiliando para que o mesmo, ao ser construído coletivamente, por meio de uma dimensão política e pedagógica, adote um perfil flexível a inserção de demandas atuais que contribuam na formação, tanto de educandos quanto dos professores, delineando a identidade escolar.

Para tanto, conclui-se que para a ocorrência de uma abordagem consistente, que colabore na construção de conhecimento dos educandos é necessária uma formação continuada edificada em propostas que contemplem distintas áreas de formação. Visando assim, superar as limitações elencadas pelos professores em suas respostas. Entende-se também, ser imperativa a necessidade de adoção de um novo olhar sobre a formação continuada de professores, a qual deve considerar em seus enfoques, independente da área de formação, temas pertinentes a formação e construção de conhecimento de maneira integral, utilizando a interdisciplinaridade como forma de desenvolver propostas que contemplem o ambiente como um todo, indo além das questões ecológicas.

Portanto, a partir das discussões propostas e como forma de sanar as demandas apresentadas, consta-se embasado nos referenciais citados que é indubitavelmente necessário realizar condições favoráveis às situações que contribuam aos processos formativos em uma perspectiva que considere o professor além da inserção no contexto local, mas com uma visão global nas distintas áreas do conhecimento. Concebe-se assim, que uma formação continuada de qualidade, pautada em propostas atuais e relevantes, pode até não ser o único caminho para melhorar a educação, mas certamente, é essencial, pois acena com novas opções para o docente, amplia a sua visão de mundo e o torna mais crítico.

Referências

- Almeida, O. S.; Vilas Boas, I. F.; Amaral, C. L. F. (2015) Abordagem das dimensões conceitual, procedimental e atitudinal da temática Meio Ambiente em livros didáticos de Ciências com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Revista Eletrônica de Biologia, vol. 08, n. 01. Acesso em 05 jun de 2017, <https://revistas.pucsp.br/index.php/reb/article/view/15466/16654>.
- Cantú-Martinez, P. C. (2014). Educación ambiental y la escuela como espacio educativo para la promoción de la sustentabilidad. Revista Electrónica Educare (Educare Electronic Journal). Acesso em 05 out. de 2017, <http://www.redalyc.org/pdf/1941/194131745003.pdf>.
- Carvalho, I. C. M; Mhule, R. P. (2016) Intenção e Atenção nos processos de ensino e aprendizagem. Por uma Educação Ambiental “fora da caixa”. Ambiente e Educação, Rio Grande, v. 21, n.º 1. Acesso em 03 set. de 2017, <https://www.seer.furg.br/ambeduc/article/view/6090>.
- Coutinho, R. X.; Folmer, V. Puntel, R. L. (2014) Aproximando universidade e escola por meio do uso da produção acadêmica na sala de aula. Revista Ciência e Educação, v. 20, n. 3. Acesso em 12 set. de 2017, <http://www.redalyc.org/html/2510/251031804016/>.

- Dias, A. F.; Oliveira, D. A. (2015) As abordagens de corpo, gênero e sexualidades no Projeto Político Pedagógico em um colégio estadual de Aracaju, SE. *Revista HOLOS*, Ano 31, Vol. 3. Acesso em 12 set. de 2017, <http://www.redalyc.org/pdf/4815/481547178023.pdf>.
- Fazenda, I. C. A.; Varela, A. M. R. S.; Almeida, T. T. O. (2013) Interdisciplinaridade: tempos, espaços, proposições. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, n.11 v.03. Acesso em 07 mar. de 2017, <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/14914>.
- Lanes, K. G.; Lanes, D. V. C.; Copetti, J.; Lara, S.; Puntel, R. L.; Folmer, V. (2013) Educação em saúde e o ensino de ciências: sugestões para o contexto escolar. *VITTALLE: Revista de Ciência da Saúde*, vol. 25, n. 02. Acesso em 07 set. de 2017, <https://www.seer.furg.br/vittalle/article/view/6024/3710>.
- Lara, S.; Salgueiro, A. C. F.; Puntel, R. L.; Folmer, V. (2015) Trabalhando a interdisciplinaridade com o tema transversal saúde na formação inicial de estudantes do curso normal. *Revista Ciências&Ideias*, v. 06, n. 02. Acesso em 09 mai. de 2017, <http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/379>.
- Lara, S.; Folmer, V. (2015) Uma proposta de inserção do tema saúde cardiovascular na formação inicial de educadores em formação. In: Copetti, J.; Folmer, V. *Educação e Saúde no Contexto Escolar*, 1ª ed., 342 p.. Acesso em 12 set. de 2017, <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2015/08/Livro-Educa%C3%A7%C3%A3o-e-Sa%C3%BAde-no-Contexto-Escolar.pdf>.
- Leff, E. (2001) *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 240 p.
- Gadotti, M. (2016) Dimensão política do projeto pedagógico da escola. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Diretoria de Capacitação de Recursos Humanos PROCAD – Projeto de Capacitação de Dirigentes Fase Escola Sagarana. Acervo Moacir Gadotti. Acesso em 23 jun. de 2017, <http://gadotti.org.br:8080/jspui/handle/123456789/456>.
- Galian, C. V. (2016) A. Currículo e conhecimento escolar na perspectiva da educação integral. *Cadernos Cenpec*, v.6, n.1. Acesso em 13 set. de 2017, <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/347/344>.
- Gatti, B. A. (2003) Formação continuada de Professores: a questão psicossocial. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119. Acesso em 14 de set. 2017, <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a10>.
- Magalhães Junior, C. A. O.; Tomanik, E. A. (2013) Representações sociais de meio ambiente: subsídios para a formação continuada de professores. *Ciência & Educação*, v. 19, n. 1. Acesso em 23 set. de 2017, <http://www.redalyc.org/pdf/2510/251025751004.pdf>.
- Marques, R. R. R.; Souza, M. B. C. A. (2017) FAÇO O QUE DIGO? A relação entre o Projeto Político Pedagógico e a prática Docente. *Revista Foco*, vol. 10, n. 02. Acesso em 14 jun. 2017, <http://revistafocoadm.org/index.php/foco/article/view/425/240>.
- Minayo, M. C. S. (2008) *O desafio do conhecimento*. 11 ed. São Paulo: Hucitec.
- Monteiro, F. I. (2016) Formação continuada de professores em pauta: uma análise da resolução 2/2015 do conselho nacional de educação. *Revista Aleph*, n. 27, ano 13. Acesso em 27 set. de 2017, <http://revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/viewFile/443/319>.
- Morey, B.; Camelo, M. (2016) História da Ciência em quatro estudos: uma proposta para a formação docente em ensino de Ciências. *Revista Experiências em Ensino de Ciências*, vol. 11, n. 03. Acesso em 02 out. de 2017, http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID328/v11_n3_a2016.pdf.

- Pereira, E. G. C.; Fontoura, H. A. (2016) Percepções da dimensão ambiental em um contexto lúdico: docentes enquanto sujeitos. *Revista Ciências&Ideias*, v. 7, n. 2. Acesso em 24 set. de 2017, <http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/479/402>.
- Perdomo Junior, J. D; Puntel, R. L.; Folmer, V. (2015) A percepção dos professores do ensino médio de uma escola da rede pública do município de Santa Maria/RS sobre ações interdisciplinares. *Revista Ciências e ideias*, vol. 06, n. 02. Acesso em 02 out. de 2017, <http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/385/334>.
- Pessano, E. F. C.; Pessano, C. L. A.; Folmer, V.; Puntel, R. L. (2015) O rio Uruguai como tema para a Educação Ambiental no Ensino Fundamental. *Revista Contexto & Educação*, vol. 30, n.96. Acesso em 26 set. de 2017, <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3317>.
- Pessano, E. F. C.; Dávila, E. S.; Silveira, M. G.; Pessano, C.L.A.; Folmer, V.; Puntel, R. (2013) Percepções socioambientais de estudantes concluintes do ensino fundamental sobre o rio Uruguai. *Revista Ciências e Ideias*, vol. 04, n. 02. Acesso em 02 out. 2017, <http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/323/219>.
- Santos, M. E. T.; Soares, C. B.; Escoto, D. F.; Souza, D. O. G.; Copetti, J.; Silveira, M. G. S.; Lara, S.; Folmer, V. (2016) Tema Transversal saúde no contexto escolar: análise da formação e da prática pedagógica docente nos anos iniciais da Educação Básica. *Revista Ciências & Ideias*, v.7, n.1, p. 85-101. Acesso em 23 mai. de 2017, <http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/471>.
- Santos, R. M. R.; Melim, A. P.; Paniago, M. C. L. (2017) Formação continuada de professores universitários na rede social facebook: interagir, trocar, dialogar, compartilhar, aprender e conviver. *Revista Interações*, v. 18, n. 2. Acesso em 25 set. de 2017, <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/1502/pdf>.
- Shaw, G. S. L. Rocha, J. B. T.; Folmer, V. (2017) Uma revisão sobre a interdisciplinaridade no ensino e a formação de professores. *Revista Ciências e Ideias*, v. 08, n. 01. Acesso em 29 set. de 2017, <http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/633/489>.
- Soares, E. L.; Viçosa, C. S. C. L.; Taha, M. S.; Folmer, V. (2017) A presença do lúdico no ensino dos modelos atômicos e sua contribuição no processo de ensino aprendizagem. *Revista Góndola Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias*, vol. 12, n. 02. Acesso em 02 out. de 2017, <http://revistas.udistrital.edu.co/ojs/index.php/GDLA/article/view/10398/html>.
- Sousa, R. G.; Oliveira, G. G.; Toschi, M. S.; Cunha, H. F. (2013) Meio ambiente e insetos na visão de educandos de 6º e 8º ano de escolas públicas em Anápolis-GO. *Revista Ambiente & Educação*, vol. 18, n. 2. Acesso em 29 set. de 2017, <https://seer.furg.br/ambeduc/article/view/3244/2843>.
- Souza, S. T.F.; Almeida, M. L. P. (2016) Projeto Político Pedagógico escolar da Educação infantil na proposta curricular de Santa Catarina: primeiras aproximações. *Revista Internacional de Formação de Professores*, vol. 01. N. 01. Acesso em 12 mai. de 2017, <https://itp.ifsp.edu.br/ojs/index.php/RIFP/article/view/257/374>.
- Stamberg, C. S. (2016) A interdisciplinaridade e o ensino de Ciências na prática de professores do Ensino Fundamental. *Revista Experiências em Ensino de Ciências*, vol. 11, n. 03. Acesso em 02 out. de 2017, http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID327/v11_n3_a2016.pdf.
- Thiollent, M. J. M.; Colette, M. M. (2014) Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. *Acta Scientiarum. Human and Social Science*, v. 36, n. 2. Acesso em 28 set. de 2017, <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/23626/0>.

Veiga, I. P. A. (2002) Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: Veiga, I. P. A. (org), Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14a edição Papirus.

Vásques, C.; Alsina, Á. (2014) Enseñanza de la Probabilidad en Educación Primaria. Un Desafío para la Formación Inicial y Continua del Profesorado. Revista de Didáctica de las Matemáticas, vol. 85. Acesso em 05 out. de 2017, <http://funes.uniandes.edu.co/3677/1/V%C3%A1squez2014Ense%C3%B1anzaNumeros85.pdf>

Zanatta, S. C.; Royer, M. R.; Costa, E. P. S. (2016) A Necessidade da Transdisciplinaridade para Promover a Educação Ambiental. Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental, v. 33, n. 2. Acesso em 28 set. de 2017, <https://www.seer.furg.br/remea/article/view/5647>.

5. DISCUSSÃO

Na análise da literatura identificou-se, em algumas publicações, a presença de temas referentes aos aqui também discutidos. Neste contexto, na maioria dos trabalhos supracitados, os resultados encontrados e as recomendações efetuadas se assemelham com os obtidos nesta dissertação. Assim os aspectos fundamentais estudados pelos autores estão em consonância com os resultados apresentados nos manuscritos que compõem este trabalho.

Aponta-se que uma das limitações encontradas ao desenvolver este estudo refere-se a poucas pesquisas alusivas ao Projeto Político Pedagógico escolar. Dialogou-se com alguns autores que realizam estudos sobre a constituição do PPP, porém são escassas as publicações referentes a análises dos mesmos em instituições de ensino. Para Omelczuc (2017) essa escassez de publicações deve ser motivador na realização de novos estudos, pois é importante fazer menção a uma área da educação que envolve questões políticas, educacionais e de formação de cidadãos.

Assim em relação aos Projetos Políticos Pedagógicos, em nossa dissertação reconhecemos o seu papel como norteador das ações educativas e a relevância deste manter-se atualizado diante das demandas apresentadas no cotidiano escolar. Para Aquino (2010), em estudos relacionados a esse documento, é pertinente considerar que as transformações aceleradas da sociedade refletem no cotidiano da escola, exigindo também mudanças, nos documentos que regem as instituições, compatíveis com as demandas de cada comunidade. Também em pesquisa sobre esse tema, Barbosa (2012), destaca a percepção de que o pensar a construção de projetos políticos pedagógicos é refletir sobre o espaço escolar, sua função, seus fins e desafios diante do contexto atual.

Nesta perspectiva, Lopes e Machado (2014), concluem em suas investigações que a construção de um projeto pedagógico é fundamental à medida que auxilia diferentes sujeitos atuantes na instituição a visualizar de forma global o planejamento que deve ser seguido para concretizar as ações e intenções de práticas pedagógicas presentes no mesmo. Devendo assim, conforme concluímos, considerar sua ressignificação, além dos discursos provenientes de diretrizes que regem a educação, contemplando também os discursos dos diferentes segmentos que fazem parte da escola.

Entre os discursos relevantes que devem ser inclusos no PPP, Santos e Santos (2014) e Gomes (2017), em estudos correlacionados, concluem que questões que promovam discussões sobre o Meio Ambiente, devem estar presentes no mesmo e em consonância com os atores que compõem o ambiente escolar, com perspectiva interdisciplinar. Porém, em suas considerações,

entendem ser difícil desenvolver uma educação sobre Meio Ambiente em um contexto totalmente disciplinar. Oliveira (2014), ao explorar a inserção do tema Meio Ambiente no projeto pedagógico de maneira interdisciplinar, exhibe resultados semelhantes ao nosso, no qual essa inserção requer diálogo entre os diferentes segmentos escolares, traçando metas e estratégias que contribuam para a formação de educandos, requerendo uma mudança de postura dos professores comprometida com a aprendizagem dos alunos.

Nesta perspectiva, em sua dissertação de mestrado, Alves (2014), infere que a inserção da interdisciplinaridade no projeto pedagógico apresenta-se como um grande desafio, pois representa uma transposição didática do conhecimento com expectativa de transbordar os limites disciplinares. Lima (2014), em desfecho semelhante ao encontrado em nosso estudo, aponta que a escola deve estabelecer vínculos por meio de uma proposta político pedagógica, numa perspectiva interdisciplinar, criando possibilidades para abordar diversas questões. Porém não basta essas questões estarem presentes nos projetos pedagógicos escolares, é necessário que os professores tenham conhecimento da propriedade do mesmo.

Assinala-se que nossos resultados mostraram que a maioria dos professores participantes não possuem conhecimento na íntegra do PPP da escola pesquisa. Tormena e Figueiredo (2010), ao pesquisarem sobre ações educativas a partir do projeto pedagógico, enfatizam que a concepção de aprendizagem e proposta de ensino de sua escola são os primeiros itens que o professor deve saber para construir seu plano de trabalho docente. Para Santos e Jacobi (2011), é relevante que o professor conheça e participe da construção do PPP, integrando conhecimentos, disciplinas e metodologias. Articulando teoria e prática de maneira individual e coletiva, visualizando possibilidades e limites, num processo de reflexão-ação.

Em outro dado identificado neste estudo, referente ao tema Meio Ambiente em propostas educativas, apontamos que esse tema não deve ficar restrito a professores de uma determinada área de conhecimento. Esta mesma concepção é apresentada por Magalhães Junior e Tomanik (2013), no qual identificaram que a ocorrência de delegar para somente uma disciplina essa abordagem é consequência de uma formação inicial insatisfatória, detendo-se em uma formação própria e não contemplando estes aspectos.

Com resultados similares aos encontrados nesta pesquisa, Guimarães e Inforsato (2012) informam que professores alegam não trabalhar questões ambientais por não terem discutido sistematicamente sobre o tema na sua formação inicial. Em dados correlacionados aos supracitados, em uma pesquisa realizada com professores de diferentes áreas do conhecimento sobre abordagens ambientais, Pereira e Fontoura (2016), discorrem que a justificativa apresentada pelos docentes em sua pesquisa é que suas disciplinas não estariam relacionadas à

temática ambiental. Olvidando-se que em uma ação educativa planejada com estratégias que possuam um olhar interdisciplinar todos os saberes são reconhecidos e possuem um papel importante.

Em estudo similar, realizado há uma década, Augusto e Caldeira (2007), no qual investigam o porquê da dificuldade em desenvolver ações interdisciplinares, elencam respostas semelhantes as aqui relatadas, como falta de tempo; falta de conhecimento em relação aos conteúdos de outras disciplinas e principalmente déficit em relação a formação continuada. Essa dificuldade vai além de fronteiras brasileiras, Aguirre e Andelique (2016) em estudos realizados na Argentina, entendem que a dificuldade de trabalhar a partir de uma perspectiva interdisciplinar, advém de longa data e não só desafia os obstáculos impostos pela estrutura escolar, mas também a formação de professores. Deste modo, percebe-se que é necessário identificar qual a lacuna que deve ser preenchida, na intenção de sanar essa questão que perdura há mais de dez anos.

Em indagações, sobre possibilidades e desafios em desenvolver ações interdisciplinares, Ribeiro e Bueno (2015), identificam que essa dificuldade está intrínseca no corpo docente, sendo necessário ultrapassar a prática disciplinar, por meio de ações interdisciplinares que gerem novos pontos de vista, superando a fragmentação do saber. Ao enfatizarmos a interdisciplinaridade, não estamos querendo negar a importância dos saberes específicos, porém salientamos que essa proposta pode ser considerada como uma possibilidade na integração dos saberes em diversos momentos no contexto escolar. Percebe-se assim, a urgência em desenvolver uma formação continuada que supra essa demanda apresentada na pesquisa.

Quanto ao subsídio da formação continuada, referente ao Meio Ambiente e interdisciplinaridade, em investigação equivalente, Pereira (2014), reconhece que a formação recebida pelos professores, normalmente não contempla estes aspectos. Entretanto conclui que uma capacitação focada nessas questões, apesar de não superar totalmente essas limitações, poderá contribuir de maneira significativa no aperfeiçoamento dos docentes. Salienta-se que nossos resultados identificaram um déficit que perpetua desde a formação inicial até as formações atuais de aprimoramento.

Essa limitação na formação inicial, indicada pelos professores, pode ser sanada com abordagens desde a formação inicial dos futuros educadores. Conforme Silveira *et al* (2015), em estudos, no qual verificaram a contribuição de oficinas sobre Educação Ambiental, realizados em Curso Normal de formação de professores, os autores constaram, após realização de capacitação, que a construção de conhecimento sobre essa questão foi considerada significativa sobre o saber ambiental. Todavia, ainda é preciso investir e aprofundar mais estes

conhecimentos para que os educadores possam relacionar teoria e prática com a aplicabilidade em sala de aula. Sendo preciso despertar o interesse pelo assunto, já na formação inicial e persistir nestes temas no decorrer do aprimoramento profissional.

Queiroz e Guimarães (2016) em estudos sobre formação continuada, apontam que é essencial trabalhar questões que auxiliem o professor, a desenvolver com o educando a capacidade de criar alternativas para os problemas que surgem no cotidiano. Em pesquisa nos países do Mercosul, Alliaud e Vezub (2014), apontam que ainda há dificuldades visíveis no Brasil, Uruguai e Argentina, na formação inicial e continuada, relacionadas a temas contemporâneos que surgem no cotidiano, dificultando a intervenção em situações reais de ensino. Por isso, a importância de uma formação continuada que constitua-se como proposta de repensar e reestruturar a prática do professor, por meio de uma reorganização de suas competências e cultivo de novos conhecimentos.

Salienta-se que as questões aqui apresentadas, Meio Ambiente e Interdisciplinaridade, podem ser categorizadas como parte do currículo oculto, pois estão implícitas no discurso pedagógico de alguns professores participantes da pesquisa, porém não constam no currículo formal analisado. Para Branco e Lima (2015), o currículo oculto contém aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, contribuem para aprendizagens sociais. Desta forma, pode-se compreendê-lo como uma ferramenta que contribui na construção do currículo real, norteando temas que não estão inclusos formalmente no planejamento do professor.

Para Melo *et al* (2016) muitas vezes os professores trabalham algumas questões pertinentes ao processo ensino aprendizagem do educando, não presentes nos documentos que norteiam as práticas escolares, sem reconhecer que essa abordagem está relacionada ao currículo oculto. Isto está associado, segundo as autoras, as diversas nuances presentes na prática educativa e ao desconhecimento do currículo oficial escolar. Deste modo, ao estar ciente do conteúdo presente no currículo formal da escola, o professor pode identificar os elementos que fazem parte do currículo oculto, além dos atitudinais e comportamentais.

Assim, partir do exposto, destacamos que nos trabalhos utilizados em nossas discussões, os resultados e orientações são semelhantes aos obtidos nesta pesquisa, estando em consonância com os dados apresentados nos manuscritos que integram essa dissertação. No qual identificamos a significação do projeto pedagógico nas orientações sobre propostas educativas, a importância de abordagens sobre Meio Ambiente com um viés interdisciplinar, bem como a relevância da formação continuada na efetivação dessas ações.

6. CONCLUSÕES

O desenvolvimento do tema transversal Meio Ambiente no espaço escolar tem como perspectiva, contribuir para a formação de sujeitos conscientes, capazes de atuar na esfera em que estão inseridos, assim como na regional e global. No qual a construção de uma visão ampla sobre questões globais está diretamente relacionada a superação do ensino fragmentado, por meio da a interdisciplinaridade.

A partir dos resultados da pesquisa, infere-se a necessidade de reformulação urgente no Projeto Político Pedagógico, no qual conste orientações e propostas a respeito dessas questões, considerando a formação continuada como forma de instrumentalizar o professor possa realizar esse tipo de abordagem. Salienta-se, que entendemos as dificuldades em reconstruir o documento que norteia o trabalho pedagógico da escola, reconhecendo que isso carece de disponibilidade de tempo e de uma visão mais ampla dos docentes para poder organizar as metas a serem alcançadas. Porém, entendemos que, embora o passado da escola seja importante, o documento em questão deve ser construído baseados no olhar futurístico visando atingir qualidade de ensino que tanto se almeja.

Em relação às abordagens do tema Meio Ambiente conclui-se, diante do significativo percentual negativo expresso nas respostas dos participantes, ser imperativo a realização de formação continuada que objetive suprir as lacunas da formação inicial de diferentes áreas do conhecimento. Possibilitando um aprimoramento profissional no que diz respeito a essa questão que é considerada um desafio na atuação docente. Ressalta-se, que em nossa concepção, a abordagem deste tema pode ocorrer em todos os momentos escolares e em distintas disciplinas. No qual essa inserção seja vista de maneira ampla, considerando o ambiente como um todo, assegurando ao educando um olhar além do viés ecológico, construindo uma visão que associe o tema a questões como saúde, bem estar e qualidade de vida.

No que concerne sobre o desenvolvimento de ações interdisciplinares relacionadas às abordagens sobre Meio Ambiente, entende-se que esta proposta carece de medidas práticas que possam articular a ação dos professores com uma perspectiva interdisciplinar. Sendo que a interdisciplinaridade pode ser utilizada como recurso para o desenvolvimento de ações referentes ao Meio Ambiente, bem como demais temas, no espaço escolar.

É importante apontar, que em nenhum momento estamos desprezando práticas disciplinares, porém reconhecemos que a interdisciplinaridade pode contribuir na abordagem de temas advindos de diferentes saberes. Pois, para que os conteúdos sejam desenvolvidos na totalidade, visando uma aprendizagem significativa, é necessário que ocorra uma

contextualização, integração e articulação do conhecimento entre diferentes disciplinas, buscando as relações de fronteiras entre as disciplinas, caracterizado pela interação entre professores e na mudança de atitude frente ao problema de conhecimento.

Quanto aos subsídios da formação continuada na abordagem dos temas aqui pesquisados, os resultados demonstraram que a formação atual pouco contribui nestas abordagens. Porém, entendemos que uma formação continuada eficaz, focada em Meio Ambiente e interdisciplinaridade, abrangendo diferentes áreas de formação, configura-se como potencializadora do desenvolvimento humano-social e contribuem para superação de rupturas entre sentido e significado desta formação. Constitui-se como lócus privilegiado na implementação de proposições que possibilitem vislumbrar novos caminhos para ampliar a qualidade de ensino.

Destaca-se que discussões alusivas à formação, tanto inicial quanto continuada de professores, não é recente, pois a formação de quem vai formar torna-se central nos processos educativos formais. Por isso a importância de pesquisar, compreender e discutir nos processos formativos questões pertinentes ao contexto escolar, pois é por meio delas que profissionais da educação buscam novos caminhos que fundamentem seu desempenho profissional.

Conclui-se assim, que a inserção do tema Meio Ambiente e de perspectivas de ações interdisciplinares, apesar de ser uma tarefa difícil, deve ser incorporado no projeto escolar, como forma de orientar o professor no desenvolvimento de suas práticas educativas. Salienta-se que incorporação destes temas, através da reestruturação do PPP, deve incluir a participação dos segmentos escolares dando autonomia e capacidade aos sujeitos de construir sua própria identidade. No qual a resignificação deste documento deve vincular o projeto à uma prática pedagógica consistente e coesa. Por isso a importância de uma formação continuada que propicie, às diferentes áreas do saber, condições de potencializar suas ações escolares contribuindo com o processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

Como contribuições desta dissertação, espera-se que os questionamentos aqui suscitados e os resultados obtidos possam provocar reflexões que resultem mudança de atitude sobre as práticas docentes. Aspira-se ainda que novas propostas de formação continuada sejam organizadas com ênfase na inserção do tema Meio Ambiente, através de viés interdisciplinar, contemplando professores de diferentes áreas do conhecimento. Fomentando também, por meio das inquietações que esta pesquisa gerou, problematizações relevantes sobre os temas pesquisados e despertando o sentimento de pertencimento dos segmentos escolares em relação à escola, almejando o avanço na qualidade de ensino.

7.PERSPECTIVAS

Após o processo de defesa desta dissertação, pretende-se apresentar os resultados finais obtidos para os professores e gestores da escola pesquisada, no intuito de fomentar discussões que contribuam para reformulação do PPP escolar. Auxiliando, na proposta de reestruturação do documento, com disponibilização de material científico que fundamentem e orientem de maneira significativa esse processo. Almeja-se ainda, a partir da concordância de professores e gestão escolar, promover ações de qualificação, por meio de cursos ou oficinas, abarcando as questões aqui apresentadas e contribuindo com o processo de aprimoramento dos docentes.

Como perspectiva, de continuidade dos estudos, intenciona-se progredir em pesquisas relacionadas a prática docente e sobre o desenvolvimento de temas que abranjam questões transversais. O cenário desta pesquisa será as cidades de Uruguai/Brasil, Paso de los Libres/Argentina e Bella Union/Uruguai, que formam a tríplice fronteira. Como público alvo terá professores de diferentes áreas do conhecimento dos anos finais do Ensino Fundamental, ou etapa equivalente conforme cada país.

Este estudo tem como perspectiva realizar um comparativo da abordagem e desenvolvimento de temáticas transversais nas referidas unidades pesquisadas. Verificando a presença e orientações sobre estes temas em documentos oficiais que regem a educação nos referidos países e nos documentos internos das escolas participantes, além de verificar a percepção de professores e gestores sobre essa questão. Assim, com a execução desta proposta, e, a partir dos resultados obtidos, poderemos apresentar novas perspectivas e possibilidades que incentivem a inserção de temas transversais em currículos escolares e em cursos de formação continuada de professores, de maneira interdisciplinar, contribuindo, assim nas prática pedagógicas de escolas e docentes.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLIAUD, A.; VEZUB, L. La formación inicial y continua de los docentes em los países del MERCOSUR. Problemas comunes, estructuras y desarrollos diversos. Cuadernos de Investigación Educativa, Vol. 5, n. 20, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4436/443643895003.pdf>>. Acesso em: out. 2017.
- ALMEIDA, P. C. A.; TARTUCE, G. L. B. P. Avaliação institucional e projeto político-pedagógico: dois lados de uma mesma moeda. Estudos em Avaliação Educacional, v. 28, n. 67, 2017. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3914/3342>>. Acesso em: jun. 2017.
- ALVES, S. C. Educação Ambiental e interdisciplinaridade: da explicitação de conceitos nos PCNs e DCNEM à prática pedagógica no Ensino Médio. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Curso de Mestrado Profissional no Ensino de Ciências e Matemática, 167 p., 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/13229>>. Acesso em: out. 2017.
- AMORIM, D.S.; GATTÁS, M.L.B. Modelo de prática interdisciplinar em área na saúde. Revista Medicina Ribeirão Preto, 2007;40(1):82-4. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/307/308>>. Acesso em: out. 2016.
- ARAÚJO, C. de S. e SOUZA, A. N. de. Estudo do Processo de Desertificação na Caatinga: Uma proposta de educação ambiental. Ciência & Educação. v. 17, n.4, p.975-986. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v17n4/a13v17n4.pdf>>. Acesso em: jan. 2017.
- ARAUJO, M. M.; BRITO, A. D. S.; SEGUNDO, I. M. S. O direito à educação no Brasil. Revista Educação em Questão, vol. 54, n. 42, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/10962>>. Acesso em: mai. 2017.
- AUGUSTO, T. G. S.; CALDEIRA, A. M. A. Dificuldades para a implantação de práticas interdisciplinares em escolas estaduais, apontadas por professores da área de Ciências da Natureza. Revista Investigações em Ensino de Ciências, v 12(1), p. 139-154, 2007. Disponível em: <<https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/481>>. Acesso em: dez. 2016.
- AQUINO, M.S. A Formação do Professor para a Educação Ambiental: A Prática da Pesquisa como Eixo Norteador. In: CABRAL NETO, A; MACEDO FILHO, F.D.; M.S.S (Org.) Educação Ambiental: caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares. Brasília: Líber Livro Editora, 2010.
- BARBOSA, S. W. X. A significação do projeto político pedagógico: um olhar avaliativo. Espaço do Currículo, v.4, n.2, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/12339/7115>>. Acesso em: out. 2017.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Importado. Brasil. São Paulo: Edições 70. Ed 1. 2011.
- BAUER, C.; SEVERINO, A. J. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: compromissos, desafios e perspectivas. EccoS – Revista Científica, São Paulo, n. 36, p. 11-15, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71541061001>>. Acesso em: dez. 2016.
- BAUMGRATZ, N. D. P.; PEREIRA, R. F. P.; ALVES, M. P. Educação Ambiental em uma Unidade de Conservação: A visão de docentes de escolas públicas do Sul Fluminense. Revista Ciências&Ideias, v. 7, n. 2, pág. 105-136, 2016. Disponível em:

<<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/412/392>>. Acesso em out. 2016.

BERTOLDO, E. S.; LEITE, J. D. Língua portuguesa: um objeto circunscrito. Entremeios: Revista de estudos do discurso. v.13, jul.- dez./2016. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/347.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

BEZERRA, K. R. P.; SILVA, W. G. Tecnologias digitais de informação e comunicação: formação continuada para professores dos Anos Iniciais da Educação Básica. ENPED-Formação, Tecnologia e Cultura Digital, 2016. Disponível em: <<http://www.sied-enped2014.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/view/1182/465>>. Acesso em: nov. 2016.

BERGOZZA, R. M. História da educação: uma forma de aprender. Revista Conjectura. V. 14, n. 2, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/27/26>>. Acesso em: nov. 2016.

BLIACHERIENE, A. C.; LUCENA, E. V. de; BRAGA, M. V. A.; OLIVEIRA JUNIOR, T. M. Jornal de Políticas Educacionais v. 10, n. 20, 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/49966/32547>>. Acesso em: agos. 2017.

BONACELLI, M. B. M. Além das fronteiras: a interdisciplinaridade para a interação entre (novos) conhecimentos. Revista Ensino Superior UNICAMP, nº 12, 2014. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/alem-das-fronteiras-a-interdisciplinaridade-para-a-interacao-entre-novos-conhecimentos>>. Acesso em nov. 2016.

BONFIM, A. M.; ANJOS, M. B.; FLORIANO, M. D.; FIGUEIREDO, C. S. M.; SANTOS, D. A.; SILVA, C. L. C. Parâmetros Curriculares Nacionais: Uma Revisita aos Temas Transversais Meio Ambiente e Saúde. Trabalho Educação Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 27-52, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a03v11n1.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

BOVO, M. C. Interdisciplinaridade e Transversalidade como Dimensões da Ação Pedagógica. Revista Urutágua-Revista Acadêmica Multidisciplinar, nº 07, Maringá/Paraná, 2007. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/007/07bovo.htm>>. Acesso em: out. 2016.

BRANCO, R.; LIMA, L. C. Prática dos professores frente ao Currículo Oculto: aula para além do planejado no ensino da Matemática. Educere: XII Congresso Nacional de Educação. 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20718_9780.pdf>. Acesso em: out. 2017.

CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBa, 2007. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/fcrb/451/2/Calabre,%20L.%20-%20Políticas%20Culturais%20no%20Brasil>>. Acesso em agos. 2017.

CARDOSO, R. C.; WARSZAWIAK, A. C. Z. V. O meio ambiente como um direito humano de proteção ao patrimônio genético brasileiro. Revista Dom Acadêmico, Curitiba, v.2, n.1, p.21-28, jan/jun. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/ACER/Downloads/27-26-1-PB.pdf>>. Acesso em: mai. 2017.

CARNEIRO, R. F.; SILVA, N. C.; ALVES, T. A.; ALBUQUERQUE, D. O.; BRITO, D. C.; OLIVEIRA, L. L. Educação Sexual na adolescência: Uma abordagem no contexto escolar. SANARE-Revista de Políticas Públicas, v.14, n.01, p.104-108, jan./jun., 2015. Disponível em: <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/617/334>>. Acesso em: jan. 2017.

- CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental crítica, nomes e endereçamentos da educação. In: LAYARGUES, P. P. (Coord.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: MMA, 2004.
- COPETTI, J.; SOARES, R. G.; LARA, S.; LANES, K. G.; PUNTEL, R.; FOLMER, V. Conhecimento de adolescentes sobre saúde e fatores de risco para doenças e agravos não transmissíveis: sugestão de abordagem interdisciplinar. Revista Ciência e Ideias. V. 4, n 2, pág. 123-142. 2013. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/viewFile/324/224>>. Acesso em: dez. 2016.
- COSTA, A. V. R.; SOUZA, J. M. Percepção ambiental dos professores x análise do espaço vivido no município de Rorainópolis – Roraima. Revista Amazônica de Ensino de Ciências, v.9, n.19, p.199-209, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/viewFile/993/886>>. Acesso em: nov. 2016.
- COSTA, M. G. N.; CARDOSO, A. G.; SILVA, A. Algumas considerações sobre currículo e inclusão escolar. Educa – Revista Multidisciplinar em Educação – ISSN 2359-2087 88 Rev. Educa, Porto Velho (RO), v.1, n.2, p. 88 – 98, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/viewFile/1193/1274>>. Acesso em: nov. 2016.
- COUTINHO, R. X., SANTOS, W. M.; FOLMER, V.; ROCHA, J. T.; PUNTEL, R. L. Percepções de professores de Ciências, Matemática e Educação Física sobre suas práticas em escolas públicas. Revista Ciência e Ideias, vol. 04, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/viewFile/133/150>>. Acesso em: mai. 2017.
- CUNHA, L. A.; FERNANDES, V. Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 38, n. 04, p. 849-864, out./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n4/aop753>>. Acesso em: nov. 2016.
- CUNHA, É. V. R.; LOPES, A. C. Base Nacional Comum Curricular no Brasil: Regularidade na Dispersão. Revista Investigación Cualitativa, vol. 02, n. 02, 2017. Disponível em: <<https://ojs.revistainvestigacioncualitativa.com/index.php/ric/article/view/68/49>>. Acesso em: out. 2017.
- CURY, C. R. J. Vinte Anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Jornal de Políticas Educacionais, vol. 10, n. 20, 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/49964>>. Acesso em: mai. 2017.
- DARIDO, S. C (ORG). Educação Física e Temas transversais na escola: Papyrus Editora, 2012.
- DOURADO, L. F. Formação de profissionais do magistério da educação básica: novas diretrizes e perspectivas. Revista Comunicação e Educação, Ano 21, n. 1, 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/Acer/Downloads/110712-209581-1-PB.pdf>>. Acesso em: jan. 2017.
- FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 10 ed. Campinas: Papyrus. 143 p. 2002.
- FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: Didática e Prática de Ensino. Revista interdisciplinaridade. Nº 6, 2015. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/22623>>. Acesso em: nov. 2016.

FAZENDA, I. C. A.; FERREIRA, N. R. (Org.). Formação de Docentes Interdisciplinares. Editora: CRV, 234p., 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/16796-41352-1-SM.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

FERREIRA, D. S.; NOVA, T. B. B. O projeto político pedagógico na construção da identidade cultural: algumas reflexões. Revista Educação e Transformação, vol. 01, n. 01, 2016. Disponível em: <<http://ead.codai.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao/article/view/769/676>>. Acesso em: jun. 2017.

FRACALANZA, H; AMARAL, I. A.; MEDIG NETO, J.; EBERLIN, T. S. A Educação Ambiental no Brasil: Panorama Inicial da Produção Acadêmica. Ciências em Foco, vol. 01, n. 01. 2008. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/cef/article/view/4458/3503>>. Acesso em: jun. 2016.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra São Paulo, 143 p., 2011.

FURLANI, R. M.; OLIVEIRA, E. R. Currículo, interdisciplinaridade e o pensamento sistêmico novo-paradigmático como inovação no curso de Administração. Revista Pensamento & Realidade, v. 30, n. 1 2015. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/22536>>. Acesso em: out. 2016.

GABINI, W. S.; DINIZ, R. E. S. Os professores de química e o uso do computador em sala de aula: discussão de um processo de formação continuada. Ciência & Educação, Bauru, v. 15, n. 2, p. 343-58, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132009000200007>. Acesso em: out. 2016.

GADOTTI, M. Dimensão política do projeto pedagógico da escola. Acervo Moacir Gadotti, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://gadotti.org.br:8080/jspui/handle/123456789/456>>. Acesso em jun. 2017.

GADOTTI, M. Interdisciplinaridade: atitude e método. Instituto Paulo Freire. Disponível em: <<http://ftp-acd.puc-campinas.edu.br/pub/professores/cchsa/lucianeoliveira/Planejamento%20de%20Ensino/Tema%202%20-%20Interdisciplinaridade/Texto%202%20-%20Interdisciplinaridade.pdf>>. Acesso em: jan. 2017.

GALLO, S. Transversalidade e Meio Ambiente. Ciclo de palestras sobre meio ambiente – Programa Conheça a Educação do Cibec/Inep – MEC/SEF/COEA, 2001. Disponível em: <<http://interacao2008.pbworks.com/f/transversalidade%2Be%2Bmeio%2Bambiente.pdf>>. Acesso em nov. 2016.

GALIAN, C. V. A. Currículo e conhecimento escolar na perspectiva da educação integral Cadernoscenpec, v. 6, n. 1, p. 03-22, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/347/344>>. Acesso em: jan. 2017.

GARCIA, J. O futuro das práticas de interdisciplinaridade na escola. Revista Diálogo Educacional, v. 12, n. 35, p. 211-232, 2012. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?ddl=5908&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: out. 2016.

GARCIA, M. H. C.; GARCIA, M. N.; PAULA, R. L.; DURIGAN, R. H. A. Temas Transversais: A Abordagem pelos Professores de Língua Materna no Ensino Fundamental em

- Sala de Aula. Revista Eletrônica de Letras. V. 3, nº 1, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rel/article/view/397>>. Acesso em: nov. 2016.
- GASPARELLO, A. Uma pedagogia histórica: caminhos para uma história da disciplina escolar. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 105-125, jan./abr. 2011.
- GATTI, M. A.; ALMEIDA, M. H. Aspectos de uma não leitura: Projetos Político-Pedagógicos e democracia. Laplage em Revista, vol. 3, n.1, 2017. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/255/477>>. Acesso em: jun. 2017.
- GIROTTI, E. D. Dos PCNs a BNCC: o ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. Geo UERJ, n. 30, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/23781/21158>>. Acesso em: out. 2017.
- GOMES, A. L. F. Notas críticas sobre as Orientações Curriculares Nacionais(OCN's) para o Ensino de Sociologia no Ensino Médio. Revista Cronos, v. 8, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1851>>. Acesso em: out. 2017.
- GOMES, A. R. A linguagem do imagético e a educação não disciplinar. In: Antenor Rita Gomes. (Org.). *Ver e Aprender: proposições pedagógicas sobre educação e cultura visual*. Salvador: Eduneb, 1ed., p. 17-30, 2012.
- GOMES, R. K. S. A teoria Fleckiana como subsidio a uma Educação Ambiental holística na práxis educativa docente. Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental, v. 34, n.1, 2017. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/6685/4466>>. Acesso em: jun. 2017.
- GUIMARÃES, S. S. M.; INFORSATO, E. C. A percepção do professor de Biologia e a sua formação: a educação ambiental em questão. Revista Ciência & Educação, v. 18, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2510/251023705016.pdf>>. Acesso em: out. 2017.
- JUNIOR, J. D. P.; PUNTEL, R. L.; FOLMER, V. A percepção dos professores do Ensino Médio de uma escola da rede pública do município de Santa Maria/RS sobre ações interdisciplinares. Revista Ciências&Ideias, v. 6, n. 2, p. 13-28, 2015. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/385/334>>. Acesso em out. 2016.
- KLEIN, D. H.; FRÖHLICH, M. A.; KONRATH, R. D. Base Nacional Comum Curricular – BNCC: documento de análise. Revista Acadêmica Licencia&acturas. V.4, n 1, pág. 65-70, jan-jun. 2016. Disponível em: <<http://www.ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/101/97>>. Acesso em: dez. 2016.
- LAMOSA, R. A. C.; LOUREIRO, C. F. A educação ambiental e as políticas educacionais: um estudo nas escolas públicas de Teresópolis (RJ). Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n.2, p. 279-292, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a05.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.
- LANES, K. G.; LANES, D. V. C.; COPETTI, J.; LARA, S.; PUNTEL, R. L.; FOLMER, V. Educação em Saúde e o Ensino de Ciências: sugestões para o contexto escolar. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/vittalle/article/view/6024/3710>>. Acesso em: mar. 2017.
- LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macro tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade n São Paulo v. 17, n. 1, p. 23-40. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>>. Acesso em set. 2016.

LEFF, E. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexibilidade, poder. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LENOIR, Y. Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável. In: FAZENDA, I. C. A. (org). Didática e interdisciplinaridade. Campinas: Papirus. 2001.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar em revista, n. 17, p. 153-176. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602001000100012>. Acesso em: nov. 2016.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 5ª Edição. Goiânia: Alternativa. 2004.

LIMA, L. B. A Educação Ambiental na escola: uma interpretação da realidade de uma escola de Ensino Fundamental do município Riacho dos Cavalos/PB. Trabalho de Conclusão de Curso Ciências Agrárias, Universidade Estadual de Paraíba. Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4933/1/PDF%20-%20Lindomar%20Bezerra%20de%20Lima.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

LOPES, C. J.; MACHADO, R. L. Projeto político-pedagógico como instância de gestão social da educação. Revista Pretexto, vol. 15, n. 03, 2014. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/2269/pdf_27>. Acesso em: out. 2017.

LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1473-1494, Set./Dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v26n93/27289.pdf>>. Acesso em out. 2016.

LUCK, H. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos - metodológicos. Petrópolis – RJ: Vozes. 1994.

MAIA, S. G. C.; ALVES, G. A. Experiências interdisciplinares em Artes Visuais. In: Experiências interdisciplinares no ensino superior. JOSGRILBERT, M. F. V. (Org.). Ponta Porã: EDFAMAG, 196p, 2015. Disponível em: <http://www.fipmagsul.com.br/wp-content/uploads/2011/10/E-BOOK_isbn_ficha_EXPERI%C3%80NCIAS-INTERDISCIPLINARES-NO-ENSINO-SUPERIOR_com-altera%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

MALLMANN, E. M. Pesquisa-ação educacional: preocupação temática, análise e interpretação crítico-reflexiva. Cadernos de Pesquisa. v. 45 n. 155, p. 76-98, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v45n155/1980-5314-cp-45-155-00076.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

MAGALHÃES JUNIOR, C. A. O.; TOMANIK, E. A. (2013) Representações sociais de meio ambiente: subsídios para a formação continuada de professores. Ciência & Educação, v. 19, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2510/251025751004.pdf>>. Acesso em: out. 2017.

MARQUES, R. R. R.; SOUZA, M. B. C. A. FAÇO O QUE DIGO? A relação entre o Projeto Político Pedagógico e a prática Docente. Revista Foco, V.10, nº2, 2017. Disponível em: <<http://www.novomilenio.br/Periodicos/index.php/foco/article/view/425/240>>. Acesso em: jun. 2017.

MATOS, N. C.; SOUZA, E. R.; NASCIMENTO, J. V.; PINTO, M. G.; SOUZA, A. R. B. A formação continuada de professores da educação básica: uma revisão sistemática. Cadernos de

- Pesquisa: *Pensamento Educacional*, V. 11, n. 28, 2016. Disponível em: <<http://seer.utp.br/index.php/a/article/view/311/312>>. Acesso em: jan. 2017.
- MARINHO, J. C. B.; SILVA, J. A.; FERREIRA, M. A educação em saúde como proposta transversal: analisando os Parâmetros Curriculares Nacionais e algumas concepções docentes. *História, Ciências, Saúde/Manguinhos*, v. 22, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702015000200008>. Acesso em nov. 2016.
- MENDES, K.M. A pesquisa na formação continuada de professores: possibilidades e limites. *Revista Triângulo*, v. 6, n. 01, 2013. Disponível em: <<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/497/pdf>>. Acesso em: out. 2016.
- MESQUITA, R. F.; CARVALHO, M. L.; SOUSA, L. R. M.; LIMA, F. F.; SILVA, G. O.; FERREIRA, A. K. A. Proposta metodológica e reflexões sobre o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental no ensino médio. *Revista Interdisciplinar*, v. 7, n. 2, p. 165-172, 2014. Disponível em: <http://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/338/pdf_124>. Acesso em: nov. 2016.
- MILITÃO, Silvio Cesar Nunes; MIRALHA, Mayara Faria. Ensino Fundamental: trajetória histórica e panorama atual. In: XIV Semana da Educação. *Pedagogia 50 anos: da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras à Universidade Estadual de Londrina*. 9 a 11 de maio de 2012. p. 836-849. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/ensinofundamental/ensinofundamental.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2016.
- MINÉU, H. F. S.; TEIXEIRA, R. A.; COLESANTI, M. M. Educação ambiental no currículo escolar do ensino médio da rede estadual de minas gerais. *Ambiente e Educação*, v. 19, n. 2, p. 18-32, 2014. Disponível em: <<https://furg.emnuvens.com.br/ambeduc/article/view/4025/3697>>. Acesso em: mai. 2017.
- MIRANDA, A. A.; VASCONCELOS, C. M. G.; COLAÇO, V. F. R. O funcionamento da escola e a atuação Do psicólogo: o projeto político pedagógico Como mediador dessa relação. *Revista de Psicologia*, v.7 n.1, p. 73-80, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/3674/2899>>. Acesso em: mai. 2017
- MONTEIRO, A. L. Formação, didática e pesquisa nos cursos de formação de professores. *Revista COCAR, Belém*, v.10, n.19, p. 94 a 120 – Jan./Jul. 2016 Programa de Pós-graduação Educação em Educação da UEPA. Disponível em: <<http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/787/563>>. Acesso em: nov. 2016.
- MOREIRA, M. A. *Metodologia de Pesquisa em Ensino*. Ed.: Livraria da Física. 1ed., São Paulo, 2011.
- MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- NEIRA, M. G. O currículo da Educação Física e o posicionamento dos sujeitos. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 11, n. 22, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2997/3959>>. Acesso em: jan. 2017.
- NOGUEIRA, C.; ANDRADE, G. S. Fundamentos Filosóficos sobre Educação Ambiental dos Licenciandos em Física do IFSul. *Revista Thema*, vol. 11, n. 01, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/179/112>>. Acesso em jun. 2017.

OCAMPO, D. M.; SANTOS, M. E. T.; FOLMER, V. A Interdisciplinaridade no Ensino É Possível? Prós e contras na perspectiva de professores de Matemática. *Revista Bolema*, v. 30, n. 56, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bolema/v30n56/1980-4415-bolema-30-56-1014.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

OLIVEIRA, M. A institucionalização do projeto eco-político-pedagógico em uma escola de Ensino Fundamental do município de Osasco. Dissertação de Mestrado. Universidade Nove de Julho. Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais. 116 p. 2015. Disponível em: <<https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1006>>. Acesso: out. 2017.

OLIVEIRA, M. O futebol sobre a ótica do tema transversal trabalho e consumo. Trabalho de Conclusão de Curso, 55 f.. Educação Física-Licenciatura. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/120304/000743886.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em dez. 2016.

OMELCZUK, A. B. Prática como componente curricular – definições legais e sua expressão na formação inicial do professor de Ciências e Biologia. Dissertação de Mestrado, UFSM/RS, 98 p. 2017. Disponível em:

<http://pgeec.ufsm.br/images/teses/DISSERTACAO_ALINE.pdf>. Acesso em: out. 2017.

PACHECO, J. A. Escritos curriculares. São Paulo: Cortez, 2005.

PÁTARO, C. S. O.; PÁTARO, R. F. Temas transversais e o trabalho com projetos: uma experiência nas séries iniciais do ensino fundamental. *Revista Espaço Acadêmico*, vol. 11, nº127, dez/2011. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13132>>. Acesso em nov. 2016.

PELLENZ, M.; BALDISSERA, R. Análise Jurídica da Educação Ambiental: A Cidadania em Foco. *Revista Duc In Altum: Cadernos de Direito*, vol. 8, nº16, set.-dez. 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/Acer/Downloads/400-1534-1-PB.pdf>>. Acesso em jan. 2017

PEREIRA, F. A. Educação ambiental e interdisciplinaridade: avanços e retrocessos. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, v. 5, n. 2, p., 2014. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/braziangeojournal/article/view/27441/15657>>. Acesso em out. 2017.

PEREIRA, L. M. O discurso da diversidade linguística no LDP: sentidos de língua e de sujeito linguístico. *Revista Linguagem*, vol. 22, n. 01, 2015. Disponível em: <<http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/18/61>>. Acesso em: jan. 2017.

PEREIRA, B. C.; MORAES, C.; LIMA, P. G. A implementação do E.F. de Nove Anos em Sorocaba: algumas percepções. *Educação Básica Revista*, vol.1, n.1, p.5-18, 2015. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/REB/article/view/38/123>>. Acesso em out. 2016.

PESSANO, E. F. C.; DÁVILA, E. S.; SILVEIRA, M. G.; PESSANO, C. L. A.; FOLMER, V.; PUNTEL, R. Percepções socioambientais de estudantes concluintes do Ensino Fundamental sobre o rio Uruguai. *Revista Ciências e Ideias*, vol. 4, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/323/219>>.

Acesso em: mar. 2017.

PESSANO, E. F. C.; PESSANO, C. L. A.; FOLMER, V.; PUNTEL, R. L. O Rio Uruguai Como Tema Para a Educação Ambiental no Ensino Fundamental. Revista Contexto & Educação, v. 30, n. 96, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3317/4840>>. Acesso em: dez. 2016.

PESSANO, E. F. C.; DÁVILA, E. S.; OCAMPO, D. M. MIRALHA, C. T. T.; FOLMER, V.; PUNTEL, R. L. O rio Uruguai como temática de contextualização para o ensino em uma unidade de restrição de liberdade para adolescentes. Revista Góndola: Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias, v.10, n 1, p. 74-101, 2015. Disponível em: <<http://revistas.udistrital.edu.co/ojs/index.php/GDLA/article/view/8393>>. Acesso em: out. 2016.

PILETTI, Claudino; PILETTI Nelson. *Filosofia e história da educação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.

PINHÃO, F.; MARTINS, I. Diferentes Abordagens sobre o Tema Saúde e Ambiente: Desafios para o Ensino de Ciências. Ciência & Educação, v. 18, n. 4, p. 819-835, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v18n4/v18n4a06>>. Acesso em: set. 2016.

POLONIATO, S.; PERIPOLLI, O. J. Um olhar sobre o currículo da Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da educação do campo. Revista Educação, Cultura e Sociedade Sinop/MT/Brasil, v. 7, n. 1, p. 250-261, 2017. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/view/2599/1929>>. Acesso em jan. 2017.

RIBEIRO, L. F.; BUENO, B. A educação do campo e a interdisciplinaridade: desafios e possibilidades. Revista Monografias Ambientais – REMOA, vol. 14, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/20644/pdf_1>. Acesso em out. 2017.

ROCHA, N. D.; ROCHA, J. M.; HAMMES, L. J. Educação ambiental transformadora: epistemologia e prática educativa. Rev. Eletrônica Mestrado Educação Ambiental. E-ISSN 1517-1256, v. 33, n.2, p. 268-285, maio/ago., 2016. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/5707>>. Acesso em: dez 2016.

ROMANELLI, O. História da educação no Brasil: 1930-1973. Petrópolis: Vozes, ed.8. 2003.

SACRISTÁN, J. G. O currículo, uma reflexão sobre a prática. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAMARA WANDERLEY XAVIER PONTES, A. M. Concepções Docentes: um estudo dos Temas Transversais Ambientais no Ensino de Ciências Naturais. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília (UnB), 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9726/1/2014_ArielMoreiraPontes.pdf>. Acesso em: out. 2017.

SANTOS, V. M. N.; JACOBI, P. R. Formação de professores e cidadania: projetos escolares no estudo do ambiente. Revista Educação e Pesquisa, v.37, n.2, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/298/29819096004.pdf>>. Acesso em: out. 2017.

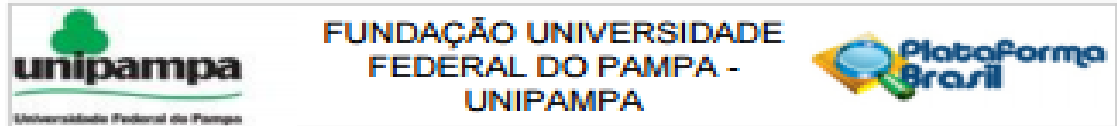
SANTOS, M. E. T. Tema Transversal Saúde nos Anos Iniciais da Educação Básica: um estudo em escolas com baixo IDEB. Dissertação. PPG Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade Federal de Santa Maria/UFSM-RS, 119 p. 2014. Disponível em: <<http://pgeec.ufsm.br/images/producoes/2014/dissertacoes/MARCELLI%20EVANS%20TELES%20DOS.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

- SANTOS, M. E. T.; OCAMPO, D. M.; LOPES, M. O. S.; SOUZA; D. O. G.; FOMER, V. A. Saúde enquanto Tema Transversal em Livros Didáticos de Ciências para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. *ALEXANDRIA Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, v.8, n.1, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/1982-5153.2015v8n1p53>>. Acesso em out. 2016.
- SANTOS, A. G.; E SANTOS, C. A. P. A inserção da Educação Ambiental no currículo escolar. *Revista Monografias Ambientais - REMOA* v. 15, n.1, 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/ACER/Downloads/19893-101202-1-PB.pdf>>. Acesso em: out. 2017.
- SANTOS, E. O.; BATISTA NETO, J. Concepções e práticas de formação continuada na educação básica. *INTERRITÓRIOS-Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco/BR*, v.2, n.3, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/8692/8671>>. Acesso em: dez. 2016.
- SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. *Movimento-revista de educação*, n. 04, 2016. Disponível em: <<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/296/301>>. Acesso em: mai. 2017.
- SILVA, M. G. Pedagogia histórico-crítica e sexualidade na educação escolar: considerações a partir da análise do tema “orientação sexual” nos parâmetros curriculares nacionais. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 78-88, jun. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9684/9505>>. Acesso em: out. 2016.
- SILVA, T. T. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.
- SILVA, F.L.G.R. Plano Nacional de Educação e seus desdobramentos sobre as novas diretrizes para a formação de professores da educação profissional: identidades profissionais em construção. *Revista Holos*, ano 32, vol. 6, 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4986/1575>>. Acesso em: jan. 2017.
- SILVEIRA, M. G. S.; SOARES, J. R.; SANTOS, M. E. T.; LANES, K. G.; PESSANO, E. F. C.; PUNTEL, R. L.; FOMER, V. A contribuição de oficinas temáticas ambientais na formação inicial de alunos do Curso Normal Médio. *Revista Ciências e Ideias*, vol. 06, n. 01, 2015. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrn.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/325/317>>. Acesso em: out. 2017.
- SCHEIBE, L.; DURLI, Z. Curso de Pedagogia no Brasil: olhando o passado, compreendendo o presente. *Revista Educação em Foco*. Vol. 14, n. 17, ano 2011. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/view/104/139>>. Acesso em 29 nov. 2016.
- SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. Política Educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SOARES, M. C.; LANES, K. G.; LANES, D. V. C.; LARA, S.; COPETTI, J; FOLMER, V., PUNTEL, R. L. O ensino de ciências por meio da ludicidade: alternativas pedagógicas para uma prática interdisciplinar. *Revista Ciências e Ideias*, vol.05, n. 01. 2014. Disponível em: <<http://revistascientificas.ifrn.edu.br:8080/revista/index.php/reci/article/view/331/231>>. Acesso em out. 2016.

- SOUZA JUNIOR, M.; SANTIAGO, E.; TAVARES, M. Currículo e saberes escolares: ambiguidades, dúvidas e conflitos. *Revista Pro-Posições*, v. 22, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643287>>. Acesso em out. 2016.
- STRIEDER, R. B.; WATANABE, G.; SILVA, K. M. A.; WATANABE, G. Educação CTS e Educação Ambiental: Ações na Formação de Professores. *ALEXANDRIA Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, v.9, n.1, p.57-81, maio 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/1982-5153.2016v9n1p57/31791>>. Acesso em: dez 2016.
- TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TAVARES, A. M. B. N.; LIMA, E. R. S.; SILVA, J. J. O gestor educacional na contemporaneidade: os desafios da gestão na Escola Municipal Severino Bento Bezerra em Boa Saúde/RN *Revista Ensino Interdisciplinar*, v. 2, nº. 04, 2016. Disponível em:<<http://www2.uern.br/index.php/RECEI/article/viewFile/1803/976>>. Acesso em: jun. 2017.
- TORMENA, A. A.; FIGUEIREDO, J. A. PLANEJAMENTO: a importância do plano de trabalho docente na prática pedagógica. *Cadernos PDE*, 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafipa_ped_artigo_ana_aparecida_tormena.pdf>. Acesso em: out. 2017.
- TRAJBER, R.; SATO, M. Escolas Sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. *Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental*, v. especial, set., 2010. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3396/2054>>. Acesso em: out. 2016.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A Escola em debate: gestão, projeto político pedagógico e avaliação. *Retratos da Escola*. Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, 2013. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/270/446>>. Acesso em: jun. 2017
- VERONEZE, D. J.; NOGARO, A.; SILVA, F. L.; ZANOELLO, S. F. Consensos e dissensos entre os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular. *Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades*, 2016. Disponível em: <http://www.sbemrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/6407_2669_ID.pdf>. Acesso em: out. 2017.
- VIEIRA, M.A.S. *et al.* Fatores Associados ao Uso do Preservativo em Adolescentes do Gênero Feminino no Município de Goiânia. *DST – J Bras Doenças Sex Transm.* v.16, n.3, p.77-83, 2004. Disponível em: <<http://www.dst.uff.br//revista16-3-2004/10.pdf>>. Acesso em: nov. 2016.
- VIANA, P. A. M. O.; OLIVEIRA, J. E. A inclusão do tema Meio Ambiente nos currículos escolares. *Rev. Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental*, v.16, 2006. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/2777/1566>>. Acesso em: set. 2016.
- YUS, R. *Temas Transversais: em busca de uma nova escola*. Artmed Editora S.A. São Paulo/SP. 2008.
- ZIMMERMANN, M. H.; SILVEIRA, R. F. M.; GOMES, R. Z. Formação continuada no ensino de Ciência da Saúde: avaliação de habilidades e feedback efetivo. *Revista Ensino & Pesquisa*, v.14, n.02, p. 197-213, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/1061/607>>. Acesso em: jan. 2017.

Anexo I

Parecer Consubstanciado – Comitê Ética e Pesquisa (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Interação Meio Ambiente, Corpo e Sexualidade: Reflexões acerca da abordagem de educadores/as

Pesquisador: VANDERLEI FOLMER

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58462516.0.0000.5323

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.746.820

Apresentação do Projeto:

O Projeto se refere a uma pesquisa a ser realizada em uma escola da rede municipal de Ensino Fundamental na cidade de Uruguaiana/RS, com educadores/as de diferentes áreas do conhecimento. Será realizada um análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola e de livros didáticos de Ciência com respeito ao tema do Projeto e posteriormente uma entrevista e um curso de formação continuada junto aos professores.

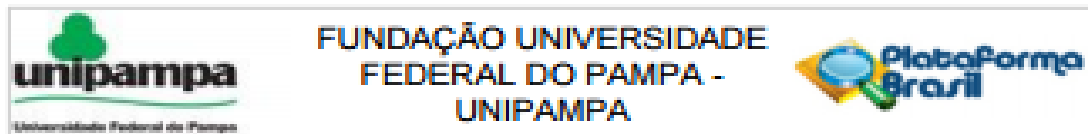
Objetivo da Pesquisa:

A Pesquisa tem por objetivo conhecer a formação dos professores/as e seu entendimento à respeito dos Temas Transversais Meio Ambiente e Orientação Sexual. Na sequência será ofertado um curso de formação continuada, apresentando e discutindo os resultados da pesquisa, coordenado pelos pesquisadores envolvidos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos que o projeto poderá representar não podem ser desconsiderados. De forma geral, são de ordem psicológica, como por exemplo, pode ocasionar algum constrangimento aos/as professores/as ao responder ao questionário, por questões éticas, religiosas ou políticas. O pesquisador afirma que se isso acontecer o/a entrevistado/a será orientado/a que poderá não responder o questionário e se

Endereço: Campus Uruguaiana BR 473, Km 592
 Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa CEP: 97.500-970
 UF: RS Município: URUGUAIANA
 Telefone: (51)3511-0202 E-mail: cep@unipampa.edu.br



Continuação do Parecer: 1.746.820

for de sua vontade deixar de fazer parte do projeto sem que ninguém fique sabendo do ocorrido, a fim de preservar sua imagem e integridade. Os benefícios estão relacionados a uma aprendizagem mais significativa de temas caros à formação de todos os envolvidos nos processos de educação e escolarização.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sem comentários e considerações adicionais à Pesquisa

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de Apresentação Obrigatória estão integralmente atendidos

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências

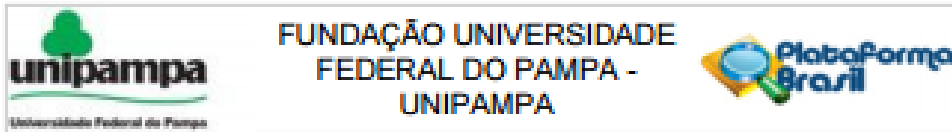
Considerações Finais a critério do CEP:

Lembramos ao pesquisador deve ser inserir na PLATBR o relatório parcial/final com os resultados encontrados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_760632.pdf	25/08/2016 18:29:03		Aceito
Outros	Termo_Confidencialidade.pdf	25/08/2016 18:25:23	VANDERLEI FOLMER	Aceito
Outros	Carta_Pendencia.pdf	25/08/2016 18:24:19	VANDERLEI FOLMER	Aceito
Outros	Instr_Pesq.docx	25/08/2016 18:00:08	VANDERLEI FOLMER	Aceito
Outros	autor_f.pdf	05/08/2016 22:38:31	VANDERLEI FOLMER	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	05/08/2016 22:26:00	VANDERLEI FOLMER	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	05/08/2016 21:58:35	VANDERLEI FOLMER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE.docx	01/08/2016 17:52:40	VANDERLEI FOLMER	Aceito

Endereço: Campus Uruguaiana BR-472, Km 592
 Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa CEP: 97.500-970
 UF: RS Município: URUGUAIANA
 Telefone: (55)3941-0202 E-mail: cep@unipampa.edu.br



Continuação do Parecer: 1.764.820

Ausência	TCLE.docx	01/08/2016 17:52:40	VANDERLEI FOLMER	Acerto
----------	-----------	------------------------	---------------------	--------

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

URUGUAIANA, 27 de Setembro de 2016

Assinado por:
sandra elisa haas
(Coordenador)

Endereço: Campus Uruguaiana BR-475, Km 592
Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa CEP: 97.500-970
UF: RS Município: URUGUAIANA
Telefone: (55)3911-0302 E-mail: cnp@unipampa.edu.br

Anexo II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do projeto: Interação Meio Ambiente, Corpo e Sexualidade: Reflexões acerca da abordagem de educadores/as.

Pesquisador responsável: Vanderlei Folmer

Pesquisadores participantes: Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa e Emerson de Lima Soares

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa e Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Telefone celular do pesquisador para contato (inclusive a cobrar):

Vanderlei Folmer: 55 98111-1104

Cátia Lopes: 55 99987-1257

Emerson Soares: 55 99617 3305

O **Sr./Sr.^a/Você** está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, da pesquisa intitulada, Interação Meio Ambiente, Corpo e Sexualidade: Reflexões acerca da abordagem de educadores/as, de pesquisa de mestrado, que tem por objetivo investigar como a temática meio ambiente é trabalhada no contexto dos/as educadores/as dos anos finais do Ensino Fundamental e suas concepções acerca da corporeidade e as relações de poder sobre o corpo humano no ambiente escolar e se justifica no sentido de entendermos a educação como caminho certo para o desenvolvimento do país e, tendo em vista que devemos formar cidadãos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade, percebe-se a relevância de pesquisar sobre os temas transversais Meio Ambiente e Orientação Sexual (corpo) no ambiente escolar e considera-se que as ações relacionadas aos temas são um importante meio para a formação dos/as educandos/as e educadores/as.

Por meio deste documento e a qualquer tempo o **Sr./Sr.^a/Você** poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

Metodologia da Pesquisa

O *corpus* da pesquisa será a partir das narrativas dos educadores/as, em que utilizaremos entrevistas e questionários semiestruturados com perguntas relacionadas ao Meio Ambiente e ao Corpo humano, pois segundo Larrosa (1996) com as narrativas os sujeitos constroem sua história dando sentido a quem são e a quem são os outros, e assim constroem suas identidades. A análise das narrativas será realizada por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), em que será realizada uma leitura

cuidadosa dos dados, e os mesmos serão “recortados” e desconstruídos a partir da interpretação do pesquisador.

Esta proposta será desenvolvida em duas fases:

Na primeira fase será realizada uma análise documental do Projeto Político Pedagógico e uma análise dos livros didáticos de Ciências da escola, por meio de uma matriz analítica fundamentada nos PCNs e elaborada pelos próprios pesquisadores/as.

Na segunda fase serão realizadas entrevista e serão aplicados aos/as educadores/as questionários semiestruturados com questões objetivas e dissertativas (anexo 1), que visam averiguar o entendimento, a formação inicial e continuada e a prática pedagógica dos/as docentes em relação ao Tema Transversal Meio Ambiente e Orientação sexual, assim como a abordagem sobre corporeidade. O processo de análise de dados obtidos finaliza esta etapa.

Ao responder o questionário o Sr./a Sr.^a poderá experimentar constrangimento, mas deve ficar à vontade para responder integralmente, parcialmente ou nenhuma das questões abaixo elencadas. Ressaltamos que a pesquisa irá contribuir para sua reflexão de prática docente sobre os temas abordados.

Durante a realização da pesquisa os participantes serão acompanhados pelos pesquisadores, sendo orientados da melhor maneira possível, sanando suas dúvidas pertinentes relacionadas ao projeto que possam surgir durante seu desenvolvimento. Para participar deste estudo o Sr./Sr.^a/Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pelo pesquisador responsável. Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

O retorno do resultado da pesquisa aos participantes será realizado em uma apresentação na escola e a partir de possíveis publicações científicas.

Nome do Participante da Pesquisa: _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome do Pesquisador Responsável: Vanderlei Folmer

Assinatura do Pesquisador Responsável

Local e data _____

Anexo III

Autorização da escola coparticipante



AUTORIZAÇÃO CONDICIONADA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, Tania Angélica Cardoso Pereira, ocupante do cargo de diretora na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Francisco Pereira da Silva, CNPJ 93.238632/0001-79, autorizo a realização nesta instituição de ensino a pesquisa Interação Meio Ambiente, Corpo e Sexualidade: Reflexões acerca da abordagem de educadores/as, sob a responsabilidade do professor, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), D^r Vanderlei Folmer, CPF 695 832 180 - 49, tendo como objetivo primário coletar dados para o desenvolvimento da pesquisa citada anteriormente.

Esta autorização está condicionada à prévia aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa (Prédio Administrativo da Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiiana – BR 472, Km 592 – Uruguaiiana – RS – tel: 55-3413-4321 ramal 2289 – email: cep@unipampa.edu.br) devidamente registrado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS), respeitando a legislação em vigor sobre ética em pesquisa em seres humanos no Brasil (Resolução do Conselho Nacional de Saúde n° 466/12 e regulamentações correlatas).

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados, dispondô da infraestrutura necessária para tal.

Uruguaiiana, 03 de agosto, 2016.


Tania Angélica Cardoso Pereira

(Assinatura e carimbo do responsável da instituição coparticipante)

Tania Angélica C. Pereira
Diretora
Matr 19291

Escola Municipal de Ensino Fundamental
José Francisco Pereira da Silva
Decreto nº 015/2000 Data: 01.02.2000
Uruguaiiana-RS

Anexo IV

QUESTIONÁRIO EDUCADORES/AS

Conforme especificado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado anteriormente, você está sendo convidado a responder este questionário, ficando livre para responder integralmente, parcialmente ou nenhuma das questões abaixo elencadas.

Nome: _____
Graduação: _____ **Pós-Graduação:** _____
Disciplina: _____ **Carga Horária:** _____ **Tempo de Profissão:** _____

Trabalha em Escola: () Privada () Pública () Municipal () Estadual

01- Tem conhecimento, na íntegra, do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola?

() Sim () Não () Parcialmente () Não sei

02- Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são contemplados no PPP?

() Sim () Não () Parcialmente () Não sei

03- O Tema Transversal Meio Ambiente e a interdisciplinaridade estão presentes no PPP?

() Sim () Não () Parcialmente () Não sei

04- O PPP da escola apresenta orientações sobre os Temas Transversais?

() Sim () Não () Parcialmente () Não sei

05- Trabalhaste na construção e elaboração do PPP atual da escola?

() Sim () Não () Parcialmente () Não sei

06- Você consulta o PPP para planejar sua prática educativa?

() Sim () Não () Parcialmente () Não sei

07- Como o PPP se relaciona com as ações pedagógicas ocorridas em sala de aula?

08- Qual seu entendimento sobre o tema transversal Meio Ambiente e sobre Interdisciplinaridade?

09- Ocorrem abordagens sobre Meio Ambiente em suas práticas educativas?

10- Desenvolve atividades interdisciplinares em sua prática docente?

11- A formação continuada fornece subsídios, sobre os temas propostos na pesquisa, em sua área de formação?

12- Na sua visão existe abrangência, além das questões ecológicas, na temática Meio Ambiente? Justifique.

13- Na sua compreensão os temas Meio Ambiente podem ser contemplados na escola, envolvendo as diferentes áreas de conhecimento?

14- Propostas de atividades interdisciplinares acontecem na escola? Se sim, já trabalhou nestas propostas com outros colegas? Pode citá-las?

15- Qual sua avaliação sobre o desenvolvimento de temas que abrangem o meio ambiente a partir de ações interdisciplinares nas escolas?

16- Com uma possível renovação do PPP da escola tens alguma sugestão de tema ou assunto que gostaria que fosse contemplado no mesmo? Justifique.